



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**ENSINO DE HISTÓRIA NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
BRASILEIRO: AS IDEIAS DE AGOSTINHO MARQUES PERDIGÃO MALHEIRO  
FILHO (1850) E AMÉRICO BRASILIENSE DE ALMEIDA E MELLO (1876)**

**AARON SENA CERQUEIRA REIS**

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)**

**2013**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**ENSINO DE HISTÓRIA NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
BRASILEIRO: AS IDEIAS DE AGOSTINHO MARQUES PERDIGÃO MALHEIRO  
FILHO (1850) E AMÉRICO BRASILIENSE DE ALMEIDA E MELLO (1876)**

**AARON SENA CERQUEIRA REIS**

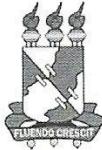
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

ORIENTADOR: Itamar Freitas

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)**

**2013**





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

AARON SENA CERQUEIRA REIS

ENSINO DE HISTÓRIA NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
BRASILEIRO: AS IDEIAS DE AGOSTINHO MARQUES PERDIGÃO MALHEIRO  
FILHO (1850) E AMÉRICO BRASILIENSE DE ALMEIDA E MELLO (1876)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Educação da Universidade  
Federal de Sergipe e aprovada pela Banca  
Examinadora.

Aprovada em: 19. 02. 2013

Prof. Dr. Itamar Freitas de Oliveira (Orientador)  
Programa de Pós-Graduação em Educação (UFS)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marizete Lucini  
Programa de Pós- Graduação em Educação (UFS)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Margarida Maria Dias de Oliveira  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

SÃO CRISTÓVÃO (SE)  
2013

## AGRADECIMENTOS

A conclusão deste projeto representa a realização de um sonho que, apesar das dificuldades, tornou-se realidade por conta de grandes amigos aos quais, agora, dedico meus mais sinceros agradecimentos.

Inicialmente, gostaria de agradecer a **Ana Maria Garcia Moura** por ter indicado meu nome ao professor **Itamar Freitas**. A ele, agradeço pela paciência e pelas conversas incentivadoras, além, é claro, da orientação deste trabalho.

Agradeço a minha amiga-irmã (como nos chamamos), **Márcia Barbosa Silva**, pela capacidade de me encorajar nos momentos de hesitação. Sem falar de seu carisma e bom humor, sempre encantadores.

Apesar da dura concorrência existente na Academia, tive a sorte de encontrar colegas muito respeitosos e leais, a exemplo de **Luana Boamorte**, **Analice Marinho** e **Kléber Gavião**. Além deles, contei com o imprescindível apoio dos professores do PPGED, a exemplo das professoras **Josefa Eliana Souza**, **Anamaria Bueno de Freitas** e **Marizete Lucini**. A elas, agradeço pela colaboração trazida para a qualificação e defesa deste trabalho. Também não posso me esquecer da professora da UFRN, **Margarida Dias de Oliveira**, pela leitura atenta, criteriosa e enriquecedora da presente dissertação.

Fora do âmbito acadêmico, contei com o apoio moral de diversos outros amigos. **Joilson Pereira da Silva**, por exemplo, foi o maior responsável por me manter equilibrado durante os momentos de maior tensão nesta trajetória. Suas palavras rígidias, porém necessárias, permitiram-me enxergar o meu próprio potencial, fazendo com que eu me desprendesse das amarras que me mantinha encolhido nos meus próprios medos.

Também agradeço aos amigos **Eduardo Lopes Teles**, **Ademilson Júnior** e **José Dácio dos Santos** que, apesar das personalidades completamente diferentes, trouxeram-me, cada um a seu modo, confiança, parceria e alegria durante todo o processo deste trabalho.

Agradeço, ainda, a minha família: a minha mãe, **Dora**; a minha irmã, **Alannah**; a minhas tias, **Fátima**, **Cida** e **Janete**; a meu tio **Ricardo**; a meus primos, **Rute**, **Regina**, **Vinícius**, **Janetinha**, **Max** e **Sheila**; aos meus avós paternos, **Luíza** e **Eduardo**; aos meus avós maternos, **Sena** e **Carlos**.

Finalmente, gostaria de dedicar este trabalho a ela que nos últimos anos foi a minha grande companheira, a pessoa que mais me incentivou e acreditou em mim, a ela que deixou grande saudade, mas muito aprendizado. Um agradecimento, mais do que especial: Obrigado, minha mãe **SENA!**

## RESUMO

Com esta dissertação, pretendo depreender a ideia de ensino de História no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no período de 1850 a 1876 mediante análise de pareceres e livros didáticos. Publicados na Revista do IHGB, os pareceres elaborados pela “comissão de História” avaliaram duas obras cujos autores destacaram seus usos escolares: o Índice cronológico (1850) de Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho e as Lições de História Pátria (1876) de Américo Brasiliense de Almeida e Mello. Imbuindo-me de um espírito “crítico”, busco entender a “representação” das fontes, a fim de perceber suas características, se didática ou não e, de seus autores, se educadores ou não. Finalmente, efetuo uma comparação entre as noções expressas nos diferentes documentos.

**Palavras-chave:** Ensino de História. Escrita Didática. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Usos Escolares da História.

## ABSTRACT

With this dissertation, I intend to infer the idea of History teaching in Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) in the period from 1850 to 1876 by analyzes of critic works and textbooks. Published in the Revista do IHGB, the critic works prepared by the “commission of History” evaluated two works whose authors stressed their didactics uses: the Índice cronológico (1850) by Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho and the Lições de História Pátria (1876) by Américo Brasiliense de Almeida e Mello. Imbuing me of a “critical” spirit, I try to understand the “representation” of sources in order to know its characteristics, whether or not didactic, and its authors, whether or not educators. Finally, I make a comparison between the concepts expressed in different documents.

**Key-words:** History Teaching. Didactic Writing. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. School Uses of History.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1. CONCEPÇÕES DE ENSINO NOS PARECERES DAS COMISSÕES DE HISTÓRIA DO SODALÍCIO</b> .....	18
1.1 DOS RITOS DE ENTRADA: UM OLHAR SOBRE OS ESTATUTOS .....	19
1.2 NOÇÕES DE FONTE E SEU TRATAMENTO.....	25
1.3 PARECERES DAS COMISSÕES DE AVALIAÇÃO DE PESQUISAS: ESTRUTURA E CONTEÚDO .....	28
1.4 PARECER SOBRE O ÍNDICE CRONOLÓGICO DE AGOSTINHO MARQUES PERDIGÃO MALHEIRO FILHO .....	33
1.5 PARECER SOBRE AS LIÇÕES DE HISTÓRIA PÁTRIA DE AMÉRICO BRASILIENSE.....	50
<b>2. CONCEPÇÃO DE ENSINO NAS LIÇÕES DE HISTÓRIA PÁTRIA DE AMÉRICO BRASILIENSE</b> .....	60
2.1 FINALIDADES DO ENSINO.....	66
2.2 CONTEÚDOS DE ENSINO .....	70
<b>2.2.1 Conhecimentos nas Lições de história pátria</b> .....	70
2.2.1.1 Colonização do Brasil pelos portugueses .....	71
2.2.1.2 Colonização do Brasil pelos espanhóis.....	72
2.2.1.3 Reconquista da Colônia brasileira pelos portugueses.....	73
2.2.1.4 Independência do Brasil.....	74
2.2.1.5 Regência no Brasil .....	74
2.2.1.6 Exploração do Brasil Colonial pelos habitantes de São Paulo .....	75
2.2.1.7 Reestruturação da capitania de São Paulo .....	76
2.2.1.8 Independência do Brasil sob o ponto de vista de São Paulo.....	76
2.2.1.9 Atuação dos brasileiros durante o governo de Dom Pedro II.....	77
<b>2.2.2 Valores nas Lições de história pátria</b> .....	78
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	82
<b>FONTES</b> .....	87
<b>OBRAS DE REFERÊNCIA</b> .....	88
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	88

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação se insere num conjunto de trabalhos que vêm sendo desenvolvidos sob a orientação do professor Itamar Freitas, coordenador do Grupo de Pesquisas sobre Ensino de História (GPEH). Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), o referido grupo tem revelado estudos que abordam, principalmente, a temática dos usos escolares de livros didáticos de História, um campo promissor, mas que tem sido desprezado por parcela dos historiadores, como indica Alain Choppin (2004, p.549).

Por desconhecer o referido campo de estudos, eu também fazia parte deste grupo de pesquisadores supracitados durante a graduação em História, concluída na UFS, em 2009. Somente em 2010, quando fui convidado pelo professor Freitas a integrar o GPEH, tomei conhecimento da importância das pesquisas sobre ensino de História<sup>1</sup> e comecei a desenvolver o projeto que, então, era intitulado “Ensino de História no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) do século XIX”. Proposta por Itamar, a ideia me pareceu interessante, pois no último semestre do curso de licenciatura, eu havia lido textos que ressaltavam a importância da Academia para a construção de uma “Historiografia Brasileira”. Era este, inclusive, o nome da disciplina que me deixou curioso e motivado a obter mais informações sobre um período em que a ciência de Clio ainda não havia sido institucionalizada.

Como o projeto tentava fornecer subsídios para compreensão de parte da História da Educação Brasileira, o encaminhei à seleção do Mestrado em Educação do PPGED, vinculando-o à linha “História, sociedade e pensamento educacional”. Nela, foram defendidas diferentes pesquisas cuja temática foi o ensino de História em livros didáticos. Como exemplo, destaco as dissertações de Ana Moura (2011) e Kleber de Souza (2011). Enquanto a primeira discutiu as concepções de exercícios escolares nos livros didáticos de História, buscando evidenciar o percurso das teorias pedagógicas aplicadas neste material no período de 1960 a 2000, a segunda investigou mudanças e permanências na escrita veiculada em

---

<sup>1</sup> Conforme Margarida de Oliveira (2003), o ensino de História, como objeto de pesquisa, só foi consolidado no Brasil, a partir da década de 1980, devido à emergência dos debates promovidos pela Associação Nacional de História (ANPUH). Entretanto, mesmo com o surgimento de eventos específicos sobre a temática nos anos 1990 – o Seminário Perspectivas do Ensino de História e o Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História –, a pesquisadora alertou que “as difíceis relações entre a produção do conhecimento histórico e a construção do conhecimento histórico escolar” são questões que ainda merecem atenção (OLIVEIRA, 2003, p.78).

fontes do mesmo gênero que foram aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) entre os anos de 1997 e 2005.

Embora se distancie daqueles, tanto pelo recorte temporal, quanto pela fonte, proponho analisar uma questão ainda lacunar da pesquisa histórica, que possibilitará, talvez, a compreensão das ideias expressas nos livros didáticos de História dos séculos XIX e XX. Assim sendo, objetivo depreender a concepção de ensino de História e seus usos escolares no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no período de 1850 a 1876 mediante o cruzamento de pareceres e livros didáticos avalizados.

Através de uma pesquisa exploratória, busquei na revista que leva o nome da instituição, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (R.IHGB), fontes que pudessem responder à proposta deste estudo. No periódico, entrevi duas possibilidades de investigação, a primeira, através das contribuições literárias – textos ou artigos – e, a segunda, através da documentação pertinente à estrutura e funcionamento do grêmio – sobretudo atas<sup>2</sup>. Optei pela última, visto representarem a palavra oficial da Academia e por conterem, ainda, discursos, relatórios e pareceres, fontes que permitem “vincular estreitamente as posições e as relações sociais com a maneira como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais” (CHARTIER, 2009, p.49).

Apesar de sucintas, as atas ofereceram elementos significativos, identificando a origem e objetivos dos estudos impressos na Revista. Pela função de descrever os acontecimentos de uma reunião, muitas vezes esta documentação cita textos que não foram publicados no periódico, transpondo os próprios limites deste suporte. Tal característica das atas poupou-me de consultar gêneros textuais como biografias, crônicas, relatórios provinciais, ofícios ministeriais e descrições topográficas, que figuram destacados nas seções do periódico como se fossem trabalhos resultantes de investigações científicas. Talvez tenha sido este motivo que levou o brasilianista Rollie E. Poppino (1976) a incorrer em erro, ao computar este tipo de fonte primária conjuntamente com a produção historiográfica do IHGB, conforme aponta Lúcia Guimarães (1995, p.508).

Servindo, então, como uma espécie de glossário, as atas me remeteram aos textos que, possivelmente, abordavam a temática elencada como objeto desta pesquisa. Sobre elas, observo que, basicamente, eram compostas dentro de três tipos de reunião: as sessões comuns, geralmente quinzenais; as sessões anuais de eleição, para compor as mesas administrativas,

---

<sup>2</sup> Porém, dependendo do interesse do pesquisador, diversas outras possibilidades podem ser visualizadas. Edney Sanchez (2003), por exemplo, optou por analisar a materialidade e circularidade da Revista do IHGB para compreender o mundo letrado no Brasil do século XIX.

ocorrendo, na maioria das vezes, nos meses de novembro ou dezembro; e, finalmente, as sessões públicas de aniversário<sup>3</sup>. Entendendo sua estrutura, é possível visualizar dois momentos principais que ocorriam, frequentemente, ao final da tarde, por volta das 17 horas, na sede do Instituto<sup>4</sup>.

No início do expediente, pautavam-se questões burocráticas, incluindo-se a leitura de correspondências, informativos, apresentação de listas (que arrolavam aquisições recentes) e leitura de discursos proferidos em ocasiões solenes. O segundo momento das reuniões era caracterizado por discussões teóricas, denominadas “ordem do dia”. Nesse instante, foi costumeiro distribuírem-se e discutirem-se “programas históricos”<sup>5</sup> específicos. Os resultados desta atividade, por vezes, estendiam-se às páginas das contribuições literárias da revista. Os debates implicavam no surgimento de novos temas e propostas, como a de admissão de sócios, por exemplo, que ficavam reservadas para serem discutidas na sessão seguinte.

Ensaando um panorama geral acerca das contribuições literárias, poderia dizer que uma das principais temáticas desenvolvidas na Revista do IHGB no período investigado são aquelas concernentes às tradições e costumes indígenas<sup>6</sup>. Como exemplo, observo os “programas” desenvolvidos por Januário da Cunha Barbosa e José Silvestre Rebello, acerca das relações entre escravidão africana e civilização indígena, publicados ainda no primeiro volume do periódico. Tais iniciativas contribuiriam para o surgimento de outros estudos nessa mesma temática, como o proposto por Francisco Adolfo de Varnhagen<sup>7</sup> em 1841. O objetivo destas pesquisas não era enaltecer a figura do índio como representante étnico brasileiro, mas sim, entender, dentre outros elementos, quais as melhores maneiras de catequizá-lo, já que, conforme Manoel Guimarães, o periódico sugeria a “integração das populações indígenas à cultura branca” (1989, p.33).

Outra preocupação do Instituto era com a questão dos limites e fronteiras do império. Nesse sentido, emergem as “memórias topográficas”, abordando as especificidades das

<sup>3</sup> As sessões magnas, como eram chamadas, deveriam ocorrer no aniversário do Instituto, no dia 21 de outubro, embora nunca tivessem acontecido. Assim, sendo a primeira participação efetiva de Dom Pedro II na 212ª Sessão em 15 de dezembro de 1849, as reuniões comemorativas passaram a ocorrer neste dia.

<sup>4</sup> Segundo Correia Filho (1972), as primeiras reuniões do IHGB ocorreram no pavimento térreo do antigo Museu Nacional, espaço cedido pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Em 1840, após algumas transferências, a sede do Instituto se fixou no Convento do Carmo, no Paço Imperial. A partir de 1906, a Academia passou a funcionar em locais improvisados, até que, em 1913, inaugurou-se a atual sede, localizada na esquina das avenidas Augusto Severo e Teixeira de Freitas, na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Lúcia Guimarães explica que esses “programas” seriam, hoje em dia, “uma espécie de seminário interno” (1995, p.568). Conforme Fabiana Dias, os questionamentos levantados por tais estudos eram condicionados “pelos interesses da elite que necessitava de legitimação acadêmica às suas intervenções práticas” (2009, p.98).

<sup>6</sup> Fato que levou o pesquisador Arno Whelting a afirmar que “muito antes de Gonçalves Dias ou Alencar, há um ‘indianismo erudito’ nas páginas da Revista do IHGB a partir de 1839” (1983, p.13).

<sup>7</sup> VARNHAGEN, F. A. de. Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. IN: **R.IHGB**, 1841, p.53-63.

diversas províncias brasileiras, além de estudos mais abrangentes, como o apresentado por Joaquim Caetano da Silva<sup>8</sup>, José Joaquim Machado de Oliveira<sup>9</sup>, Antônio Pereira Pinto<sup>10</sup>, Ernesto Ferreira França Filho<sup>11</sup> e, finalmente, Augusto Fausto de Souza<sup>12</sup>, que tratavam da importância de se compreender e delimitar as fronteiras do país a fim de legitimar os domínios sob o julgo da nação imperial brasileira.

As pesquisas mais expressivas, contudo, surgiram na década de 1840, distinguindo-se no periódico pela chancela de vencedores dos prêmios propostos anualmente. Assim, destacaram-se Karl Friedrich Philipp von Martius<sup>13</sup>, Domingos José Gonçalves de Magalhães<sup>14</sup>, José Joaquim Machado de Oliveira<sup>15</sup>, Conrado Jacob de Niemeyer<sup>16</sup> e Francisco Adolfo de Varnhagen<sup>17</sup>. Por um lado, tais estudos não contribuíram para a reflexão do ensino de História, entretanto, observando por um ângulo diferente, eles sugeriram as temáticas privilegiadas pelo IHGB, assuntos que seriam passíveis de utilização escolar. Como não busquei apreender a contribuição desses textos para a escrita didática, observando-os apenas de modo panorâmico, penso que talvez seja possível investigar as apropriações que deles foram feitas por autores de livros didáticos do século XIX.

Percorrendo as atas, ocupei-me com a investigação de enunciados que pudessem me remeter a textos (impressos na revista) elucidativos do papel da História no processo de Educação formal, ou ainda, de comentários que pudessem revelar as concepções do sodalício sobre o ensino de História. Ao privilegiar este documento, segui o “fio do relato, que ajuda a nos orientarmos no labirinto da realidade”, como sugere Carlo Ginzburg (2007, p.7) e encontrei outros elementos que contribuíram para o esclarecimento da indagação inicial.

A pesquisa experimental foi iniciada a partir do primeiro volume da Revista do IHGB, datado de 1839 e avançou até o volume de 1880, década que representa o alvo do estudo realizado por Freitas (2010) sobre o ensino de História no grêmio<sup>18</sup>. Nesse recorte, descobri

---

<sup>8</sup> SILVA, J. C. da. Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa, conforme o sentido exato do artigo 8º do tratado de Utrecht. IN: **R.IHGB**, 1850, p.421-512.

<sup>9</sup> OLIVEIRA, J. J. M. de. Memória histórica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevideú. IN: **R.IHGB**, 1853, p.385-425.

<sup>10</sup> PINTO, A. P. Limites do Brasil (1493 a 1851). IN: **R.IHGB**, 1867, parte 2, p.193-240.

<sup>11</sup> FRANÇA FILHO, E. F. Apontamentos diplomáticos sobre os limites do Brasil. IN: **R.IHGB**, 1870, parte 2, p.213-236.

<sup>12</sup> SOUZA, A. F. de. Estudo sobre a divisão territorial do Brasil. IN: **R.IHGB**, 1880, parte 2, p.27-113.

<sup>13</sup> MARTIUS, K. F. P. von. Como se deve escrever a história do Brasil. IN: **R.IHGB**, 1844, p.381-403.

<sup>14</sup> MAGALHÃES, D. J. G. de. Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840. IN: **R.IHGB**, 1848, p.263-362.

<sup>15</sup> OLIVEIRA, J. J. M. de. Notícia racionada sobre as aldeias de índios da província de S. Paulo, desde o seu começo até a atualidade. IN: **R.IHGB**, 1846, p.204-54.

<sup>16</sup> Este não teve seu trabalho publicado na Revista do IHGB.

<sup>17</sup> VARNHAGEN, F. A. de. O Caramuru perante a história. IN: **R.IHGB**, 1848, p.129-152.

<sup>18</sup> Discorro sobre este trabalho no primeiro capítulo.

dois pareceres sobre livros didáticos que, produzidos pela “comissão de História” do sodalício, foram divulgados no periódico em 1852 e 1876. Logo, passei a me dedicar ao estudo dos textos críticos, como também dos próprios manuais alvos dos juízos, a saber, o Índice Cronológico dos fatos mais notáveis da história do Brasil (1850), de Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho e Lições de história pátria (1876), de Américo Brasiliense de Almeida e Mello. Portanto, para delimitação desse estudo, considero o interstício entre as datas de publicação dos manuais e seus pareceres.

Ao observar a trajetória do IHGB, noto sua importância para o desenvolvimento da historiografia brasileira. De José Honório Rodrigues (1978) à Francisco Iglésias (2000), é possível perceber que foi a partir da sua fundação, em 21 de outubro de 1838, que os trabalhos no campo da História com teor memorialístico e informativo passaram a ser substituídos por aqueles preocupados com as ideias de cientificidade que adentravam e se desenvolviam no Brasil do século XIX. Este período, aliás, foi um momento “no qual muitos intelectuais formularam projetos políticos coerentes e avançados, buscando dar identidade ao Estado Nacional Brasileiro” (NASCIMENTO, 1999, p. 130).

Na esteira destes projetos, o IHGB apropriou-se, inicialmente, do pensamento intelectual francês, já que a iniciativa de sua constituição havia partido da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)<sup>19</sup>, possuidora do espírito iluminista, conforme aponta Manoel Guimarães (1988). Estudando a concepção da historiografia proposta pelo IHGB, o pesquisador afirma que foi durante o século XIX que se viabilizou “um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada” (GUIMARÃES, 1988, p.6), sendo a referida instituição responsável pela construção de um conceito de nação brasileira.

Semelhante às instituições europeias, a exemplo do Instituto Histórico de Paris, o objetivo do IHGB era promover a centralização de informações acerca das províncias brasileiras para fortalecer o Estado Nacional. A intensa relação estabelecida em seus primórdios com a agremiação francesa visava “construir a imagem de um Brasil como frente avançada da civilização francesa nos trópicos” (GUIMARÃES, 1988, p.13), o que corrobora a ideia de imbricações políticas neste projeto. Contudo, vale lembrar que “esses vínculos tornaram-se frágeis e os franceses tiveram que partilhar com os alemães a influência exercida sobre a intelectualidade brasileira” (LEONZO, 1986, p. 163).

---

<sup>19</sup> Na dissertação “Isto é o que me parece”, defendida por José Luiz F. Weneck da Silva, na Universidade Federal Fluminense, em 1879, o pesquisador apresenta a trajetória dessa instituição e como a mesma contribuiu para a constituição do IHGB. Não tendo acesso à dissertação, pude, no entanto, consultar seu resumo expandido no Mensário do Arquivo Nacional (1980).

Esta assertiva me permite notar que a produção historiográfica do Instituto, veiculada principalmente em seu periódico, constituía-se de modo heterogêneo, característica que, possivelmente, permitiu a sobrevivência do grêmio mesmo após a passagem do regime imperialista ao republicano<sup>20</sup>. Tal é a ideia defendida por Hugo Hruby (2007) e Itamar Freitas (2010). O primeiro pesquisador observou que, apesar “do controle e regramento das atividades por um grupo diretor” (HRUBY, 2007, p.21), o IHGB não deve ser tratado como uma esfera homogênea. O segundo, ao tentar encontrar um suposto cânon do sodalício, percebeu a “coexistência de vários modelos de inteligibilidade histórica” (FREITAS, 2010, p.19).

Considerando, porém, a História desenvolvida nos oitocentos como “o meio indispensável para forjar a nacionalidade” na medida em que adquiria um sentido “legitimador para decisões de natureza política” (GUIMARÃES, 1988, p.14-15), o sodalício intencionou, de modo mais explícito, produzir uma historiografia brasileira associada aos interesses políticos monárquicos, pretendendo, pois, combater a crescente onda republicana que se instaurava nos países recém-independentes da América do Sul.

Deste modo, proponho refletir sobre o IHGB delimitando-o como um “lugar social” definido, portador de determinadas “práticas científicas” que geraram uma “escrita” peculiar de História. Conforme o pesquisador francês Michel de Certeau (1976; 2007), tais são os elementos que compõem os processos da operação histórica. Embora seus membros o definissem como uma instituição científico-cultural neutra, ao refletir sobre este “lugar”, no qual o grêmio se mostrava, verifico nele – sobretudo, no período selecionado – as marcas e as fronteiras do Império Monárquico trazidas com a proteção de Dom Pedro II.

Além da sua contribuição para a historiografia brasileira, noto que o grêmio também possibilitou pesquisas em diferentes áreas do saber. Ao estudar a introdução das teorias raciais em voga na Europa ao pensamento social brasileiro oitocentista, por exemplo, Lília Schwarcz (1993) reservou um capítulo de sua tese para entender as adaptações feitas pelo Instituto a respeito destas ideias. Por sua vez, Kaori Kodama (2005) buscou compreender qual a representação do índio, que se queria “brasileiro”, através do discurso intelectual do sodalício no período de 1840 a 1860, momento em que a “etnografia” passou a se constituir em um campo de interesse do IHGB.

---

<sup>20</sup> Para Silva, outra característica que influenciou a permanência do Instituto mesmo com a mudança política foi o fato de, diferentemente da SAIN, ele ser uma “agência que se manteve exclusivamente no processo produtivo de bens simbólicos, no campo intelectual das abstrações e dos universais, portanto, de relativa autonomia” (1989, p.19).

A bibliografia consultada me persuade, também, a entrever outros aspectos da Academia, desta feita mais próximos das temáticas a que esta dissertação é filiada, a História da Educação. No estudo que buscou mapear as principais instâncias legitimadoras da disciplina de História da Educação no Brasil, Diana Vidal e Faria Filho (2003) destacaram a atuação dos intelectuais da agremiação na constituição desse campo. Já o educador Fernando de Azevedo (1943)<sup>21</sup> enfatizou que o projeto do Instituto Histórico representou uma “alta função cultural” no Brasil Império, ao lado de instituições como o Museu Nacional, o Observatório Astronômico e a Biblioteca Nacional (AZEVEDO, 1996, p.577).

No âmbito de estudos sobre livro didático e ensino de História é possível entrever diferentes pesquisas cujas questões centrais perpassam o locus do sodalício. Considerada uma das precursoras dos estudos sobre o manual escolar do/no Brasil, Circe Bittencourt (1993) abordou a história desta ferramenta no processo de constituição do ensino escolar brasileiro no século XIX. Arlette Gasparello (2004), por sua vez, refletiu sobre a importância dos livros didáticos de História utilizados pelo Colégio Pedro II oitocentista no sentido de contribuir com a formação de uma identidade nacional. Ambos os trabalhos ressaltaram a importância do IHGB como órgão responsável pela aceitação e valorização deste tipo de livro.

Nesse sentido, também há estudos mais específicos que, ao tratar de determinados manuais didáticos, enfocaram a vinculação de seus autores ao grêmio, como as pesquisas de Selma de Mattos que enfocaram as “Lições” de Joaquim Manuel de Macedo (1993) e o “Compêndio” de José Inácio de Abreu e Lima (2007). Já o historiador Ciro de Melo (2008) comparou dois modelos de manuais, os de Joaquim Manuel de Macedo e o de João Ribeiro, a fim de perceber as diferenças entre os modelos de ensino do Brasil Imperial e Republicano, respectivamente. Enfim, buscando compreender o processo de constituição do saber e da disciplina “História do Brasil” durante a Primeira República, Angela Gomes (2009) investigou as articulações entre intelectuais vinculados ao IHGB com a questão da educação.

Longe de querer esgotar as referências sobre o Instituto ou de temáticas a ele relacionadas, pretendi com esta breve exposição elucidar a representatividade do sodalício em estudos de diferentes naturezas. Dialogando com os mesmos, a presente pesquisa busca compreender as reflexões já realizadas sobre a associação de intelectuais a partir de um prisma que considere suas contribuições para a História da Educação.

Porém, se em princípio o IHGB não parece ter relações com este campo do saber, ao iniciar a leitura do seu periódico encontro boas justificativas que me permitem observar o

---

<sup>21</sup> Ano da 1ª edição de “A cultura brasileira”. Aqui, tomo por base a edição de 1996.

ensino ou os usos escolares que se fizeram da História. Exemplo disto é encontrado no discurso inaugural do cônego Januário da Cunha Barbosa, proferido após a apresentação dos Estatutos em 25 de novembro de 1838. Conforme o 1º secretário, os sócios do instituto “não só medita[ra]m organizar um monumento de glória nacional”, como também “pretende[ra]m abrir um curso de história e geografia do Brasil [...] para que o conhecimento das coisas da pátria mais facilmente cheg[asse] à inteligência de todos os Brasileiros” (R.IHGB, 1839, p.15).

Além disso, ao discorrer sobre os objetivos do grêmio, os estatutos apontam não apenas as funções de “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil”, mas também “promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público” (R.IHGB, 1839, p. 18). Assim, tanto a fala de um dos mais importantes membros, como também o regimento do IHGB evidenciam a possibilidade de diálogo entre o discurso dito científico – objetivado pela agremiação – com a passagem desse saber para o público, como postula Chevallard (1991).

Embora não ocorra com muita frequência ou intensidade de debates, a leitura das atas revelam alguns momentos de discussão acerca da História ensinada. O primeiro deles é em 1840, quando Justiniano José da Rocha sugere a composição de uma comissão especial a fim de elaborar um livro didático de História<sup>22</sup>, pois na qualidade de professor do Colégio Pedro II, o sócio possuía dificuldades em elaborar suas lições. Para ele, até aquele momento, não existia um bom compêndio de História do Brasil no qual pudesse se basear. Corroborando com esta proposta, o sócio Mariz Sarmiento sugere uma premiação para aquele que melhor compusesse tal livro<sup>23</sup>, sendo sócio do IHGB ou não.

Impositivamente, as propostas foram rejeitadas pelo segundo secretário, o cônego Januário da Cunha Barbosa. Este preferiu incentivar a elaboração do mais acertado plano para se escrever a História do Brasil<sup>24</sup>, a exemplo da elogiada tese de Von Martius, que passou a se constituir em um modelo para a escrita da História, como afirma Gasparello (2004, p. 121)<sup>25</sup>.

A temática do ensino volta à cena em 1848, quando Salvador Henrique de Albuquerque envia ao sodalício uma carta apresentando o seu Resumo da História do Brasil

<sup>22</sup> Ata da sessão de oito de fevereiro de 1840. In: R.IHGB, 1840, p. 148-150.

<sup>23</sup> Idem, ibidem.

<sup>24</sup> Prêmios propostos pelo Instituto na segunda sessão pública aniversária. In: R.IHGB, 1840. p. 642.

<sup>25</sup> Contudo, ressalto que, para Guimarães, por exemplo, o Instituto adotou em diversos momentos o princípio da tábula rasa, isto é, esqueciam-se “de todos os estudos anteriores” (1995, p.576) que forneciam métodos para a escrita histórica. Já para Melo (2008) durante o século XIX, o método de escrita histórica ainda era aquele que considerava a periodização em décadas, como proposto pelo cônsul russo Henrique Júlio Wallenstein (concorrente de von Martius no concurso que elegeu este último vencedor).

(1848)<sup>26</sup>, obra que é encaminhada à comissão específica a fim de ser avaliada. Somente em 16 de fevereiro de 1850, o parecer foi aprovado, mesmo assim, não houve divulgação do seu conteúdo<sup>27</sup>. Por outro lado, as Lições de História do Brasil (1855), de Antônio Álvares Pereira Coruja, remetidas ao IHGB no ano de sua publicação<sup>28</sup>, não receberam sequer comentários, pelo menos não divulgados na revista.

Os pareceres avaliativos, cuja função era cancelar as obras apresentadas pelos seus sócios, não foram encontrados, nem mesmo nos arquivos da agremiação, no Rio de Janeiro, onde fiz consultas, em junho de 2012. Por este motivo, investiguei os documentos utilizados para admissão de novos sócios, localizados na própria Revista. Neles, encontrei a avaliação de duas obras, cujos autores, candidatos a ingressar na Academia, as consideravam didáticas. Relembrando, trata-se do Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história do Brasil (1850), de Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho e Lições de História Pátria (1876), de Américo Brasiliense de Almeida e Mello. Logo, os pareceres admissionais e livros didáticos utilizados como requisito de ingresso ao sodalício são os documentos utilizados para responder ao problema desta pesquisa.

Então, no primeiro capítulo busquei ressaltar a diferença das funções dos pareceres produzidos pelas comissões do IHGB. Neles, observei finalidades distintas: respaldar a publicação de uma obra e/ou garantir o acesso de um candidato ao Instituto. Considerando os pareceres admissionais, percebi que, através dos mesmos, comissões específicas indicavam a pertinência ou não dos candidatos ao grupo de intelectuais do sodalício. Como apenas os documentos que avaliaram as obras de Malheiro Filho (1852) e Brasiliense (1876) possibilitaram um enfoque de obras didáticas, analisei os mesmos, buscando perceber no olhar dos avaliadores – membros autorizados do Instituto – os seguintes elementos: a representação dos autores (se considerados educadores ou não); a identificação dos livros (se didáticos ou eruditos) e; a definição de ensino de História.

Não obstante os dois candidatos identificarem suas obras como didáticas, apenas o parecer sobre as Lições de história pátria apontou este caráter. Além disso, os avaliadores deste livro consideraram o autor, Américo Brasiliense, como professor e, finalmente, apresentaram uma concepção de ensino de História. Sendo assim, propus, no segundo capítulo, analisar apenas esta obra que, para a presente investigação, demonstrou ser mais elucidativa acerca das questões elencadas. Num primeiro momento, apropriei-me das ideias

<sup>26</sup> Ata da sessão de 20 de julho de 1848. In: R.IHGB, 1848, p.393-397.

<sup>27</sup> Ata da sessão de 16 de fevereiro de 1850. In: R.IHGB, 1850, p.128-135.

<sup>28</sup> Ata da sessão de 9 de novembro de 1855. In: R.IHGB, 1855, p.462-464.

de André Chervel (1990) e depreendi, no livro didático selecionado, as finalidades do ensino professadas pelo seu escritor. Em seguida, a maneira como os conteúdos das Lições foram construídos, tornaram-se alvo do meu olhar. Desta forma, pretendi evidenciar os conceitos expressos por Brasiliense capazes de destriçar uma ideia de ensino de História específica, mas que aceita pelo IHGB.

Nas considerações finais, retomo os resultados alcançados em cada capítulo visando comparar as noções professadas pelos membros da “comissão de História” da Academia e do candidato ao reduto intelectual.

## 1. CONCEPÇÕES DE ENSINO NOS PARECERES DAS COMISSÕES DE HISTÓRIA DO SODALÍCIO

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (R.IHGB) é um periódico cuja publicação apresenta-se de forma regular desde 1839<sup>29</sup>, início de sua circulação. Conforme o pesquisador americano Rollie E. Poppino, mesmo passando por mudanças na ordem da periodicidade (trimestral – semestral – anual – trimestral) e de nomenclatura, ela não fugiu ao seu objetivo de incentivar publicações no âmbito das Ciências Humanas (1977, p. 290).

Em um dos primeiros trabalhos de cunho interpretativo sobre o IHGB, *A century of the Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*<sup>30</sup>, Poppino indicou as contribuições feitas ao estudo das Ciências Sociais e descreveu as tendências e a evolução dos escritos históricos no Brasil no período de 1839 a 1938. Para tanto, ele realizou uma classificação dos textos e documentos encontrados na revista, propondo nove categorias textuais, a saber: História, Geografia e Geologia, estudos de línguas nativas, Antropologia e Etnologia, Relações Internacionais, biografia, traduções de relatos estrangeiros, crítica de livros e uma categoria geral, que continha textos de difícil enquadramento (POPPINO, 1977, p. 292).

Como resultado, o estudioso percebeu que, embora padecendo dos mesmos defeitos físicos que em outras publicações latino-americanas, bem como possuir um tom conservador, o que não a tornava atrativa para jovens pesquisadores, a Revista do IHGB foi pioneira no estímulo ao interesse pela História, Geografia e Ciências Sociais, fixando, inclusive, os padrões intelectuais do país.

Ressaltando temas frequentes sobre a História do Brasil nas diversas seções do periódico, o texto do brasilianista se restringiu ao tratamento científico da matéria, não especificando questões do ensino e dos usos escolares da História. Por esta razão, tomo o objeto que serviu de fonte ao pesquisador americano para tentar compreender este outro ângulo. Neste sentido, aproprio-me das atas, entendendo-as como um espaço de representação formulado pelos sócios do Instituto, a fim de perceber se houve circulação de ideias relativas ao ensino e usos escolares de História.

Aparentemente silenciosas, as atas publicadas ao final de cada volume do periódico foram, paulatinamente, deixando sugestivos rastros. Tais vestígios, impressos por alguns

---

<sup>29</sup> Ao final de cada ano, as edições publicadas eram reunidas em um único volume, os quais foram localizados no endereço eletrônico: [www.ihgb.org.br](http://www.ihgb.org.br).

<sup>30</sup> Estudo publicado originalmente na *The Hispanic American Historical Review*, em 1953. Aqui, utilizo a versão em português, traduzida em 1977, no volume 314 da R.IHGB.

membros da agremiação que, na representação que pretendiam construir deles mesmos nos documentos, deram a entender suas preocupações com a passagem do discurso histórico erudito para o saber escolar.

No rol dos personagens que atentaram a esta questão, as atas enunciam Salvador Henrique de Albuquerque, que apresentou o seu *Resumo da História do Brasil* (1848), Antônio Álvares Pereira Coruja, autor das *Lições de História do Brasil* (1855), Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho, autor do *Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história do Brasil* (1850) e Américo Brasiliense de Almeida e Mello, com as suas *Lições de história pátria* (1876). Objetivando a chancela do IHGB, estes escritores submeteram seus trabalhos à avaliação da “comissão de História”.

Através de uma equipe constituída anualmente nas sessões de eleição, a “comissão de História” possuía a função de analisar e fornecer pareceres sobre as obras recebidas. A princípio, este julgamento possuía apenas o objetivo de autorizá-las ou não. Em seguida, passou também a ser utilizada como referência pela “comissão de admissão” de novos integrantes. Assim, caso o trabalho recebesse boas críticas, um candidato a sócio tinha seu acesso garantido.

Por um lado, Albuquerque e Coruja queriam tão somente a autorização oficial, visto já serem membros. Mesmo assim, não tiveram a publicação dos juízos recebidos por suas obras. Por outro lado, Malheiro Filho e Brasiliense, cujos pareceres sobre seus textos foram publicados, estavam na condição de serem admitidos. A veiculação desses documentos na Revista pode denotar a concepção, não só dos avaliados, mas também dos avaliadores acerca do ensino e dos usos escolares da História. Nesse sentido, a Revista do IHGB se mostra “um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade” (SIRINELLI, 2003, p.249). Porém, antes de pensar sobre o conteúdo dos pareceres, convém refletir sobre a entrada dos avaliados.

### 1.1 DOS RITOS DE ENTRADA: UM OLHAR SOBRE OS ESTATUTOS

O periódico da instituição revela que durante o regime monárquico houve, pelo menos, duas normas para o ingresso de membros. Uma menos criteriosa e mais aberta aos interesses do Instituto. Outra, pouco mais rigorosa. Ambas estavam explícitas nos artigos 5º e 6º, capítulo II, dos Estatutos. A primeira era de 1839 e a segunda, de 1851, quando ocorreu uma reformulação do artigo 6º. Não obstante a esta modificação, os dois momentos se caracterizaram pela presença de três categorias de sócios: efetiva, correspondente e honorária.

Conforme o artigo 4º dos estatutos, a primeira classe de membros era composta por um quadro fixo de 50 pessoas, 25 para a “comissão de História” e 25 para a de Geografia. Novos integrantes só eram aí admitidos caso houvesse dissidentes ou morte de algum dos membros. A segunda era mais abrangente, podendo haver número ilimitado de representantes, nacionais ou estrangeiros. Efetivos e correspondentes deveriam cumprir com pagamento mensal, além de uma taxa quando do recebimento do diploma de agremiado, exigências que não cabiam aos honorários. Esta última categoria possuía caráter evidentemente político, já que se destinava a pessoas que “por sua idade avançada, consumado saber e distinta representação, estejam no caso de **dar crédito** ao Instituto” (R.IHGB, 1839, p.18-19, grifo meu).

Da passagem anterior, sublinho a expressão “dar crédito”, visto que muitos daqueles que recebiam o referido título pouco tinham a contribuir com as ciências, mas sim a respaldar a imagem do Instituto. Neste rol destacavam-se representantes de segmentos sociais capazes de imprimir credibilidade ao IHGB, principalmente políticos.

Pelas normas de 1839, mesmo em relação às categorias de efetivo e correspondente, não havia critérios para mensurar habilidades de escrita do candidato, o qual era suposto a possuí-las. Neste momento, era marcante a indicação por laços de afetividade. Conforme artigo 5º do estatuto, o procedimento ocorria da seguinte maneira: um sócio propunha uma candidatura que seguia à mesa administrativa, na qual ocorreria eleição secreta (R.IHGB, 1839, p.19). Se, para Edney Sanchez, que defendeu a dissertação intitulada *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*, tal procedimento visava garantir o “fortalecimento e continuidade” do sodalício (2003, p.32), por outro lado, a seleção indiscriminada de membros também favorecia a entrada de pessoas sem traquejo para a pesquisa, conforme indicou Lúcia Guimarães (1995).

Defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), a tese da pesquisadora, intitulada *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial*, observa que, dentre os estudos históricos produzidos e veiculados à *Revista do Instituto*, havia uma predominância daqueles cuja produção era datada anteriormente à fundação do grêmio. Tal constatação corroborou sua hipótese de que para não atingir a moral dos políticos vinculados ao IHGB, o grêmio evitava “trazer à superfície acontecimentos recentes e contraditórios, envolvendo personalidades em plena militância político-partidária” (GUIMARÃES, 1995, p.515).

A reformulação que estabeleceu a segunda norma para ingresso ao sodalício foi iniciada em 1850, quando Dom Pedro II sugeriu<sup>31</sup> uma reunião para discutir as novas propostas levantadas pelo então 1º secretário, Manuel Ferreira Lagos, para os estatutos do IHGB. Assim, dentre as propostas apontadas na reunião de 22 de novembro de 1850, estava a emenda ao artigo 6º:

Para ser sócio efetivo deverá o candidato mandar um trabalho seu sobre a história, geografia ou etnografia do Brasil; ou apresentar obras deste gênero já por ele estampadas, e que justifique sua aptidão.

Para ser sócio correspondente é necessário além da capacidade literária, oferecer ao Instituto alguma obra de valor ou sobre o Brasil ou sobre a América; ou então algum presente valioso para o museu etnográfico (R.IHGB, 1850, p. 523).

No ano seguinte, 1851, as novas regras começaram a vigorar. Para Sanchez, este remodelamento foi considerado “reflexo de uma nova estrutura da cidade letrada” (2003, p.39). Através dele, o Instituto buscou “estabelecer alicerces mais sólidos”, que o fizeram “mais organizado” e tornaram “o acesso à cidade letrada brasileira [...] limitado apenas àqueles que demonstra[ss]em, através da palavra escrita, o mérito de pertencer à esta elite” (SANCHEZ, 2003, p.39-40).

Porém, muitos candidatos, com ajuda de seus “padrinhos acadêmicos”, se utilizaram de lacunas no regimento para o ingresso ao sodalício e, neste sentido, o estatuto era apropriado de maneira aleatória, indiferente às novas circunstâncias. Apesar de inicialmente não haver demonstrações de preocupação ou mesmo respeito à lei, adiante se evidencia o pronunciamento de um sócio em relação à questão.

Na reunião de 25 de setembro de 1868, aparentemente incomodado com os subterfúgios recorridos pelos colegas, Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho, que atuava como relator da “comissão de admissão” de sócios, apresentou um requerimento à “comissão de estatutos”, solicitando o esclarecimento de alguns pontos. Talvez ele estivesse até mesmo irritado, pois sua entrada à agremiação em 1851 havia se dado conforme a exigência do critério que, então, entrava em vigência. Assim, o relator apontou três “dúvidas” – palavra possivelmente empregada em tom de ironia, já que o mesmo conhecia as regras – a fim de que o Instituto se posicionasse diante da situação.

A primeira dúvida correspondia à suficiência literária do candidato, ou seja, Malheiro Filho queria saber se somente o reconhecimento do IHGB acerca das produções publicadas pelo candidato eram suficientes para a admissão do mesmo. Sabendo que a resposta seria

---

<sup>31</sup> Ata da sessão de 8 de novembro de 1850. In: R.IHGB, 1850, p. 522.

afirmativa, o relator destaca a possibilidade da negativa, perguntando, em seguida, se “**devem ser preferidos** para título de admissão trabalhos próprios dos candidatos e especiais sobre história e geografia do Brasil, e sobre etnografia, arqueologia e línguas dos seus indígenas” (R.IHGB, 1868, p. 349, grifo meu).

Destaco a expressão no excerto de Malheiro Filho, por pensar que, talvez, esta fosse a sua vontade. Com isto, percebo que, diante do considerável número de candidatos aprovados apenas pelo requisito do “reconhecimento do IHGB”, o relator deveria entender (e sutilmente sugerir) a necessidade de um critério mais específico, a exemplo de um trabalho inédito, originalmente desenvolvido para a seleção.

Particularmente, observo o critério da “suficiência literária reconhecida pelo IHGB” como um problema, onde, por vezes, os avaliadores aprovavam um candidato cuja produção intelectual vinculava-se apenas a jornais e revistas. Deste modo, sem apresentação de uma pesquisa com nível de complexidade maior, o Instituto adquiria um sócio capaz de “imprimir credibilidade”<sup>32</sup>. Em contrapartida, ficava o sodalício carente daquilo que em sua concepção original ele mais precisava, o pesquisador<sup>33</sup>.

Finalmente, a última questão relacionava-se com a “oferta” para título de admissão, ou seja, a doação de algum bem de valor. Ao perguntar se esta deveria ser feita pelo próprio candidato ou por algum outro sócio, no caso, o “padrinho” do aspirante, ou ainda por terceiros, o relator evidencia, de modo velado, a possibilidade da existência de uma prática não cumprida conforme o regulamento.

Durante três anos o requerimento ficou sem resposta. Foi necessária a intervenção de outro membro para que um parecer da “comissão de estatutos” viesse à tona. Em ata da sessão de 3 de novembro de 1871, Olegário Herculano de Aquino e Castro intensificou o pedido de Malheiro Filho. Entretanto, estando incompleto o quadro de membros da comissão responsável, por ausência de um e enfermidade de outro, o então presidente, Visconde de Sapucaí, nomeou o próprio requerente, Aquino e Castro, bem como outro sócio presente na discussão, Joaquim Antônio Pinto Júnior, para se juntarem a Francisco Baltazar da Silveira na elaboração do texto-resposta.

Na sessão seguinte, em 17 de novembro, a nova comissão apresentou uma interpretação das indagações levantadas por Malheiro Filho. Após reapresentação das

---

<sup>32</sup> Entendo a noção de “credibilidade” como uma representação construída pelo IHGB.

<sup>33</sup> Indo mais além, Guimarães afirma que “a comprovação da chamada ‘suficiência literária’, se não era letra morta, estava quase agonizando” (1995, p.564).

dúvidas, o comitê teceu considerações baseadas nos estatutos para, em seguida, indicar suas orientações quanto ao procedimento das normas.

Para os avaliadores, os membros efetivos eram aceitos quando cumprissem, principalmente, o requisito da apresentação de um trabalho próprio sobre os temas de interesse do Instituto. Caso não houvesse vaga efetiva disponível, um candidato aprovado era encaminhado à classe dos correspondentes. Considerando que, no surgimento de vagas efetivas, a prioridade era daqueles que se enquadrassem entre os correspondentes, o comitê observou que o aspirante para esta segunda categoria deveria “satisfazer de preferência a condição imposta aos que se propõem a ser sócios efetivos” (R.IHGB, 1871, v.2, p.374).

Entretanto, os avaliadores ressaltaram ainda que, em decorrência deste ideal, muitos “cuja proficiência e luzes são, aliás, reconhecidas no domínio das letras” (R.IHGB, 1871, v.2, p.374) haveriam de ficar fora do reduto intelectual. Logo, concluindo o pensamento, consideraram melhor obter a presença do candidato ao invés de “aplicar a sua aptidão e estudos à especialidade de que se ocupa o Instituto Histórico” (R.IHGB, 1871, v.2, p.374).

Adiante, a “comissão de estatutos” apresentou sua interpretação ao artigo 6º do regimento interno, dividindo-a em quatro tópicos. O primeiro definiu que a comprovação de “suficiência literária” não bastava para permitir o acesso do candidato aos cargos de efetivo e correspondente. Para tanto, seria necessário que o candidato apresentasse um estudo inédito e consoante aos anseios do IHGB.

Em seguida, compreendiam que o aspirante residente fora do império ou que possuísse outro motivo que o impedisse de passar a efetivo poderia ser “admitido como sócio correspondente, provada a indispensável suficiência literária” (R.IHGB, 1871, v.2, p. 374), desde que ofertada obra de valor, conforme a regra geral. O terceiro tópico, que dispôs sobre a doação, afirmava que esta poderia, sim, ser realizada pelo mesmo ou por terceiros em nome do candidato. O último ponto ressaltou a necessidade de obter “as precisas informações sobre as qualidades do candidato” (R.IHGB, 1871, v.2, p. 375), sob pena dele não ser aceito.

Diante do exposto, ou seja, das questões apresentadas por Malheiro Filho e da interpretação dos estatutos realizadas pela comissão específica, noto que as dúvidas do relator da “comissão de admissão” eram pertinentes, pois nem mesmo os avaliadores das indagações ofereceram respostas concretas que dirimissem os problemas de interpretação causados pelas lacunas dos estatutos. Na verdade, o parecer confirmou e até mesmo proporcionou o aumento das possibilidades de apropriação da lei.

No entendimento da “comissão de estatutos”, os candidatos não possuidores de requisitos para o cargo efetivo poderiam ingressar na qualidade de correspondente. Entretanto,

não estaria esta premissa contrariando o ideal de selecionar aqueles que satisfizessem “de preferência a condição imposta aos que se propõem a ser sócios efetivos” (R.IHGB, 1871, v.2, p.374)? Além disso, quem seriam estes candidatos, “cuja proficiência e luzes são, aliás, reconhecidas no domínio das letras” (R.IHGB, 1871, v.2, p.374) e que não necessitariam possuir as condições que os enquadrassem como efetivos para ingresso na Academia?

Talvez fossem os aspirantes, cujo perfil se assemelhava aos dos correspondentes que, a partir do estatuto de 1839, compunham uma rede de sócios “espalhados pelos quatro cantos do planeta (em especial da Europa)” que acabavam por “auxiliar a consolidação do jovem Instituto” (SANCHEZ, 2003, p.33). Porém, seguindo a evidência das fontes aqui analisadas, observo que, mesmo após 1851, data do novo regimento, o sodalício continuava focado em sua política de ampliação e consolidação, constatação que diverge da ideia de “limitação de acesso ao reduto intelectual”, como sugeriu Sanchez em sua análise do segundo Estatuto<sup>34</sup>.

Ao que me parece, o núcleo administrativo do Instituto Histórico permanecia de portas abertas a todos aqueles que pudessem “respaldar” sua imagem e/ou avolumar seus cofres, contribuindo com o fortalecimento da agremiação diante do Estado Nacional. Nesse sentido, penso que, diante da falta de interesse de personagens considerados “ilustres”, o próprio Instituto providenciava algum “padrinho” que se responsabilizaria pela doação de obras ou objetos de valor como forma de incentivo para que o candidato visado aceitasse compor o reduto intelectual. Por outro lado, aos mais envolvidos com as atividades do grêmio cabiam as mensalidades. Não obstante a esse jogo de interesses, que parecia sobrepor iniciativas mais sérias, penso que estas existiam. Observe, por exemplo, a vinculação de intelectuais cuja produção continua influenciando novas gerações de pesquisadores.

Portanto, a instabilidade dos critérios de seleção de novos agremiados refletiu na escassa produção de pareceres sobre trabalhos propostos como título de admissão, ou pelo menos, de pareceres que tivessem um viés crítico realmente bem elaborado. Entretanto, este fato não impediu o surgimento de alguns documentos elucidativos da questão por mim investigada. Apropriando-me, assim, deste tipo de fonte, busco compreender os ideais de ensino de História professados pelo IHGB. Para tanto, oriento-me conforme os procedimentos metodológicos explicados a seguir.

---

<sup>34</sup> Conforme citei na página 13.

## 1.2 NOÇÕES DE FONTE E SEU TRATAMENTO

A escrita da História revelou pelo menos dois paradigmas que influenciaram diversas gerações de pesquisadores. O primeiro deles formulou-se a partir da escola metódica, representada, principalmente, por Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos. Estes historiadores atribuíram novo sentido ao método crítico desenvolvido por Jean Mabillon em 1681. Por outro lado, a escola dos Annales, idealizada por Lucien Febvre e Marc Bloch, alargou a concepção de fonte histórica e, com ela, apresentou a possibilidade de novas metodologias. Embora a segunda tenha se originado da primeira, as divergências entre ambas crescem conforme o surgimento de novas interpretações.

Desenvolvida no final do século XIX, a escrita histórica proposta pela escola metódica sintetizou um plano de pesquisa baseado em dois pressupostos: a recolha de fatos e a construção de um relato – interpretação. Por esta perspectiva, o procedimento dos historiadores partia de duas etapas, a heurística, técnica empregada para classificação dos documentos e a crítica histórica, que, por sua vez, subdividia-se em crítica externa – julgando a autenticidade das fontes – e interna – investigando a veracidade (GLÉNISSON, 1961; BESSELAAR, 1973). Através deste “exame judicioso das fontes”, o referido método foi definido capaz de “separar nos documentos a verdade do erro e da mentira, a certeza do que é provável ou apenas possível” (BESSELAAR, 1973, p.157).

Embora esta interpretação tenha sido muito importante, visto que “o estabelecimento dos fatos permanece a regra da profissão” (PROST, 2008, p.72), o historiador dos Annales verifica a necessidade de formular questões e hipóteses que o ajudem a se mover nos labirintos da busca pelo seu objeto. Assim, precedido “de um tema, mas também de um projeto, ao menos um esboço do procedimento para abordá-lo” (ARÓSTEGUI, 2006, p.468), o pesquisador deve também elaborar um programa que o permita encontrar e fazer “surgir os documentos mais numerosos, mais seguros, mais reveladores” (MARROU, 1978, p.59). Por este prisma, caso não seja possível o surgimento de novas fontes, novos olhares podem ser lançados sobre problemas já discutidos.

Como ciência, a História possui um objeto que não pode ser manipulado ou suscetível à experimentação, deste modo, o pesquisador deve se debruçar sobre os vestígios deixados pelo tempo. Apesar de esta reflexão ser consensual, aqui reside outra diferença entre os metódicos e os analistas. Para os primeiros, os restos do passado se constituíam basicamente de textos, através dos quais podiam exprimir a “verdade” dos fatos. Deste modo, as fontes eram denominadas genericamente como “documentos”. Já para o segundo grupo, a concepção

é modificada. Destaca-se que não só os textos, mas quaisquer tipos de documentos, “sejam de que natureza forem” (FEBVRE, 1985, p.24), podem ser considerados fontes potencialmente reveladoras das ações humanas no tempo.

De um jeito ou de outro, as fontes são consideradas os elementos basilares da pesquisa e, através delas, o historiador encontra os fatos que, após serem analisados, originam o conhecimento histórico. Porém, novamente, o resultado final esperado de um estudo desta natureza – o conhecimento histórico – pode sofrer considerável limitação, dependendo da escola teórica a qual o pesquisador se filie. Se, por um lado, os adeptos da escola metódica extraíam dos “documentos” os fatos que, por si mesmos eram considerados o próprio conhecimento, por outro, os adeptos da escola dos *Annales* inferem as “fontes” na busca de respostas que satisfaçam questões previamente propostas sem, contudo, impedi-las de serem rebatidas (ARÓSTEGUI, 2006, p.469). Deste modo, os fatos históricos passam a ser vistos como uma construção, o que amplia sua ideia se comparada à concepção tradicional, a qual deduzia que os mesmos – os fatos – eram encontrados em estado bruto nos documentos.

Pelo que foi discutido até aqui, ainda considero a proposta da escola metódica pertinente para o trabalho dos historiadores. Contudo, também penso que uma adequação às novas necessidades da história é de fundamental importância. Não cabe mais ao pesquisador posicionar-se de maneira técnica, imbuído de “espírito de método e espírito de finura” (GLÉNISSON, 1961, p.167), a fim de julgar sua fonte. Além disso, torna-se imprescindível desprender-se da tradicional noção de “crítica” para proceder a uma “compreensão” das fontes, conforme indicou Marrou (1978).

Partindo de uma “filosofia crítica da história”, Marrou quis “sair do entorpecimento em que [...] o positivismo manteve os historiadores” (1978, p.10). Apesar disso, o filósofo da história não conseguiu desvincular-se da ideia de superioridade dos textos, “cuja precisão não pode ser substituída por nenhuma outra coisa” (1978, p.65). A novidade em sua proposta seria a observação da História como uma ciência que pressupõe o “conhecimento do homem pelo homem” (MARROU, 1978, p.69). Dentro de tal concepção, as ações humanas – que constituem os fatos históricos – não poderiam ser constatadas de maneira objetiva, ao contrário, deveriam permitir ao historiador “aprende[r] a utilizar de muitas outras maneiras diversos gêneros de documentos e a propor-lhes questões mais sutis e mais variadas” (MARROU, 1978, p.85-86).

Mesmo não pretendendo um posicionamento teórico, Prost (2008) o evidencia, mostrando-se mais propenso aos *Annales*. Conforme suas reflexões, as regras da crítica continuam valendo, porém, de modo a se diversificar “à medida que a história se aprofunda e

se amplia” (2008, p.57). Para o francês, a função primordial deste método “consiste em educar o olhar do historiador em relação a suas fontes” (PROST, 2008, p.61), o que permite variados posicionamentos em relação aos diferentes vestígios, como os contemporâneos, a exemplo de depoimentos orais e fotografias. Assim, o pesquisador afirma que os fatos devem ser construídos a partir de uma crítica interpretativa, sendo, contudo, necessário que “o historiador esteja atento ao sistema de **representações**<sup>35</sup>” (PROST, 2008, p.61) inseridas em suas fontes.

De maneira mais radical, Aróstegui (2006) propõe a substituição do método crítico pela análise documental, justificada através dos progressos técnicos que contribuíram para uma melhor definição e datação das fontes, cujas formas de utilização e conceito também mudaram. Este processo de análise documental pode ser definido como “o conjunto de princípios e de operações técnicas que permite estabelecer a **fiabilidade** e **adequação** de certo tipo de informações para o estudo e explicação de um determinado processo histórico” (ARÓSTEGUI, 2006, p.508, grifo meu). Para Aróstegui, a característica da fiabilidade substitui, “com vantagens, as antigas conceituações [...] da ‘autenticidade’, ‘veracidade’, ‘objetividade’” (2006, p.509)<sup>36</sup>, enquanto que a da adequação permite a seleção das fontes que melhor respondem a um problema proposto.

A reflexão empreendida neste tópico contribui para que eu pense na maneira de estudar os vestígios que melhor respondem à pergunta realizada nesta pesquisa. Assim, para entender a concepção de ensino de História nos pareceres analisados mais adiante, procuro imbuir-me de um “espírito aberto”, tentando “compreender” o “outro” a partir do “eu”. Isto é possível quando considero a análise de uma fonte histórica semelhante ao mesmo processo de um documento que me é contemporâneo, como postulou Marrou (1978).

Ajustando-me a esta característica, infiro as fontes previamente selecionadas. Nesta etapa, aproprio-me de técnicas da hermenêutica. Contudo, se eu divirjo da concepção tradicional em que era utilizada no processo de crítica interna documental, por outro lado, quero definir a utilidade do material apresentado, buscando adequá-lo às questões propostas pela presente dissertação. Vejo que uma crítica externa, ou de fiabilidade, como querem os atuais pesquisadores, não se faz necessária, pois as fontes trabalhadas são evidentemente bem localizadas e inseridas numa série de outras que me permitem afirmar a autenticidade das

---

<sup>35</sup> A palavra em destaque fora utilizada em total consonância ao conceito de Chartier (1990).

<sup>36</sup> Entretanto, penso que os meios instrumentais propostos pelo historiador, a fim de que se proceda à análise de fiabilidade do documento, aproxima-se bastante da crítica externa tradicional. Talvez a diferença esteja nas modernas técnicas de datação, a fim de garantir a autenticidade do documento e na depuração da informação, em que se propõe uma pesquisa por enquete ou questionários comparativos.

mesmas – afinal, um periódico contemporâneo e de ampla circulação, como a Revista do IHGB, já trazia as informações mais necessárias sobre a identificação dos materiais nela contidos.

Desconsiderando parte dos elementos que compõem a crítica interna, como o fato do testemunho – voluntário ou não – e do papel do autor – se bem informado ou não a respeito dos fatos que descreve no documento produzido –, ressalto, entretanto, a necessidade de adquirir uma “boa compreensão do pensamento profundo de seu autor” (GLÉNISSON, 1961, p.73), ou seja, de realizar uma crítica de interpretação. Deste modo, busco compreender a questão semântica, o sentido que as palavras possuem no texto, a fim de desvendar os códigos de um sistema de representação determinado. Esta apropriação dos significados dos documentos coaduna, assim, com a concepção de Chartier, pois, considerando que as representações “são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”, entrevejo “o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (1990, p.17).

### 1.3 PARECERES DAS COMISSÕES DE AVALIAÇÃO DE PESQUISAS: ESTRUTURA E CONTEÚDO

Conforme discorri anteriormente, o IHGB estabeleceu novos critérios para a seleção de sócios, cujo resultado se dava mediante parecer. Entretanto, não foram instituídas regras específicas sobre o que tal documento deveria conter acerca da obra – exigida como título de admissão – analisada. Em geral, os pareceres ressaltavam os principais pontos que definiam se os textos criticados seriam aceitos ou não. Estes são os documentos elencados como as principais fontes deste capítulo. Portanto, seguindo estes indícios, questiono nos pareceres dois tipos de elementos: aqueles que permeiam a identificação das obras avaliadas e os que abordam as representações biográficas de seus autores – ou seja, os candidatos a ingressar na Academia.

Sobre o primeiro aspecto, atino como as fontes discorrem sobre as questões gramaticais, ou seja, as aparências formais dos textos analisados. Além disso, objetivo depreender o valor atribuído pelos pareceristas sobre a abordagem que os avaliados fazem dos fatos considerados históricos, ou seja, a importância atribuída pelos críticos ao conteúdo da obra em foco. A partir desta investigação é possível entrever o posicionamento da agremiação, que considerará se o estudo avaliado pela “comissão de História” possui caráter erudito ou didático. O segundo aspecto, intrinsecamente relacionado ao primeiro, propõe entender o comprometimento – ou não – do candidato aos ideais do IHGB, permitindo

também visualizar a concepção da Instituição acerca do perfil do aspirante, se historiador ou educador.

Antes de me deter nos principais pareceres encontrados, procuro escandir o corpo documental, evidenciando sua composição. Assim, observo tanto o posicionamento das comissões de admissão como das diversas comissões que constituem os diferentes departamentos do IHGB.

Observando os pareceres publicados na Revista do IHGB no período de 1850 a 1880, caracterizo-os como um conjunto documental bastante heterogêneo. Este início representa as discussões sobre novos critérios de seleção de candidatos pelo grêmio. Já o ano de 1876 representa a data do segundo documento encontrado, relativo à obra didática. No interstício entre 1877 e 1880 não observei pareceres que contribuíssem para a presente análise.

Se a pesquisa não avança pela década de 1880 é pelo fato da existência de um estudo realizado sobre esta temática. Trata-se do Erudição Histórica e livro didático de História na Primeira República, texto de Itamar Freitas publicado em seu livro Histórias do Ensino de História no Brasil – v.2 (2010). No trabalho, Freitas empreende uma busca pela relação da ciência histórica com a escrita escolar no IHGB. Ele analisa os pareceres da “comissão de História”, principalmente, no período de 1890 a 1942, sem, no entanto, descuidar do período anterior e posterior a este recorte. Como não encontrou um posicionamento oficial da instituição, Freitas passou a analisar os manuais de dois dos mais importantes sócios do IHGB, João Ribeiro e Sílvio Romero, a fim de responder a questão por ele aventada.

Considerando o marco temporal consultado, observo que as principais funções atribuídas aos pareceres eram consultivas e deliberativas. Consultiva, pois quando um sócio apresentava uma ideia para o desenvolvimento de alguma atividade, a exemplo da “arca de sigilo” (R.IHGB, 1850, p. 133), era necessária a formação de uma comissão que avaliasse a opinião geral, para em reunião ordinária obter uma resposta. Deliberativa, pois consideravam os livros adequados ou não para consulta de seus associados, como no caso do parecer sobre o escrito de Ferdinand Denis, *Une fete brésilienne a Rouen*, arquivado na biblioteca para “ser consultada pelos estudiosos de nossas cousas” (R.IHGB, 1851, p. 449) e do *Compêndio da História do Brasil* de José Inácio de Abreu e Lima (1844), que, considerado plágio do “insignificante” escritor francês Beauchamp, deveria ser “menos recomendável” para a instrução elementar (R.IHGB, 1844, p. 125).

Esta última característica, que censurava algumas propostas, exercia seu poder principalmente sobre a candidatura de novos sócios. Aqueles que almejavam um posicionamento no quadro intelectual da “Casa da Memória Nacional” deveriam, além de

possuir a indicação de pelo menos um membro, submeter um estudo inédito ou já publicado, conforme apresentado. A avaliação deste trabalho era encaminhada à “comissão de admissão”, responsável por deliberar acerca da aprovação ou não do candidato.

Sobre os pareceres que discutem o teor das obras encaminhadas como critério de seleção, a Revista do Instituto apenas enuncia o seu debate ou leitura nas atas – documento que, pelo menos até o final da década de 1850, não possuía uma padronização. Paulatinamente, este tipo de fonte passa a se constituir de maneira uniforme, como observo naqueles que são datados a partir de meados dos anos 1860. Apesar disso, tal proposta somente se concretizou em 1872<sup>37</sup>, quando foi aprovada a sugestão de que as atas fossem mais explícitas e minuciosas, “contendo a íntegra das propostas, indicações e pareceres que houverem sido apresentadas em sessão” (R.IHGB, 1872, p. 578), bem como acerca das discussões realizadas.

De fato, os pareceres citados em ata ganharam maior evidência entre os anos de 1866 e 1871, momento em que o periódico publicou uma seção específica intitulada “Pareceres de comissões ou comissários especiais”. Apesar dos julgamentos estudados neste capítulo não terem sido localizados neste espaço, busco escandir aqueles que aí se encontram a fim de encontrar balizas que me permitam referenciar os documentos selecionados, ou seja, os pareceres sobre o Índice cronológico e as Lições de história pátria – publicados, respectivamente, anterior e posteriormente à existência da referida seção.

Nela, podem ser encontrados 33 julgamentos de novos sócios realizados pela “comissão de admissão”. Destes, seis acompanham as críticas dos avaliadores dos textos. Ou seja, se não posso entrever a maioria dos comentários recebidos pelos trabalhos, posso notar o olhar do grupo responsável pela admissão sobre o parecer do comitê que a antecede. Então, caracterizo adiante os dois tipos de fontes, as primeiras produzidas pelo setor responsável pela admissão de novos candidatos e a segunda, responsável pela avaliação do trabalho exigido como título.

Afinal, como se estruturavam os pareceres admissionais? Os documentos eram curtos. Geralmente, apresentavam um só parágrafo, com aproximadamente 20 linhas. Alguns acompanhavam pequeno texto biográfico, intitulado “notícia”, onde também se apresentava algum comentário sobre a obra do candidato utilizada como requisito para admissão. Esta “notícia”, contudo, não ultrapassava duas páginas e se caracterizava por elogiar

---

<sup>37</sup> Ata da 11ª sessão em 11 de outubro de 1872. In: R.IHGB, 1872, p. 577-578.

demasiadamente o candidato, procurando justificar a entrada dele por qualidades, nem sempre – penso – eram em prol das letras.

Os pareceres seguiam os mesmos protocolos, iniciando da seguinte forma: “A comissão de admissão de sócios, considerando a proposta de [nome do sócio ou mais de um, se fosse o caso], é de parecer que [nome do candidato] seja admitido na qualidade de sócio [correspondente ou efetivo], servindo de título de admissão a sua obra [título da obra]”. Ao final deste cabeçalho, bem como do texto biográfico apresentado em seguida, localizavam-se as datas tópica e cronológica, seguido da assinatura dos relatores. Observo ainda que, na ausência da “notícia”, aspectos biográficos poderiam surgir no próprio cabeçalho, seguindo após o título da obra.

Em parte dos casos, 15 dos 33 consultados, os candidatos não apresentaram trabalhos. As justificativas eram vagas e evidenciavam sempre o mesmo teor. Possuir “apreço”<sup>38</sup> ou ser “um exímio cultor das letras”<sup>39</sup>, exibir “um espírito investigador”<sup>40</sup>, mais ainda, demonstrar “exuberantes provas de sua ilustração e habilitações literárias”<sup>41</sup> eram algumas das qualidades atribuídas ao candidato que o eximiam da produção destinada à seleção. Desta forma, considerava-se o conjunto dos trabalhos realizados pelo novo membro, possuidor, portanto, de “nome já conhecido”<sup>42</sup>, suficientes para o seu ingresso.

A outra parte dos pareceres de admissão, nos quais os candidatos apresentaram o texto-requisito – 18 casos –, apenas seis tiveram a crítica da “comissão de avaliação” específica anexado; onze receberam comentários imprecisos, que não explicavam de maneira contundente as habilidades do candidato e, finalmente, um não teve seu trabalho avaliado. O último caso ocorreu no parecer admissional recebido pelo general Wencesláo Paunero. Curiosamente, a comissão posicionou-se “abstendo por justos e ponderosos motivos de emitir juízo sobre o trabalho oferecido para título de admissão” (R.IHGB, 1870, p. 407). Com o título Memória sobre os limites entre a confederação Argentina e a república de Bolívia, penso que, pelo menos uma das razões para que o trabalho não fosse alvo de julgamento esteja relacionada ao fato de que o IHGB defendia pontos de vista contrários à citada questão, o que poderia gerar conflitos internacionais, afinal de contas, uma das temáticas recorrentes no sodalício era o das fronteiras do Brasil.

<sup>38</sup> Parecer de admissão de Alexandre Magno de Castilho. In: R.IHGB, 1868, p. 397.

<sup>39</sup> Parecer de admissão de José de Luca. In: R.IHGB, 1868, p. 396.

<sup>40</sup> Parecer de admissão do padre Brasseur de Bourbourg. In: R.IHGB, 1868, p. 395.

<sup>41</sup> Parecer de admissão de José Rosendo Guterres. In: R.IHGB, 1869, p. 301.

<sup>42</sup> Parecer de admissão de Manoel Rouaud y Paz Soldan. In: R.IHGB, 1871, p. 381.

Atentando-me aos comentários da “comissão de admissão” sobre o parecer das obras-requisitos, realizados pelas comissões de avaliação, enfatizo que os onze documentos não demonstraram críticas consistentes, talvez em virtude da falta de minúcia na análise dos textos. Eram olhares bastante superficiais e se destinavam a elogiar o autor e/ou seu trabalho. Destacava-se, por exemplo, que o candidato possuía “habilitações e amor ao trabalho”<sup>43</sup> e que a obra levantava “importantes questões”<sup>44</sup>. No mesmo sentido, outras assertivas enfatizavam a utilidade do texto não por ser “simples narração, nem reprodução irrefletida”, mas pelo candidato conseguir superar sua ideia, originalmente expressa no título<sup>45</sup>. Assim, em casos positivos, concluía-se que a obra apresentada era “digna para servir de título de admissão”<sup>46</sup>.

Quanto aos pareceres das comissões de avaliação, anexados ao parecer de admissão, estes não eram longos. Dispunham de, no máximo, três laudas. Em geral, iniciavam com o título “Parecer da comissão [de história, geografia ou arqueologia] sobre [nome do estudo] de autoria [nome do candidato]”. Embora haja seis certificados de admissão com os pareceres das obras anexos, existem apenas cinco pareceres. Isto porque a “comissão de História” julgou duas obras em um único documento.

A crítica que aborda a biografia apresentada como requisito por Olegário Herculano de Aquino e Castro, intitulada “Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel: Elogio histórico” não trata apenas deste estudo. O documento também tece considerações sobre o texto de Ladislao de Sousa Melo e Neto, intitulado “Investigações históricas e científicas sobre o Museu Nacional”. Comentando genericamente os dois trabalhos e após discorrer sobre a pertinência dos temas propostos pelos autores, o avaliador ressalta que “os dois escritos revelam, pela elegância e facilidade do estilo e pureza da frase, que seus autores dispõem de conhecimento da língua e de grande hábito de escrever” (R.IHGB, 1871, p.361). Deste modo, fica evidente que a preocupação do censor permeava o campo da forma (ou seja, o emprego correto da escrita), mais que a do conteúdo dos escritos (a fidedignidade dos assuntos abordados pelo autor).

Os outros pareceres, mesmo apresentando-se mais cuidadosos, ao avaliar um texto por vez, apresentam a mesma estrutura. Produzidos pela “comissão de Geografia” estão o Atlas do Império do Brasil, de Cândido Mendes de Almeida; Cenas de viagem, de Alfredo d’Escagnolle Taunay e Itinerário da Cruz Alta ao Campo Novo da província do Rio Grande

<sup>43</sup> Parecer de admissão do Cônego Manoel da Costa Honorato. In: R.IHGB, 1871, p. 380-381.

<sup>44</sup> Parecer de admissão de Henrique Ambaner Schutel. In: R.IHGB, 1868, p. 379-394.

<sup>45</sup> Parecer de admissão de José Maria da Silva Paranhos Junior. In: R.IHGB, 1867, p. 484-485.

<sup>46</sup> Parecer de admissão de Domingos de Santa Maria. In: R.IHGB, 1870, p. 405.

do Sul, de Henrique Ambaner Schutel<sup>47</sup>. A “comissão de Arqueologia e Etnografia” avaliou a Descrição histórica das moedas romanas de S. M. El-Rei o Sr. D. Luiz I, de Augusto Carlos Teixeira de Aragão, este, o maior dos pareceres, com três páginas.

Em geral, destacavam a trajetória profissional do avaliado (recurso que se repetia no parecer de admissão), realizando, em seguida, uma síntese da narrativa dos trabalhos. A conclusão seria pela utilidade ou não da obra. Nos casos apresentados, foram todos positivos aos respectivos autores. Para elucidar, os comentários destacavam não só o “valor histórico que encerra”, como a “agradável forma literária com que se acha elaborada”<sup>48</sup> a(s) obra(s). Nessas condições, indicava-se a suficiência do trabalho para admissão do candidato.

Comparado aos pareceres das obras de Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho e de Américo Brasiliense de Almeida e Mello – obras com caráter didático, segundo seus autores –, os comentários críticos feitos aos textos acima citados apresentam mais diferenças do que semelhanças. Apesar da proximidade do corpo do texto – iniciando com um parágrafo explicativo acerca da obra e do autor que se vai julgar, bem como o parágrafo conclusivo, onde geralmente se apresentava o resultado –, a avaliação do conteúdo era diferenciada.

Enquanto os pareceres de avaliação dos trabalhos dos candidatos se restringiam à forma do texto, já que a narrativa dos fatos era sempre elogiada, os pareceres de Malheiro Filho e Brasiliense discorriam com mais ênfase sobre os conteúdos abordados. Neste sentido, as avaliações recebidas por estes dois aspirantes a sócio, principalmente a do primeiro, parecem mais próximas daquelas realizadas não com a finalidade de admissão de novos sócios, mas sim com o intuito de deliberar acerca da utilidade do manual apresentado. São estes os pareceres que pretendo analisar a seguir.

#### 1.4 PARECER SOBRE O ÍNDICE CRONOLÓGICO DE AGOSTINHO MARQUES PERDIGÃO MALHEIRO FILHO

A solicitação de Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho para avaliação do seu Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história do Brasil (1850) e, conseqüentemente, seu ingresso à confraria dos intelectuais historiadores padecia de um lento processo, quando em sessão realizada no dia 19 de junho de 1851, o consócio Joaquim Manuel de Macedo apresentou o seguinte requerimento:

---

<sup>47</sup> Este não apresenta o título, visto que foi avaliado através de carta remetida à “comissão de Geografia”, por Guilherme Schuch Capanema.

<sup>48</sup> Parecer da comissão de Arqueologia e Etnografia acerca da obra – Descrição histórica das moedas romanas, pelo Dr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão. In: R.IHGB, 1871, p.362-364.

Requeiro que o parecer do Sr. Bivar com os aditamentos apresentados sejam remetidos à comissão de admissão de sócios com a proposta que apresenta o Sr. Perdigão Malheiros para membro do Instituto, afim de que ela ofereça um parecer definitivo (R.IHGB, 1851, p. 470).

O parecer de Diogo Soares da Silva de Bivar foi apresentado, coincidentemente, no mesmo dia das novas propostas para reformulação do estatuto, em 22 de novembro de 1850. Entretanto, a irmandade não discutiu de imediato a proposta do aspirante, possivelmente para solucionar primeiramente o caso do novo regimento. Isso permitiu a disposição de um tempo maior para que outros membros tecessem comentários acerca do estudo recebido pela “comissão de História”. Assim, um apêndice ao parecer de Bivar foi encaminhado por Joaquim Caetano da Silva e, posteriormente, uma nota, por Cândido Batista de Oliveira. Tais eram os “aditamentos” que Macedo citava no requerimento.

No mês seguinte, em 18 de julho, a proposta de Malheiro Filho foi discutida. Após longo debate quanto à categoria que o candidato ocuparia, visto que em seu pedido constava a de efetivo, o relator da “comissão de admissão” optou por enquadrá-lo dentre os correspondentes, visto não haver vagas naquela classe. Por maioria de votos, Malheiro foi aclamado novo sócio. Mesmo assim, o teor do parecer, bem como dos aditamentos aplicados ao trabalho do novo agremiado, ficaram silenciados até 1852, momento em que os editores da Revista do IHGB resolveram publicá-los.

#### **1.4.1 Transcrição<sup>49</sup>**

Visualizando o parecer transcrito a seguir, tentei compreender os elementos revelados pelo documento e seus aditamentos. A partir deles, consegui definir o que o olhar da “comissão de História” evidenciou sobre a concepção de ensino da referida ciência humana. Como o presente texto já foi apresentado mais acima, ressalto apenas que o mesmo é uma cópia do que fora divulgado em reunião ordinária de 22 de novembro de 1850, sendo transcrito em 1852, no volume 15 da Revista do IHGB.

---

<sup>49</sup> Adoto os critérios estabelecidos pelas “Normas técnicas de transcrição e edição de documentos manuscritos”, cujas diretrizes foram fixadas durante o “II Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e de Ensino Paleográfico”, realizado em São Paulo nos dias 16 e 17 de setembro de 1993. Desta forma, a transcrição é realizada linha por linha (numeradas a cada cinco), mantendo-se os elementos de acentuação, pontuação e ortografia conforme o original. Seu objetivo é elucidar a análise que dele se faz posteriormente, quando destacarei algumas frases, mais bem visualizadas em seu contexto.

[p.75]  
 PARECER  
 SOBRE O

Indice chronologico do Sr. Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro  
 Apresentado ao Instituto, na sessão de 22 de Novembro de 1850,  
 pelo socio effectivo  
 O SR. DIOGO SOARES DA SILVA DE BIVAR

SENHORES!

1. O indice chronologico dos factos mais notáveis da  
 historia do Brazil, desde o seu descobrimento em 1500 até  
 10 1849, compilado pelo Sr. Agostinho Marques Perdigão  
 Malheiro Filho, indica bem pelo seu titulo, que o A. não  
 se propuzera a escrever a historia do Brazil, mas tam só-  
 mente a registar, pela serie dos annos, os factos que devem  
 servir de material para os que houverem de escrever essa  
 15 historia.

[p.76]

2. Parecendo-me nova e por ventura mal lembrada  
 A divisão de um índice chronologico em títulos, e cada um  
 d'estes títulos abrangendo um seculo; pois que em verdade  
 a noção de titulo é relativa á discriminação das matérias,  
 20 e não a esta ou aquella comprehensão de annos, percor-  
 rerei o mesmo índice, e pelo seguimento dos seus artigos,  
 irei notando o que se me offerecer.

3. Começa o A., em 1500, por dizer que partindo de  
 Lisboa com destino á Índia, uma esquadilha sob o com-  
 25 mando de Pedro Alves Cabral, obrigado este a descambar  
 (são as suas proprias palavras) para o O., afim de des-  
 viar-se das costas, acossado pelos ventos e impellido cada  
 vez mais para este rumo, e entregue assim á mercê da  
 Providencia, avistára as terras da America meridional  
 30 Em 22 de Abril.

4. Ora este – entregue assim á mercê da Providencia  
 - a cuja conta aliás todos nós andamos, não deve passar  
 desapercibido pela critica, porque semelhante modo de  
 exprimir, dá logar a pensar que a navegação de Pedro  
 35 Alves Cabral fora obra do acaso, ou da sorte dos ventos,  
 sem ter parte n'ella a previsão do navegador, o que assim  
 não é.

5. Pedro Alves Cabral, sahindo do porto de Lisbôa  
 em o dia segunda-feira 9 de Março de 1500, e prosseguindo  
 40 sua viagem com vento favoravel, houve vista das Cana-  
 rias aos 14 daquelle mez, e aos 22 dias das ilhas de Cabo  
 Verde; mas passando a de S. Thiago (outros dizem a de  
 S. Nicoláo), lhe sobreveio entre ellas, antes de tomar o  
 cabo, tamanho temporal que se deu com todas as outras  
 45 naus quase por perdido. Livre porém do temporal, por  
 fugir da costa de Guiné, onde as calmarias poderiam em-  
 baraçar seu caminho, sahio ao mar quanto mais lhe con-  
 vinha para melhor dobrar o Cabo da Bôa Espe-

50 rança. E empégado demasiadamente no oceano austral,  
sendo já um mez que ia naquella derrota, se achou aos  
22 de Abril á vista de terra da parte de oeste, terra in-  
cognita, e não esperada dos navegantes n'aquella altura.  
Isto escrevia eu ha mais de 40 annos no resumo da vida  
de Cabral, que corre impressa.

[p.77]

55 6. Logo Pedro Alves Cabral não se entregou aos  
mares como finalista, que é o que de alguma maneira  
quer dizer – á mercê da Providencia –; traçou a sua  
derrota para a India por um trilho novo, e si n'este trilho  
60 avistou e descobriu a terra de Santa Cruz, a achada  
pode-se dizer casual, mas os meios que conduziram à des-  
coberta não foram por certo casuaes.

7. O A. esqueceu-se de registrar o dia em que Ca-  
bral partiu de Lisboa, cujo conhecimento aliás não importa  
pouco para se vêr o acerto da sua navegação, vencendo  
65 o grande trajecto em 43 dias, viagem que ainda hoje  
mesmo se teria por afortunada; e esqueceu-se outro sim  
de registrar o dia em que no litoral do Brazil se celebrou  
pela 1ª vez o sacrificio incruento, e as circumstancias que  
acompanharam este acto da parte dos indígenas. E para  
70 ser em tudo minguido este artigo, a frota de Pedro Alves  
Cabral se alcunha de esquadilha, quando é sabido, que  
este illustre capitão trazia sob seu mando não menos que  
treze vélas, sendo 10 caravelas e 3 navios redondos, nos  
quaes vinham embarcados 1.200 homens de armas!

75 8. Tratando dos sucessos de 1503 deixa o A. de re-  
cordar que foi n'este anno que Fernando de Noronha des-  
cobriu a ilha d'este nome.

9. Dizendo que até o anno de 1521, em que morreu el-  
rei D. Manoel, apenas se enviavam para o Brazil para o po-  
80 voar e colonisar, degradados, criminosos, prostitutas, em-  
fim a escoria da sociedade, devia saber, que até esse tempo,  
é dizer, 25 annos depois da descoberta, foram pouquis-  
simos os Portuguezes, que vieram para o Brazil, e esses  
para formarem presidios, ou propagarem a religião.

85 10. Registrando o A. a chegada á Bahia em 1549 do  
governador geral Thomé de Souza, filho de João de Souza,  
prior de Rates, diz que vieram com ele os primeiros je-  
suitas, que pizaram no Brazil, mas não accrescenta que  
com ele vieram tambem outros sacerdotes, ministros da  
90 justiça, militares de conceito, homens de officios me-  
caticanicos, colonios propriamente ditos, e alguns de-  
gradados para trabalharem nas fortificações, fazendo  
todos o numero, pouco mais ou menos, de 1.000 pessoas.

[p.78]

Deixou outro sim de mencionar, que fora Thomé de Souza  
95 que exaltára á villa a povoação que achára no sitio  
da Victoria, cuja igreja ele fundou, e que depois  
essa villa se foi convertendo na cidade de S. Sal-

- vador. Observo, que mencionando o A. o nome de alguns jesuitas illustres por suas letras, virtudes e trabalhos evangelicos, que vieram ao Brazil, nunca lhe ocorreu o do padre Antonio Vieira.
11. Nomêa o A. quem foi o 1º bispo do Brazil, e a sua chegada á Bahia, mas não diz qual fôra o fim desgraçado d'este prelado, que regressando para Portugal em 105 1566, e dando á costa a náu que o transportava no sorvedouro de Vasa-barris, os Indios o mataram e juntamente ao provedor mór Antonio Cardoso de Barros, com a maior parte da gente que com elle ia.
12. Tendo el-rei D. Sebastião por sua lei datada em 110 Evora aos 20 de março de 1570 prohibido o captiveiro dos Indios no Brazil, salvos os tomados em justa guerra, seria conveniente registrar-se este facto sob a rubrica do anno, assim como as leis posteriores que revogaram ou antes mais liberalmente ampliaram aquella, de 11 de 115 novembro de 1595, 30 de julho de 1608, 10 de setembro de 1611, 6 de junho de 1755 e 8 de maio de 1758. D'estas duas ultimas é verdade que o A. faz menção nos anos respectivos, mas sendo a catequese, civilização e liberdade dos Indios uma das questões mais importantes para 120 a historia do Brazil, parece necessário indical-a ao historiador desde sua origem.
13. Aponta o A. a chegada á Bahia em 1572 do governador geral Luiz de Brito de Almeida: quereria eu, que acrescentasse ser este o 1.º governador que tirára 125 pau-brazil por conta do Estado, e ter sido fundada no seu tempo, por diligencia do padre Ignacio de Azevedo, a primeira igreja dos jesuítas com a invocação de Nossa Senhora da Ajuda.
14. Diz o A., que no anno de 1578 viera Diogo Lourenço da Veiga render a Luiz de Brito. Creio, que se chamava Lourenço da Veiga e não Diogo Lourenço. Entre 130 este governador e o que lhe succedeu, houve um governo [p.79] interino composto do senado da câmara e do ouvidor geral Cosme Rangel, nomeado por esse Lourenço da Veiga poucas horas antes de morrer em 1583.
15. O governador Manoel Telles Barreto não chegou 135 á Bahia em 1582, mas sim em 1584.
16. Tratando o A. do anno 1590, diz, que Christovão de Barros, governador interino, recebera ordem para repellar 140 os Indios, que infestavam algumas povoações. Não é de todo exacto. Morrendo repentinamente o governador Manuel Telles, entraram na governança, pelas vias de successão, o bispo D. Antonio Barreiros, e o provedor da real fazenda Chistovão de Barros, o qual portanto não era o só 145 governador.
17. O A., memorando até aqui (1603) todos os governadores do estado, salta repentinamente de D. Diogo Bo-

150 telho a Diogo de Mendonça Furtado. Entre um e outro  
 governador, quer dizer de 1602 a 1621, houveram os go-  
 vernadores D. Diogo de Menezes, Gaspar de Souza e D.  
 Luiz de Souza. Não foi em 1603, nem em 1622, que Bo-  
 telho e Furtado tomaram posse, mas sim em 1602 e 1621.  
 18. Quando, pelo aprisionamento do governador Men-  
 donça Furtado, se fez uma eleição popular para prover  
 155 ao governo do estado em tão desastrosas circumstancias,  
 ao bispo D. Marcos Teixeira, de quem se trata no anno  
 de 1624, associou-se-lhe o auditor geral do exercito.  
 19. Diz o A., que D. Fradique de Toledo d'Eça en-  
 trára na Bahia com a sua armada em 28 de março de  
 160 1625; a relação official por elle assignada, com o nome de  
 D. Fradique de Toledo Osorio, dá-o entrado em 29. Es-  
 queceu ao A. registar a data da capitulação, que foi a  
 30 de abril, e a entrada na cidade no 1.º de maio.  
 20. É verdade que restaurada a Bahia, tomára pos-  
 165 se do governo geral D. Francisco Rolin de Moura, que  
 pouco mais de um anno durou na governança. Foi no  
 tempo d'este governador que informado Philippe III do  
 serviço que havia feito á corôa um preto, escravo do vi-  
 gario da freguezia de Santo Antonio do Carmo, o qual duran-  
 170 te a guerra com os Hollandezes, trepado em cima de um  
 [p.80]  
 genipapeiro com um sacco de pedras, matava ás pedradas  
 quantos Hollandezes podia alcançar, mandou libertar o  
 preto á custa da real fazenda, fundar uma fortaleza no lo-  
 gar do genipapeiro, com o nome de Santo Antonio, que  
 175 era o do preto, e fez dela capitão ao mesmo preto.  
 21. Deixa o A. de declarar quaes os governadores  
 geraes, que succederam a Rolin de Moura, até o marquez  
 de Montalvão D. Jorge Mascarenhas, que foi o primeiro  
 que teve a patente de vice-rei. Foram estes Diogo Luiz  
 180 de Oliveira, D. Pedro da Silva, conde de S. Lourenço, D.  
 Fernando Mascarenhas conde da Torre, e D. Vasco Mas-  
 carenhas conde de Obidos. Creio, que a junta provisoria,  
 que ficára governando pela prisão do marquez de Montal-  
 vão, se compuzera não de tres, mas de quatro membros  
 185 de mais, pela intervenção na governança do senado da ca-  
 mara, é dizer o senado, o bispo D. Pedro da Silva, o pro-  
 vedor da real fazenda, e o mestre de campo Luiz Bar-  
 balho.  
 22. O ataque da Bahia por Segismundo creio ter  
 190 sido em 8 de março de 1647, e não em 1646.  
 23. Do conde de Villa-pouca, que aliás é Villa-pou-  
 ca de Aguiar, e que succedeu a Telles da Silva, salta o A.  
 do anno de 1650 em que entrou no governo João Rodri-  
 gues de Vasconcellos e Souza, conde de Castello-melhor, no  
 195 anno de 1675, no qual diz ele que ficára o Brazil gover-  
 nado por um triumvirato, por ter morrido o governador  
 geral. Mas quem foi este morto? quaes os governadores

que succederam a Castello-melhor? Como se formou o triumvirato, e quaes os membros que o compunham? O morto foi Affonso de Mendonça Furtado, 1.º visconde de Barbacena: os governadores, que succederam a Castello-melhor, foram D. Jeronimo d'Ataide conde de Atouguia em 1654, Francisco Barreto em 1657, D. Vasco Mascarenhas conde de Obidos sendo a segunda vez que governava o estado com a patente de vice-rei, em 1663, e Alexandre de Souza Freire em 1667, ao qual em 1571 succedeu o mencionado visconde de Barbacena. Quanto ao triumvirato, diz a chronica: que morrendo o governador, e não havendo vias de successão, se fizeram côrtes, quer dizer

[p.81]

se convocou o clero, nobreza e povo, e n'ellas se nomearam para o governo interino ao chanceller, ao mestre de campo e ao vereador mais velho da camara. Este mestre de campo, chamado Roque da Costa Barreto, ficou governando só interinamente desde 15 de março de 1678 até 23 de maio de 1682, em que chegou o novo governador geral Antonio de Souza e Menezes, denominado o Braço de prata.

24. Não lembrou o A., que a rainha a Sr.<sup>a</sup> D. Luiza, regente do reino na menoridade de seu filho D. Affonso VI, dividira o governo geral do Brazil em duas repartições, do norte e do sul, nomeando para esta o celebrado Salvador Corrêa de Sá e Benevides. E ainda que desde então a maior parte das capitánias foram governadas por governadores, já com a patente de capitães môres governadores, já com a de capitães generaes, sem immediata sugeição ao governo geral, todavia como a sede d'este ora com a patente de vice-rei, ora sem ella, continuou sempre na Bahia, parece, que devia o A. continuar também a serie desde 1678 até a época em que a capital de todo o estado se transferiu para o Rio de Janeiro. E seguindo a serie, direi, que a Antonio de Souza de Menezes succedeu o marquez das Minas em 4 de junho de 1684, e depois Mathias da Cunha em 4 de junho de 1687; Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho em 10 de outubro de 1789; D. João de Lencastre em 22 de maio de 1694; D. Rodrigo da Costa em 3 de junho de 1702; Luiz Cezar de Menezes em 8 de setembro de 1705; D. Lourenço d'Almeida em 3 de maio de 1810; Pedro de Vasconcellos e Souza em 14 de outubro de 1711; D. Pedro Antonio de Noronha, conde de Villa Verde, em 13 de junho de 1714; D. Sancho de Faro e Souza, conde de Vimieiro em 21 de agosto de 1718; Vasco Fernandes Cezar de Menezes, conde de Sabugosa em 23 de novembro de 1720; o conde das Galvêas em 11 de maio de 1735; o conde de Atouguia em 16 de dezembro de 1749; D. Marcos de Noronha, conde dos Arcos, em 23 de dezembro de 1755; e D. Antonio d'Almeida, marquez do Lavradio, em 9 de janeiro de 1760. Foi este o ultimo

vice-rei, que residiu na Bahia, tendo havido no espaço que vai marcado da successão dos governadores geraes e

[p.82]

- 250 vice-reis, alguns governos interinos, que deixo de nomear por brevidade.  
Tenho-me demorado muito no que respeita á historia do Brazil até os fins do século passado, mas pouco direi pelo que toca ao em que vivemos, já porque todos os factos
- 255 não consignados no indice são por nós todos sabidos, já porque a fazer resenha de tudo o que me parece devêra notar-se ou registrar-se no Indice Chronologico, e ahi não está, me empenharia em obra sobejamente comprida, e para a qual me falta habilitação sufficiente e tempo
- 260 tambem. No entretanto farei algumas observações, não para arguir, mas para lembrar e rectificar.  
Mingoadissimo é o artigo do A., quando trata da transferencia da corte de Lisboa para o Brazil. Nem assignala o dia em que a real família sahira do Tejo, nem as
- 265 forças da esquadra portuguesa, aliás formando a respeitavel força de 8 naus de linha, 4 fragatas de conta, 3 brigues e uma escuna, com as suas respectivas guarnições; nem finalmente o encontro da esquadra portuguesa com
- 270 ingleza, que a espera á barra de Lisboa, não para a combater, mas para saudar os reaes viajantes que ella transportava, e os acompanhar incolumes, acontecimento este singular e único na historia antiga e mais na moderna! Si o A. tivesse lido o despacho que aos lords do almirantado dirigiu o commandante em chefe da esquadra britânica, onde se lêem estas memoraveis palavras, que
- 275 tanto acreditam ao Sr. D. João VI – The prince said every thing that the most cordial feelings of gratitude towards, and confidence in his magesty and british nation, might be supposed to dictate –, talvez dêsse a este artigo
- 280 dos seus annaes mais algum desenvolvimento para poder conduzir o historiador. O nome do almirante Manoel da Cunha Souto-maior, que com tanta pericia e prudencia dirigiu a derrota da armada, no meio de uma tormenta formidavel; o nome do almirante sir Sidney Smith, que
- 285 commandava a esquadra britanica, nome classico na historia da guerra passada, não poderam ter entrada no Indice Chronologico do Sr. Perdigão Malheiro!  
Dizendo o A. que a nau, que transportava o principe regente, arribára á Bahia, esqueceu-se de lembrar, que
- [p.83]
- 290 n'essa mesma nau vinha a rainha a Sr.<sup>a</sup> D. Maria I; e dizendo mais que o principe regente entrára no Rio de Janeiro em 7 de março, nunca falando da rainha, devêra antes notar, que a noticia da sahida de sua majestade e alteza para o Brazil havia aqui chegado em 15 de janeiro, e que a serenissima princesa a Senhora D. Maria
- 295 Benedicta, tendo entrado no dia 19 de fevereiro, se con-

- servou a bordo até a chegada e desembarque de sua augusta irman e sobrinho, acto este de uma delicadeza e de um alcance político, que, honrando sobremodo a memoria d'esta illustre princesa, não deve escapar ao historiador do tempo.
- 300 Noto, que, escrevendo o A. da tomada de Caiena franceza, não declare o nome do distincto official, que comandou esta expedição.
- 305 Noto mais, que, registando o A. os tratados com a Gran-Bretanha, assignados em 19 de Fevereiro de 1810, em os quaes, diz ele, se estipulou muita cousa acerca do Brazil, não especifique d'essa muita, o que é de mais essencial para conhecimento do leitor e do historiador, e vem a ser a declaração magnânima do principe regente da tolerancia religiosa nos estados do Brazil, e a abolição do trafico da escravatura nos portos da costa d'África, que não pertencessem ao dominio da corôa de Portugal.
- 310 Noto mais a inexactidão do artigo do anno de 1815, relativo aos ajustes com a Gran-Bretanha. No dia a que se refere o A. assignaram-se em Vienna uma convenção e um tratado: pela primeira ajustou-se em trezentas mil libras esterlinas a indemnisação, que á Gran-Bretanha devia pagar ao Brazil pelas presas feitas pelos cruzadores ingleses até o 1.º de junho de 1814; e pelo segundo estipulou-se a cessação por parte do Brazil, de todo o commercio de escravos ao norte do equador. E porque não registou o A. no seu indice, que o principe regente de Portugal e do Brazil fora por seus plenipotenciarios um dos signatarios do tratado de paz geral, e que n'esta alta cathegoria tivera assento no famoso congresso de Vienna, aberto em 3 de novembro de 1814, e
- 315 [p.84]
- 330 fechado em 9 de junho seguinte, figurando assim e merecidamente, entre os maiores potentados do mundo? Não será este por ventura um facto notável em relação mesmo á historia do Brazil?
- 335 Noto em ultimo lugar, que, compilando o A. um indice chronologico, parece, que devera limitar-se a registar os factos sem os moralisar, pois que de outra sorte toma já o character e a responsabilidade de historiador.
- 340 E n'este presupposto não deixarei passar sem reparo, primo: as suas reflexões sobre os cursos jurídicos e as faculdades de medicina, creação que elle condemna, e que deseja substituir por um systema geral de estudos á sua guisa; secundo: as arguições que faz ao tratado de commercio celebrado com a Inglaterra em 17 de agosto de 1827; tercio: as declamações contra as exigências da França apoiadas pela expedição do almirante Roussin, cujos pormenores elle ignora inteiramente, e que aliás
- 345 terminaram honrosamente para o Brazil pela convenção

de 21 de agosto de 1828, de que o A. se não faz cargo  
na sua compilação, assim como não menciona o memo-  
350 randum inglez para a indemnisação das presas do Rio da  
Prata, e que ao Brazil custou alguns milhões de cru-  
zados; quarto: a sua opinião sobre a lei que interpretou  
o acto addicional; quinto finalmente: os arrotos de va-  
lencia politica com que condemna o procedimento do go-  
355 verno no conflito do official americano com alguns  
guardas nacionais. E quanto a este ponto, si o A. entende,  
que o governo por condescendencia e deferencia deixara  
sahir o official, continuando todavia o processo, como logo  
abaixo imprime a este acto de summa prudência, o ferrete  
de fraqueza da parte de nosso ministro o barão de Cayrú!  
360 Ora o A., instruído como é, não baralhará por certo  
condescendencia com fraqueza, que não importa a mesma  
noção, pois que em verdade tambem o forte condescende;  
e si o acto da entrega do official americano partiu de uma  
bem entendida condescendencia da parte do governo,  
365 como é ao mesmo tempo um acto de fraqueza da parte do  
ministro, que não obrava per si só, mas como órgão de  
todo e ministerio! E fico aqui.

Tal é, senhores, o que me ocorre dizer sobre o indice

[p.85]

370 chronologico de que é questão. A sua apreciação pertence  
ao Instituto. Quanto ao sucinto esboço do estado do  
Brazil nos fins do anno proximo passado, e que vem  
por modo de appendice ao indice, abstenho-me de entrar  
na sua analyse, que me levaria a considerações mui pro-  
fundas e quiçá impertinentes. Reconhecendo por boas  
375 as intenções do A., e n'elle estudo e talento, direi  
comtudo que me parece algum tanto exagerado na  
sua exposição do estado do paiz; e acrescentarei  
que de nenhuma sorte me conformo com o calculo da  
população do Brazil orçada pelo A. em sete a oito milhões  
380 de habitantes, sendo tres de escravos. Ora entre 7 a 8,  
tomados os numeros em abstracto, a differença é pouca;  
mas quando se tomam em concreto, e cada unidade repre-  
senta um milhão de homens, a differença já é muita. Seja  
o que fôr, o que eu sustento com algum conhecimento de  
385 causa, é que não pôde haver estatística, por mais que ella  
se estique, que dê o resultado dos calculos do A., ou  
mesmo que se lhe aproxime.

Rio de Janeiro 22 de novembro de 1850.

*Diogo Soares da Silva de Bivar.*

Diferentemente da forma como eram estruturados tais documentos, o Parecer sobre o Índice cronológico do Sr. Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro se assemelhava, por exemplo, ao Primeiro Juízo (1844), de Francisco Adolfo de Varnhagen, que tratava de uma crítica feita ao Compêndio da História do Brasil (1844) de José Inácio de Abreu e Lima<sup>50</sup>. Assim, sem seguir o padrão observado anteriormente, este documento se apresentou mais longo, ocupando 11 páginas da revista, não enfatizou o perfil biográfico do candidato e, sobretudo, apresentou os defeitos da pesquisa. Além disso, a crítica recebeu um lugar de destaque, pois é facilmente localizado no índice do décimo quinto volume do periódico, ou seja, figura entre as contribuições literárias e não entre a seção destinada às atas.

Estruturado em 24 pontos, os comentários de Diogo Soares da Silva de Bivar detêm-se ao conteúdo do livro, contrapondo as informações do material com seus próprios conhecimentos. Inicialmente, os apontamentos do comentarista elogiam a organização da obra, pois “parecendo-me nova e por ventura mal lembrada a divisão de um índice cronológico em títulos, e cada um destes títulos abrangendo um século”, Bivar percebeu que tal estrutura apresentava-se “relativa à discriminação das matérias, e não a esta ou aquela compreensão de anos” (linhas 16 a 20). O único comentário positivo dá lugar às críticas mais severas em seguida.

Percorrendo o Índice cronológico, as falhas apontadas pelo parecerista concerniram à abordagem dos assuntos, não sendo visíveis críticas em relação à escrita. Para Bivar, Malheiro Filho cometeu equívocos devido aos esquecimentos, exageros ou cópias de ideias de outros pesquisadores. Isto é evidenciado através de um conjunto de expressões utilizadas no parecer, tais como: “o autor esqueceu-se de registrar” (linha 62), “deixa o autor de recordar” (linha 75), “devia saber” (linha 81), “não acrescenta” (linha 88), “deixou de mencionar” (linha 94), “nunca lhe ocorreu” (linha 100), “não diz” (linha 103), “seria conveniente registrar” (linha 112), “não é de todo exacto” (linha 140). Outro exemplo, ao discorrer acerca da trajetória de Pedro Álvares Cabral, Malheiro Filho copiava o crítico que afirmava já ter escrito “há mais de 40 anos” sobre aquela temática (linhas 53 e 54).

Conforme o documento, a maior falha foi a imprecisão na abordagem dos assuntos relativos à contemporaneidade, ou seja, a partir dos acontecimentos ligados à chegada da

<sup>50</sup> Caracterizado como um parecer deliberativo, o Primeiro Juízo representou ainda a fagulha para um polêmico episódio que envolveu seu autor, Varnhagen, e o avaliado, Abreu e Lima. Dentre os “pecados” cometidos pelo autor do Compêndio da História do Brasil, ele “ousara chamar os índios de brasileiros; condenara os colonos, principalmente os paulistas, [...] colocara-se ao lado dos padres jesuítas no seu conflito com os colonos a respeito dos índios” (GASPARELLO, 2004, p.95). Por outro lado, Abreu e Lima não seguia o método crítico, pertinente à concepção moderna de História e também “propunha uma periodização própria, esquivando-se da proposição inicial do cônego Januário da Cunha Barbosa ao IHGB, a qual dividia a História do Brasil em uma época antiga e outra moderna” (MATTOS, 2007, p.122).

família real portuguesa ao Brasil em 1808. Apesar de considerar tais fatos dispensáveis de aprofundamento, já que “todos os fatos não consignados no índice são por nós todos sabidos” (linhas 254 e 255), Malheiro Filho suprime datas e nomes de personagens considerados importantes, bem como de lugares que serviram de palco para acontecimentos históricos.

Concluindo seu pensamento, Bivar afirma que a compilação de um índice deveria “limitar-se a registrar os fatos sem os moralizar, pois que de outra sorte toma já o caráter e a responsabilidade de historiador” (linhas 334 a 336). Ele também recrimina os “arrotos de valentia política com que condena o procedimento do governo no conflito com o oficial americano com alguns guardas nacionais” (linhas 352 a 355). Ao criticar o governo, Malheiro Filho correu o risco de receber o tratamento de repúdio dirigido a Abreu e Lima por semelhante motivo, na citada crítica aplicada por Varnhagen. Contudo, o parecerista ameniza, afirmando somente “que me parece algum tanto exagerado na sua exposição do estado do país” (linhas 376 e 377).

Anexo ao parecer de Bivar, encontram-se as considerações de Joaquim Caetano da Silva, originalmente apresentadas na sessão de 9 de maio de 1851. Seus apontamentos se apresentaram na forma de 47 dúvidas sobre as considerações feitas pelo principal crítico. Assim como aquele, Silva também destacou as imprecisões de Malheiro Filho quanto à exposição dos fatos, datas e nomes de personagens que figuram na História do Brasil. Porém, ao contrário do primeiro, o segundo comentador indicava os erros encontrados no Índice, apresentando referências bibliográficas para retificá-los, o que avolumou seu texto em 28 páginas. Além disso, numa atitude de apadrinhamento<sup>51</sup>, criticou, inclusive, as imprecisões da avaliação feita por Bivar.

O tom de provocação aumenta e, como se tivesse arrolado nomes de vários estudiosos que já haviam se dedicado à História do Brasil, diferentemente de Bivar, que recorreu exclusivamente à sua “memória”, Silva incita: “ou erram todas aquelas graves autoridades, ou erra o sábio Censor” (1852, p. 111).

Voltando à avaliação do trabalho de Malheiro Filho, o segundo parecerista não apresenta uma postura convincente quanto ao estudo analisado, mas parece aprovar a entrada do candidato, afirmando:

onde quer que esteja o erro, fica sempre certo, que a história pátria é ainda muito pouco sabida, até das nossas sumidades literárias; e que merecem ser galardoados

---

<sup>51</sup> É o que podemos entrever na ata da 3ª sessão em três de junho de 1881, quando Manoel Duarte Moreira de Azevedo afirma que a obra de Malheiro Filho foi “severa e injustamente criticada pelo relator da comissão respectiva”, fazendo-se necessário que o “seu venerado mestre” se levantasse para defendê-lo (Cf. R.IHGB, 1881, p. 353-354).

pelo Instituto com benévolo incentivo aqueles mancebos, que, como o Sr. Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro, dedicam a tão importante estudo uma inteligência viçosa (SILVA, 1852, p. 111-112).

O terceiro avaliador, Cândido Batista de Oliveira, apresentou sua nota em 20 de junho de 1851. Em três laudas, o crítico se restringiu ainda mais que os outros ao comentar apenas um dado estatístico, contestado por Bivar. Na verdade, sua intenção não foi defender os cálculos efetuados por Malheiro Filho acerca do número estimado da população brasileira, mas “declarar por esta ocasião, que a minha opinião a este respeito é anterior à publicação da obra do Sr. Perdigão, ou pelo menos à época em que dela tive conhecimento” (OLIVEIRA, 1852, p. 115).

A análise das críticas recebidas pelo estudo de Malheiro Filho não revela apenas a preocupação da “comissão de História” com o teor do trabalho apresentado. Sobretudo, denota a existência de disputas entre homens letrados que queriam ou sentiam a necessidade de demonstrar mais erudição que seus pares.

Pelas lentes dos avaliadores, a obra apresentada não possuía uma concepção específica, seja como pesquisa historiográfica, seja como manual didático. Na verdade, o Índice cronológico foi interpretado como um instrumento de referência para historiadores, pois, conforme Bivar, “o autor não se propusera a escrever a história do Brasil, mas tão somente a registrar, pela série de anos, os fatos que devem servir de material para os que houverem de escrever essa história” (linhas 11 a 15). Por tal assertiva, Malheiro Filho se caracterizaria como, no máximo, um curioso sobre a História.

Embora a comissão não tenha conseguido definir com precisão o caráter da obra, talvez tenha acertado na definição sobre o autor. É provável que o Índice cronológico não atendesse aos tipos de pesquisas que então eram realizadas pelo Instituto. Assim, tanto houve a dificuldade de classificá-lo, como também de apresentar um resultado imediato à proposta do candidato. Apesar disso, Malheiro Filho parecia ter uma noção bem formada acerca da utilidade de seu estudo. Através de carta enviada ao então presidente do IHGB, Cândido José de Araújo Viana (Marquês de Sapucaí), explicou-se que sua pesquisa se tratava de

um trabalho para facilmente se estar ao fato dos acontecimentos mais salientes da nossa história, para mais facilmente serem eles conhecidos e sabidos de maior número, e talvez para **um compêndio, por onde a nossa mocidade possa estudar e aprender a história do país**; estudo, a meu ver, indispensável para completa educação, o que infelizmente não tem sido tomado na devida consideração: por quanto V. Ex. não ignora que entre nós estuda-se e ensina-se história antiga, da média idade e moderna; mas do que diz respeito à história pátria só de pouco tempo vai-se introduzindo, e com pouco entusiasmo, o seu ensino nas escolas, quando

deverá talvez ser ela a preferida, por ser a que de mais perto nos toca, e de mais imediato interesse nos deve ser (R.IHGB, 1850, p.418, grifo meu).

Por um lado, o candidato não era historiador, mas um amador de “inteligência viçosa” e ousadia para tentar “moralizar” os fatos por ele arrolados, o que não eram atributos suficientes para designar sua obra como ciência. Por outro lado, mesmo apresentando objetivos relativos à educação, com sua proposta de utilização pela “mocidade”, já que esta carecia de disciplinas voltadas ao ensino da História pátria, o Índice cronológico não foi entendido como manual didático pelo IHGB. Desta forma, objetivo, então, refletir acerca do perfil biográfico de Malheiro Filho, a fim de depreender os aspectos que corroboram o viés educacional sugerido por ele em sua obra.

Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho nasceu na cidade de Campanha, então província de Minas Gerais, aos 5 de junho de 1824, falecendo no Rio de Janeiro, a 3 de junho de 1881. Bacharelou-se em Letras pelo Colégio Pedro II e fez o curso de Ciências Sociais e Jurídicas na Faculdade de São Paulo, doutorando-se em 1849, um ano antes de publicar o seu Índice cronológico (SILVA, 1867; BLAKE, 1902). A partir de 1850 começou a exercer a advocacia, sendo, mais tarde, representante de sua província na Câmara Legislativa, no período de 1869 a 1872. Dentre os títulos de honraria recebidos, destaco o de Membro Honorário do IHGB, em 1873.

A trajetória de Malheiro Filho na Academia foi intensa e bem vista pelos seus consócios. Lá, o jurista integrou as comissões de “revisão de manuscritos” (1854, 1855 e 1858) e “subsidiária de História” (1856, 1857 e 1859). Destacou-se, sobretudo, como relator da “comissão de admissão de sócios”, onde atuou a maior parte do tempo (1860 a 1873 e de 1877 a 1879). Além disso, compôs a “comissão de estatutos e redação da revista” (1874 a 1877). O seu compromisso com os assuntos do IHGB contribuiu para que o “antigo e ilustrado consócio” (R.IHGB, 1873, p.552) fosse indicado à categoria honorária<sup>52</sup>, distinção recebida por poucos. Assinada por nove membros e aprovada por unanimidade<sup>53</sup>, a honraria destacava o longo período de participação, a “assiduidade e zelo” com que ocupava o cargo de relator da “comissão de admissão” e, finalmente, a repercussão do livro que serviu de título para seu ingresso, que promoveu “proveitosa e esclarecida discussão [...] assim como outros

<sup>52</sup> Ata da 2ª sessão, em 27 de junho de 1873. In: R.IHGB, 1873, p.549-554.

<sup>53</sup> Ata da 7ª sessão, em 12 de setembro de 1873. In: R.IHGB, 1873, p.575-580.

escritos [...] [que] dão irrecusável testemunho do apreço que [o] liga às letras e à história da nossa pátria”<sup>54</sup> (R.IHGB, 1873, p.574).

Na ocasião de seu falecimento, o IHGB se pronunciou<sup>55</sup>, fazendo uma breve homenagem, que se repetiria ainda naquele ano, durante a sessão de aniversário do Instituto, em 15 de dezembro de 1881. Neste segundo momento, também marcado pela demonstração de respeito ao intelectual Malheiro Filho, o orador interino, Franklin Távora, proferiu um discurso no qual destacava o jurista como “um revolucionário do seu tempo” (1881, p.481), visto que havia combatido a escravidão sem conspirar contra o Estado.

Entretanto, ao contrário do posicionamento de Olegário Herculano de Aquino e Castro (integrante da “comissão de admissão”) e Manoel Duarte Moreira de Azevedo (secretário suplente) –, que assinaram o parecer admissional de Malheiro Filho para a categoria honorária –, Távora afirmou que as obras produzidas pelo jurista não acompanharam o ritmo de seu “talento”, isto porque lhe faltava “inteligência especulativa”. O orador admitiu ainda que seu consócio não possuía “fogos da imaginação”, ou seja, a capacidade de escrita capaz de envolver os leitores, a exemplo dos romancistas, e nem a “investigação tenaz do homem da ciência” (TÁVORA, 1881, p.482). Por outro lado, afirmou que “a característica de seu espírito é a análise das leis em presença dos princípios aceitos” (TÁVORA, 1881, p.482).

Apesar de seu interesse pelo estudo das leis, Távora afirmou que Malheiro Filho “nunca” se entregou totalmente à política. No entanto, acredito que o orador estivesse se referindo a uma prática específica – a qual ele não cita –, posto que, como afirma anteriormente, Malheiro Filho era um “revolucionário”.

Distintamente à sua primeira publicação – o Índice cronológico (1850) –, o jurista apresentaria mais três estudos cuja abordagem refletia sua experiência profissional, antes de trazer à tona o trabalho que o tornaria ainda mais conhecido no mundo dos intelectuais, A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social. A obra, que se dividia em três volumes, sendo o primeiro de 1866, dedicava-se ao “nosso direito sobre os escravos e os libertos” (TÁVORA, 1881, p. 483), enquanto que o segundo e terceiro, ambos de 1867, versavam sobre índios e africanos. Assim, o orador do Instituto destacara que, se não foi o primeiro manifesto em prol da abolição da escravatura, a obra representava a mais eloquente “pela largueza das considerações, pelo meditado exame da escravidão sob todos os aspectos em que pode ser encarada” (TÁVORA, 1881, p.484).

<sup>54</sup> Excerto do parecer de admissão, assinado por Olegário Herculano de Aquino e Castro e por Manuel Duarte Moreira de Azevedo, publicado em ata da 6ª sessão em 22 de agosto de 1873.

<sup>55</sup> Ata da 3ª sessão, em 3 de junho de 1881. In: R.IHGB, 1881, p.353-354.

O referido trabalho de Malheiro Filho tornou-se, inclusive, objeto de estudo na pesquisa desenvolvida por Carlos Henrique Gileno (2003). Intitulada *Perdigão Malheiro e as crises do sistema escravocrata e do Império*, a tese defendida no Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/SP) propôs a compreensão do pensamento do intelectual sobre a emancipação dos negros e a integração dos índios à nação por meio da civilização e catequese.

Embora seja visto como arauto das ideias abolicionistas, o pesquisador afirma que Malheiro Filho era, sobretudo, um “jurista-político”, ou seja, representante de uma elite interessada em construir um Estado monárquico que buscava delimitar, especificamente, a identidade da classe a qual ele pertencia. Para isso, o sociólogo localizou o personagem estudado em um ambiente que refletia a continuidade colonial, o escravismo e o lusitanismo do século XVIII, percebendo, então, que os juristas-políticos – representantes da elite imperial oitocentista, a exemplo de Malheiro Filho – “estariam imbuídos da tarefa de restaurar e expandir uma ordem, buscando concretizar dois intentos fundamentais: a construção do Estado monárquico e a constituição de uma classe senhorial” (GILENO, 2003, p.29). Desta maneira, se por um lado Malheiro Filho se aproximava dos ideais da população, professando uma educação com condições iguais de acesso aos mais elevados cargos, por outro lado, a concepção de progresso do jurista coadunava aos de reforma moral e intelectual projetada pela elite imperial (GILENO, 2003, p.27-28).

Ao considerar a obra que conferiu o acesso de Malheiro Filho ao IHGB, Gileno a definiu como um ensaio inserido “no debate contemporâneo sobre a constituição histórica do Brasil” (2003, p.18), comparando-se a outras iniciativas desta ordem, a exemplo da empreitada por Joaquim Manuel de Macedo em suas *Lições de História do Brasil* (1861). Apesar disso, o pesquisador reconhece, utilizando as palavras do próprio jurista, que o Índice cronológico destinava-se à instrução nas escolas primárias. Contudo, não se aprofunda no propósito de entender o caráter didático do livro – até porque não era seu objetivo. Mesmo assim, provavelmente sem intencionalidade, Gileno apresenta a possível função da referida obra do jurista quando discorre que, para Malheiro Filho, “a instrução deveria garantir a unidade do Império, difundindo tanto uma língua nacional como garantindo a expansão territorial” (GILENO, 2003, p.28).

Reservadas as imprecisões do modelo de escrita<sup>56</sup>, observo que o Índice cronológico de Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho pode ser caracterizado pelo compromisso

---

<sup>56</sup> Como a citação de alguns fatos sem a sua comprovação através de fontes e a aplicação de juízos de valor em relação às atitudes das personagens descritas, por exemplo.

com a pesquisa histórica, demonstrado pela organização de fatos, discutidos e aceitos (parcialmente) por estudiosos dos oitocentos. Corroborando com este pensamento, no apêndice em que o autor buscou apresentar um “Sucinto esboço do Estado do Brasil ao findar o ano de 1849”, é possível notar suas reflexões em torno dos problemas administrativos, econômicos e, até mesmo, culturais, do país.

Mesmo não sendo talentoso no campo da escrita, conforme apontou Távora, os elementos da obra citada me permitem concordar com Gileno, quando enquadra o jurista como representante de uma elite intelectual. De mais a mais, se considerasse a obra apresentada como requisito para ingresso ao IHGB como didática, conforme a sugestão do próprio Malheiro Filho, provavelmente discordaria de Bivar, pois, na medida em que o Índice representa uma reunião de fatos, estes poderiam ser utilizados não pelo historiador – possuidor de um olhar atento –, como discorre o crítico, mas sim pelos escolares. Logo, vejo que a obra não se caracterizava nem pela erudição, nem pelo didatismo, mas poderia ser definida a partir da relação e dos propósitos que o leitor estabelecesse no próprio ato de leitura.

Penso que a pesquisa do jurista se enquadrava como um exercício de memorização pessoal, a exemplo de anotações feitas em cadernos escolares utilizados em consultas posteriores pelos seus autores. Assim, na ânsia por adentrar ao mundo das letras e de obter prestígio social, a exemplo de Perdigão Malheiro (pai)<sup>57</sup>, o Perdigão Malheiro Filho utilizou-se dos recursos que possuía no momento posterior ao seu doutoramento da Faculdade de Ciências Sociais e Jurídicas de São Paulo, espreitando a oportunidade de surgir como “jovem promissor” – como foi considerado por Silva, segundo avaliador de seu trabalho, por exemplo.

A questão é que, originalmente, o Índice não foi pensado para um público escolar, já que, como denota sua trajetória, Malheiro Filho não possuía vínculos com o sistema educacional oficial do período. Na apresentação do Índice, destinada “ao leitor”, o próprio jurista afirmava que os fatos arrolados no seu texto “não devem ser ignorados de Brasileiro algum, sobretudo daqueles que se consagram à vida literária, política e etc.” (MALHEIRO FILHO, 1850, p. I). Partindo destas premissas, depreendo duas possíveis razões para que o autor considerasse seu trabalho como didático no momento de apresentá-lo ao IHGB. Primeiro, a possibilidade de ampliação do público leitor, como ocorria com outros

---

<sup>57</sup> Membro honorário do IHGB no momento da publicação do Índice, a quem a obra é dedicada.

intelectuais, a exemplo de Abreu e Lima<sup>58</sup>. Segundo, havia certo temor à rejeição da obra por parte dos críticos – e aqui me refiro não só aos membros do IHGB, mas também ao mundo letrado –, interessados em estudos mais aprofundados sobre a História do Brasil.

### 1.5 PARECER SOBRE AS LIÇÕES DE HISTÓRIA PÁTRIA DE AMÉRICO BRASILIENSE

Ao contrário do lento processo de admissão enfrentado por Malheiro Filho, o de Américo Brasiliense de Almeida e Mello não se alongou muito. Provavelmente pelas boas relações estabelecidas por este novo agremiado com antigos sócios do Instituto. É o que se entrevê na proposta de sua candidatura<sup>59</sup>, assinada por mais de um sócio. Constavam nela os nomes de Olegário Herculano de Aquino e Castro, Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, Joaquim Manuel de Macedo e Joaquim Antonio Pinto Junior. Ou seja, três membros a mais do que o necessário para tal formalidade.

A obra que servia de título para admissão eram as Lições de história pátria, ofertada ao IHGB por intermédio de Olegário Herculano. Em pouco tempo, a “comissão de História” se pronunciava quanto ao trabalho de Brasiliense, cuja leitura do parecer se deu na última sessão ordinária de 1876<sup>60</sup>. Entretanto, iniciadas as reuniões do ano seguinte<sup>61</sup>, o citado documento foi aprovado e encaminhado para a “comissão de admissão”, que logo aprova o seu ingresso<sup>62</sup>. Curiosamente, a avaliação das Lições de história pátria foi realizada pelo mesmo sócio que intercedeu à proposta admissional e a oferta da obra, o que me leva a crer não apenas no interesse por parte do autor, mas também da agremiação em tê-lo como representante. Resta saber se esta relação influenciou o parecer da obra.

Os documentos que comprovam a avaliação do título – parecer sobre as Lições de história pátria – e ingresso de Américo Brasiliense ao quadro de sócios correspondentes – parecer de admissão – seguem o padrão geral já exposto. Vejamos a transcrição do documento que comprova as habilidades necessárias para a ocupação da vaga pelo candidato.

---

<sup>58</sup> Mattos (2007) explica que, procurando ampliar o público do “Compêndio da História do Brasil” (1844), os editores do livro de José Inácio de Abreu e Lima organizaram uma segunda edição especificamente para o público escolar.

<sup>59</sup> Ata da 10ª Sessão, em 29 de setembro de 1876. In: R.IHGB, 1876, p.428-435.

<sup>60</sup> Ata da 14ª sessão, em 24 de novembro de 1876. In: R.IHGB, 1876, p.451-459.

<sup>61</sup> Ata da 1ª Sessão ordinária, em 20 de abril de 1877. In: R.IHGB, 1877, p.409-421.

<sup>62</sup> Ata da 3ª Sessão, em 18 de maio de 1877. In: R.IHGB, 1877, p.429-439.

### 1.5.1 Transcrição<sup>63</sup>

O parecer que ora transcrevo foi lido em reunião ordinária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no dia 24 de novembro de 1876. Apesar disso, por algum equívoco, dataram-no como se divulgado aos 26 dias dos referidos mês e ano. Talvez isso tenha ocorrido pelo fato de se tratar de uma cópia, transcrita no volume 39 da Revista do IHGB. A redação do texto é assinada por Cesar Augusto Marques, além de Olegário Herculano de Aquino e Castro, o intermediador do novo sócio, como supracitado.

[p.455]

Leu-se, e ficou sobre a mesa para ser discutido e votado na primeira sessão, o seguinte parecer:

5 “A comissão de historia do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, tendo examinado o livro que, sob o título de Lições de historia patria pelo Dr. Americo Brasiliense, acaba de ser publicado em S. Paulo, vem, de conformidade com o disposto nos estatutos que regem esta associação, emittir o seu parecer sobre o merecimento d’este trabalho litterario.

10 “Não é um tratado o livro do Sr. Dr. Americo Brasiliense; simples, e modesto na fôrma e no objeto, representa apenas o patriotico e louvavel intuito da parte do autor de coadjuvar os esforços de um instructor da mocidade no bom desempenho de sua nobre missão.

15 “Compõe-se o volume de 36 prelecções feitas em 1873 em um collegio particular, e mais tarde compiladas e dadas à luz da publicidade pelo editor José Maria Lisboa. “Sendo a intenção unica do mestre implantar no animo dos seus jovens alumnos o amor pelo estudo das cousas patrias, e despertar a atenção dos ouvintes para um assumpto que tão de perto interessa á educação, destinan-

[p.456]

do-se a ensinar sem fadiga e esclarecer sem pretensão, bem se vê que não podiam deixar de ser as breves lições que dictava limitadas pelo fim a que se propunha o instituidor, e adequadas às circumstancias que as motivavam. 25 “Nem se podia exigir mais, tendo-se em mente quanto é difficil discorrer sobre assumpto de tão transcendente importancia, quando tem o autor consciencia da responsabilidade que assume perante a actualidade, que o attende, e a posteridade, que o aguarda, para julgar a causa da verdade com a isenção de animo que muitas vezes falta ao observador contemporaneo.

30 “O criterio da historia é a verdade. É a historia, na phrase de A Herculano, uma sciencia social, destinada a 35 enriquecer o futuro com a experiencia do passado.

<sup>63</sup> Os critérios de transcrição são os mesmos que foram adotados no parecer anterior.

- 40 “Não a escreve aquelle que sómente narra, mas quem, narrando, traça com fidelidade e rigor as feições características dos tempos que percorre e dos homens que apresenta, investigando com judiciosa critica a origem e a natureza dos acontecimentos, a época e o lugar em que se deram, os resultados que produziram, e a influencia social e política que exerceram sobre os destinos da humanidade inteira.
- 45 “Grave e melindrosa é a missão do historiador philosopho, observador e analysta, que apprehende os factos, estuda-os e classifica-os, assignalando as relações que entre si guardam para deduzir, de causas certas e principios verdadeiros, efeitos legitimos e consequencias necessarias.
- 50 “Só não conhece a gravidade do encargo quem não comprehende o espirito e a sublimidade da historia.
- “Se muitos são os que a escrevem, poucos os que de historiadores podem merecer o justo titulo.
- “Não seja, pois, de estranhar-se que ainda raros se Mostrem entre nós os bons trabalhos históricos, quando  
[p.457]
- 55 sobrelevam as difficuldades com que lutam aquelles que ousam emprehendêl-os.
- 60 “Nem se attribua a pouquidade da colheita á falta de engenho e disposição dos cultores; sobeja o talento; espalha-se a instrucção; fulgura o gênio nos propectos da sciencia; surge brilhante e auspiciosa a geração nova, expandindo-se á luz da liberdade e do progresso; mas, ainda assim, cede o esforço ao desalento, porque não ha incentivo que anime, nem força que resguarde o commettimento d’aquelles que propõe-se a desenvolver a nossa ainda rudimentaria litteratura.
- 65 “Segundo a observação de um sabio escritor dos nossos dias, a litteratura d’este seculo tem perdido em profundeza o que tem ganho em extensão. O serviço do Estado e dos partidos não consente os longos e severos estudos. Cumpre que o talento seja como o relampago, que fulge e passa; a terra chama por elle.
- 70 “Não é a culpa sómente d’aquelles que pretendem que o architecto dê a traça do edificio e carrêe para elle, como alguém já o disse, a pedra e o cimento; mas sim de todos quantos, podendo, não concorrem com a efficacia dos meios de que dispõem para o desenvolvimento moral da sociedade por meio de protecção ás letras, favor ao estudo e apoio ás vocações, que ahi mangram á mingua de conforto e animação.
- 75 “Se, pois, não é muito o que hoje nos dá a reconhecida aptidão do digno prelector o Sr. Dr. Americo Brasiliense, nem por isso se deixe de reconhecer o merito da obra, já favoravelmente acolhida pela imprensa illustrada do paiz.
- 80 “Percorrem as lições o largo espaço que vai das arrojadas viagens de Christovão Colombo e Pedro Alvares
- 85

Cabral até aos ultimos e memoraveis sucessos da historia dos nossos dias.

[p.458]

90 “Na cuidadosa investigação das primitivas chronicas, na deducção dos factos, desenvolvimento das idéias e exacta apreciação dos caracteres, guarda o autor a invariavel segurança e manifesta imparcialidade com que devem ser tratados os assumptos historicos.

95 “Em mais de um ponto, e sem quebra da verdade historica, se revela a tendência que impelle o democrata á defesa afervorada das ideas liberaes; mas quem será aquelle que, na quadra em que vivemos, pretenderá impor barreiras á livre expansão do pensamento?

100 “Quem poderá condemnar o escritor que pugna pelos nteresses da humanidade, quando defende a santa causa da liberdade, que é tambem a causa da justiça?

105 “Ha nas primeiras lições muita noticia, muita noção exacta sobre a divisão de raças aborigenes, colonisação e catechese, missão dos jesuitas, influencia que exerceram sobre os povos que doutrinaram, e muito subsidio valioso para a historia dos tempos coloniaes.

110 “São, porém, de não menor proveito as ultimas lições, que comprehendem o periodo da historia contemporanea. Destaca-se ahi a parte relativa aos movimentos reaccionarios de 1842, illuminada por esclarecimentos, informações e documentos ainda pouco conhecidos, e sempre necessarios para que se possa bem julgar no futuro a causa que debateu-se no passado em nome da opinião e do poder.

115 “Pronunciando-se sobre factos de palpitante interesse para a politica do paiz, não esqueceu o autor o sensato conceito do conde de Ségur, quando nos diz que o melhor meio de escrever a historia de uma época notavel e agitada é expôr com franqueza e imparcialidade aos differentes partidos os erros que commetteram e os excessos a que se entregaram.

[p.459]

125 “As paixões, surdas á voz da justiça, não sabem conter-se sob o influxo do odio ou do entusiasmo. Tudo o que póde favonear a paixão partidaria é innocente; tudo o que a póde contrariar é criminoso. Tambem nos tempos de commoção e de lutas a moderação, culpada aos olhos dos homens de partido, não vem a ser justificada e absolvida senão pelo voto da posteridade.

130 “Enfim, conclue a commissão que o livro do Sr. Dr. Americo Brasiliense é digno da atenção do Instituto, não só pelo valor historico que encerra, como pelo fim a que se destina, e ao qual se mostra perfeitamente accommodado; e n’estes termos julga de seu dever recomendar-o á consideração do Instituto histórico e Geographico Brasileiro. Sala das sessões, 24 de Novembro de 1876. —

135 *O. H. de Aquino e Castro. – Dr. Cesar Augusto Marques.”*

Pela leitura do parecer acima transcrito noto, mais uma vez, que diferente da avaliação recebida por Perdígão Malheiro, em que a forma (estilo de escrita) e o conteúdo (abordagem dos temas) foram alvos das críticas, a recepção de Brasiliense apresenta-se como um elogio aos esforços de um professor por se aventurar num campo árduo e pouco reconhecido pelas autoridades governamentais.

Inicialmente, os avaliadores parecem querer justificar as razões pela qual a obra de Brasiliense merece respaldo. Deste modo, destacam que a obra não é um “tratado”, muito embora, conforme indicação do próprio autor, o livro fosse utilizado em situação didática. Sendo assim, cabe refletir sobre como o citado material não foi considerado um tratado, já que se constituía em uma exposição didática de assuntos relativos à História. Em princípio, penso que talvez os pareceristas estivessem tomando cuidado para que as Lições não recebessem o mesmo tratamento que outras do mesmo gênero, ou seja, fossem deixadas de lado, visto que, por se tratar de matéria “resumida” da História, o IHGB não lhes desse a devida atenção.

Dito o que não era, os comentadores passam a discorrer sobre o que eram as Lições: “simples, e modesto na forma e no objeto, representa apenas o patriótico e louvável intuito da parte do autor de coadjuvar os esforços de um instrutor da mocidade no bom desempenho de sua nobre missão” (linhas 11 a 14). A partir do excerto, deduzo que o caráter da obra é diminuído ao passo em que o caráter do autor é enaltecido. Os adjetivos atribuídos a ambos são reveladores.

O texto não é um tratado, ou seja, não é um instrumento de pesquisa amplo, adequado para a consulta não só de estudantes, mas também de pesquisadores, ele é uma ferramenta “simples” e “modesta”. Por outro lado, o autor é um “instrutor da mocidade”, um “patriota”, adjetivos que no texto – acredito – poderiam facilmente ser substituídos por outro, altruísta. Sim, porque Brasiliense é caracterizado como um intelectual que abdica do ofício da pesquisa para se preocupar com a formação e o “bom desempenho” dos futuros brasileiros. Ele se priva do prestigiado ofício de historiador para se dedicar à formação da sua nação, motivo que leva os avaliadores a considerarem sua missão “nobre”. O tom elogioso continuará no restante do parecer.

Descrita a abordagem da obra, Castro e Marques explicam a estrutura das Lições, compostas pela compilação de 36 preleções realizadas por Brasiliense em 1873 em um colégio particular, não especificado no texto. Contudo, tal explicação fica restrita a um

pequeno parágrafo de três linhas. Novamente, os avaliadores se desviam da tarefa crítica para enfatizar a “intenção única do mestre [de] implantar no ânimo dos seus jovens alunos o amor pelo estudo das coisas pátrias, e despertar a atenção dos ouvintes para um assunto que tão de perto interessa à educação” (linhas 18 a 21).

Apesar de “modesto”, o livro agora adquire uma virtude maior, pois “ensina sem fadiga e esclarece sem pretensão” (linha 22). Obviamente os pareceristas atribuem o mérito a Brasiliense, que discorre sobre assuntos de “transcendente importância” e se posiciona de modo imparcial, raro aos “observadores contemporâneos”, contribuindo com o estabelecimento da “verdade”.

Tomando a ideia de “verdade” como elo, Castro e Marques discutem sobre a concepção de História professada por eles. Isto porque a História é vista como “uma ciência social destinada a enriquecer o futuro com a experiência do passado” (linhas 34 e 35), baseando-se no critério da “verdade”. Esta é, conforme os avaliadores, a grande dificuldade encontrada pelo historiador, que muitas vezes tende a filiar-se a determinado ponto de vista dos fatos. Para eles, um historiador deve ser “filósofo, observador e analista, que apreende os fatos, estuda-os e classifica-os, assinalando as relações que entre si guardam para deduzir, de coisas certas e princípios verdadeiros, efeitos legítimos e consequências necessárias” (linhas 44 a 48).

Devido a esta “gravidade do encargo”, afirmam os pareceristas, há muitos escritores, mas poucos historiadores. E eles atribuem a raridade do surgimento dos “bons trabalhos históricos” não à falta de iniciativa ou criatividade dos pesquisadores, muito menos à falta de instrução. Segundo Castro e Marques, o alheamento aos trabalhos históricos ocorre “porque não há incentivo que anime, nem força que resguarde o cometimento daqueles que propõem-se a desenvolver a nossa ainda rudimentar literatura” (linhas 62 a 65). Prova disso seria que “a literatura deste século tem perdido em profundidade o que tem ganhado em extensão” (linhas 67 e 68).

Tal fenômeno de desprezo às letras não ocorria somente em virtude do desinteresse do Estado e dos partidos que “não consente[iam] os longos e severos estudos” (linhas 69 e 70), os avaliadores também culpavam “todos quantos, podendo, não concorrem com a eficácia dos meios de que dispõem para o desenvolvimento moral da sociedade por meio da proteção às letras, favor ao estudo e apoio às vocações, que aí mangram à míngua de conforto e animação” (linhas 75 a 79).

A constatação (ou construção) do estado da arte realizada por Castro e Marques em nada ajudava a situar o trabalho escrito por Brasiliense. Ao contrário, queria apenas, uma vez

mais, atribuir importância ao autor e sua obra, valor que talvez nem tivesse perante o tribunal do IHGB, mas que necessário para não incorrer, como já dissemos mais acima, no esquecimento do estudo. Mesmo quando os pareceristas reconheceram não ser “muito”, ou seja, não ser uma obra que expunha elementos de profundidade teórica acerca da história pátria, outro fator que se apresentou favorável às Lições foi a positiva acolhida pela imprensa “ilustrada” do país. Dizendo de outro modo, mesmo que o Instituto não gostasse do trabalho, não seria de bom tom ir de encontro às avaliações feitas pela crítica dos intelectuais da imprensa.

Em seguida, num breve parágrafo com apenas quatro linhas, Castro e Marques discorrem superficialmente sobre os assuntos tratados no livro, explicando que percorrem o “largo espaço que vai das arrojadas viagens de Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral até aos últimos e memoráveis sucessos da história dos nossos dias” (linhas 84 a 87). Mais à frente, destacarão também os “subsídios valiosos” para a história dos tempos coloniais e, mais ainda, as informações, os esclarecimentos e os documentos relativos à história contemporânea. Comentários que, isentos de crítica, não explicitam o porquê da importância dos temas abordados.

Conforme os avaliadores, Brasiliense expõe uma “cuidadosa investigação”, produzindo uma “exata apreciação dos caracteres”, elementos que revelam “invariável segurança e manifesta imparcialidade com que devem ser tratados os assuntos históricos” (linhas 88 a 92). Mais que isso, afirmam que Brasiliense não quebra a “verdade histórica” nem quando defende de maneira “afervorada” as ideias liberais. Defendendo o autor das Lições, Castro e Marques indagam: “quem poderá condenar o escritor que pugna pelos interesses da humanidade, quando defende a santa causa da liberdade, que é também a causa da justiça?” (linhas 98 a 100).

Sobre os assuntos de interesse à política do país, os avaliadores ressaltam mais uma vez o caráter objetivo do escritor que expõe “com franqueza e imparcialidade aos diferentes partidos os erros que cometeram e os excessos a que se entregaram” (linhas 118 a 120). Penso que o cuidado na apresentação das qualidades profissionais que os pareceristas tiveram, contribuíram, sobremaneira, para que o IHGB aceitasse a proposta de Américo Brasiliense, “não só pelo valor histórico que encerra, como pelo fim a que se destina” (linhas 130 e 131), como destacam, novamente, Castro e Marques.

Convém ressaltar que, se a concepção acerca do ensino de História expressa no parecer destinado a Brasiliense não foi assinada diretamente pelo relator da “comissão de admissão”, Malheiro Filho, por outro lado, foi compartilhada pelos seus ideais – que,

passados vinte e cinco anos de seu ingresso na Academia, deveriam ser, suponho, mais bem delimitados que no momento de seu ingresso. Digo isto porque, em determinado momento<sup>64</sup>, o jurista deu provas – pelo menos, defendeu a ideia – de que nenhum candidato era aprovado sem o seu crivo.

Porém, ao contrário do jurista, cuja imaturidade naquele momento incitou o levante de ressalvas contra seu estudo, a proposta da obra de Brasiliense era bem definida, sendo, portanto, bem aceita e compreendida pelos julgadores da Academia. Nesse sentido, ao observar a trajetória deste último intelectual, busco depreender as circunstâncias que favoreceram o surgimento de sua obra, bem como aspectos da intencionalidade de seu autor.

Nascido a 8 de agosto de 1833, na cidade de São Paulo, Américo Brasiliense de Almeida e Mello teve sua trajetória marcada pela atuação jurídica, política e educacional. Após doutorar-se em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de São Paulo em 1860, ano em que defendeu sua tese, atuou como advogado. Foi eleito deputado das assembleias legislativas provincial e geral, além de vereador da Câmara Municipal de São Paulo e presidente das províncias da Paraíba e Rio de Janeiro. Em 1882 foi nomeado professor – “lente” – substituto da mesma Faculdade em que obteve o grau de doutor (BLAKE, 1902, p.71-72).

A estas informações, Alfredo Nascimento, orador do IHGB na ocasião da sessão magna de 15 de dezembro de 1896, proferiu um discurso em homenagem póstuma, afirmando que como “um dos primeiros signatários do manifesto republicano de 1870” (1896, p.400), Brasiliense sempre militara em prol dessa causa nos diferentes cargos em que atuara. Assim, mesmo quando impedido de exercer a presidência provincial pela terceira vez, desta feita em Pernambuco, em virtude do indeferimento do partido liberal (a que era afiliado), Brasiliense colocou-se à frente do partido republicano, “cujos destinos com entusiasmo dirigia, enquanto da sua cátedra na Faculdade Jurídica de São Paulo, que conquistara em concurso, doutrinava com magistral proficiência a futura geração da sua pátria” (NASCIMENTO, 1896, p.401).

O advento da República, entendido por Nascimento como a “crise de 15 de novembro de 1889”, possibilitou “novos horizontes” à atividade de Brasiliense. Mesmo nomeado ministro plenipotenciário em Portugal, Ministro da Fazenda e diretor da Faculdade de São Paulo, o político não chegou a exercer nenhum desses cargos, posto que “os movimentos

---

<sup>64</sup> Em ata da 11ª sessão, em 9 de outubro de 1868, Malheiro Filho se defende da acusação de não possuir critérios avaliativos acerca das obras examinadas pelas distintas comissões. A celeuma iniciou quando o parecerista do trabalho de Henrique Ambaner Schutel afirmou que o estudo apresentado por este consócio seria o “mais apropriado aos fins do instituto” (R.IHGB, 1868, p. 353). Visivelmente irritado, o relator da “comissão de admissão” apresenta uma “Exposição”, texto que é anexado à citada ata.

políticos o levaram a dirigir o seu estado natal como governador” (NASCIMENTO, 1896, p.402). Finalmente, Brasiliense serviu como Ministro do Supremo Tribunal Federal, sendo nomeado para o cargo em 1894, pouco antes de seu falecimento, em 25 de março de 1896.

Se a trajetória do paulistano foi intensa no meio político, o mesmo não se pode dizer de sua atuação no IHGB, que, ao contrário do relator da “comissão de admissão” – Malheiro Filho –, favorável a sua entrada, se caracterizou pelo descompromisso em relação às atividades burocráticas do sodalício. Com esta assertiva não quero julgar as intenções do consócio, que, pelo observado até aqui, era decerto um homem público bastante ativo. Além disso, para o Instituto mais valia possuir o nome daquele personagem figurando o seu quadro social do que não tê-lo, mesmo que Brasiliense não participasse com uma frequência maior.

Deixando de enfatizar o lado político da vida de Américo Brasiliense, entrevejo outra faceta igualmente importante – pelo menos para esta pesquisa –, a de professor. Como disse, o paulistano havia sido “lente” na mesma Faculdade em que obtivera o grau de doutor, mas esta não havia sido a sua primeira experiência na área da educação. Antes de lecionar no ensino superior, Brasiliense já ensinava jovens do ensino básico. Isto é o que evidencia o parecer recebido pela obra *Lições de história pátria* transcrito acima.

Ao abrir este manual, seu editor, José Maria Lisboa, faz uma breve apresentação explicando “ao leitor” a origem da obra. Esta se constituiu das lições ensinadas pelo autor no Colégio de São João, instituição de iniciativa privada, localizado na cidade de Campinas/SP. Reconhecido como um “ilustre” intelectual do país, Américo Brasiliense foi convidado pelo proprietário, J. B. da Silveira Caldeira, no ano de 1873, para “cercar aquele estabelecimento de merecida nomeada, assente numa sólida educação” (LISBOA, 1877, p.V).

Suas preleções obtiveram grande sucesso, atraindo a atenção não só dos alunos, como também de “inúmeros cavalheiros que iam ouvir a palavra clara e erudita do ilustre doutor” (LISBOA, 1877, p.V). Diante do prestígio alcançado, Lisboa sugeriu a edição das aulas no jornal “Gazeta de Campinas” e, posteriormente, em livro. Apesar da resistência do autor, as *Lições* vieram à tona, tornando-se um dos principais manuais adotados por algumas escolas, o que se comprova pelo lançamento da segunda edição – a que tenho acesso – um ano após a publicação original de 1876.

Conforme Bittencourt (2008), dentre as três fases de produção da literatura escolar, a obra *Lições de história pátria* poderia ser enquadrada num segundo momento, o da introdução da disciplina de História do Brasil nos currículos oficiais escolares. Neste período, que abrangeu as décadas de 1850 a 1870, evidenciou-se um projeto nacionalista, em que a

História escolar “teve como missão aliar-se ao ensino do civismo, encarregando-se da formação moral do cidadão” (BITTENCOURT, 2008, p.151).

Quanto ao seu autor, Américo Brasiliense compunha o raro painel dos professores que possuíam curso superior e, mais que isso, o dos “professores-autores”, ou seja, aqueles que tiveram uma significativa atuação na confecção de livros, contribuindo para “a expansão da produção didática a partir da segunda metade do século XIX” (BITTENCOURT, 2008, p.181). Ainda de acordo com Bittencourt, é possível afirmar que a prática de Brasiliense não diferiu do seletivo grupo de professores “especializados” – posso dizer – oitocentistas, cuja “organização de textos didáticos não ocorre[ra] [...] desvinculada da prática em sala de aula, como simples adaptações simplificadas dos textos eruditos” (2008, p.182).

Ao analisar os pareceres e as trajetórias de Brasiliense e Malheiro Filho observei dois elementos: a representação dos autores – se considerados educadores ou não – e; a identificação dos livros – se didáticos ou eruditos. Nesse sentido, constatei que apenas Brasiliense foi representado como professor e sua obra, manual didático. Estes aspectos possibilitaram aos avaliadores, membros autorizados do Instituto, apresentar uma concepção de ensino de História. Agora, penso que distanciar-me do periódico – utilizado até o momento por considerá-lo veículo das ideias oficiais do IHGB – e adentrar nas Lições, proporcionará um diálogo mais efetivo das concepções professadas pela Academia e pelo seu representante.

## 2. CONCEPÇÃO DE ENSINO NAS LIÇÕES DE HISTÓRIA PÁTRIA DE AMÉRICO BRASILIENSE

Após compreender a ideia de ensino de História professada pelos representantes autorizados do IHGB no parecer do livro didático *Lições de história pátria*, pretendo, neste capítulo, analisar como essa noção foi construída na obra de Américo Brasiliense. Considerando o livro didático como fonte, reflito sobre o estatuto deste suporte enquanto objeto de pesquisa, isto porque, apesar da “dificuldade de definição”, o manual didático é um instrumento “onipresente” em todo o “mundo” e que possibilita ao historiador diferentes abordagens de investigação (CHOPPIN, 2004).

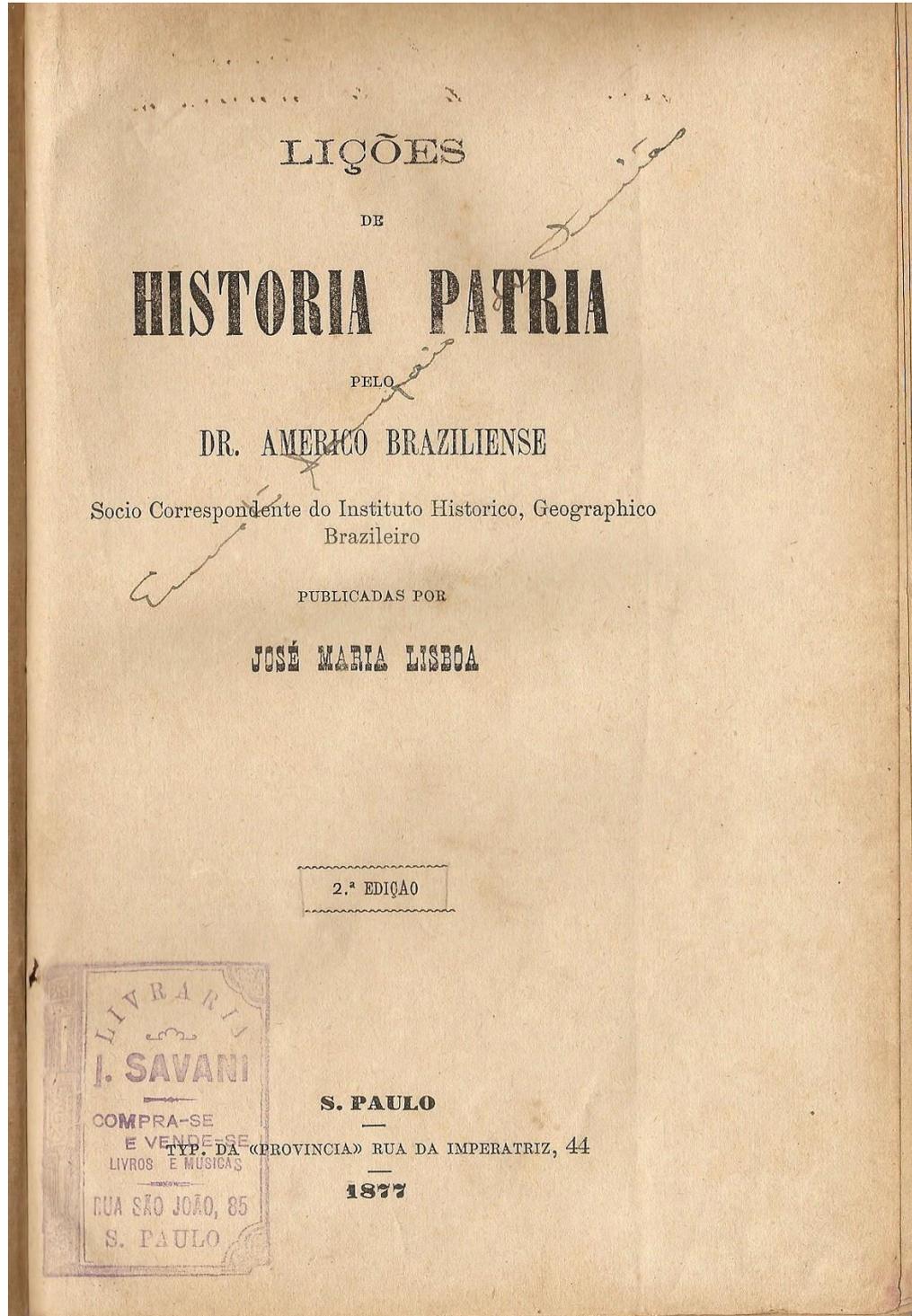
Nesse sentido, o impresso pode ser concebido como “mercadoria”, destinado ao comércio e ao lucro; ou ainda como “signo cultural”, ou seja, “suporte de um sentido transmitido pela imagem ou pelo texto” (CHARTIER e ROCHE, 1976, p.99). Para Choppin, a abordagem “mercadológica” sugere um distanciamento dos conteúdos dos quais os livros são portadores e destaca a investigação do mesmo como um “objeto físico”. Por outro lado, no tratamento que o considera “signo cultural”, o historiador depreende o livro didático como um “documento histórico”, onde se “analisam os conteúdos em uma busca de informações estranhas a ele mesmo” (CHOPPIN, 2004, p.554).

Embora eu pretenda analisar as *Lições de história pátria* a partir deste último aspecto, apresento a sua materialidade a fim de compreender características de sua produção, já que “o desvio [da história do livro] através da erudição técnica não é somente assunto de especialista, [...] mas fonte de conhecimentos novos quanto à edição e circulação dos produtos de cultura” (CHARTIER e ROCHE, 1976, p.100). Além disso, ao observar tal questão, o historiador pode dirigir sua atenção aos manuais didáticos “recolocando-os no ambiente em que foram concebidos, produzidos, distribuídos, utilizados e ‘recebidos’, independentemente, arriscaríamos a dizer, dos conteúdos dos quais eles são portadores” (CHOPPIN, 2004, p.554).

Portanto, a obra de Américo Brasiliense é um livro em capa dura que apresenta duas numerações: a primeira em algarismos romanos, onde se encontra os elementos pré-textuais (12 páginas) e; a segunda em algarismos arábicos, que engloba o texto principal e os apêndices (375 páginas). Como a edição acessada é a segunda, as *Lições* possuem duas apresentações do editor, José Maria Lisboa, intituladas “Ao leitor”. Além disso, os elementos pré-textuais são compostos por pareceres do IHGB – analisados no capítulo anterior –, documentos utilizados, possivelmente, para respaldar o(s) uso(s) do manual. Esta

característica possui tanta relevância que, na folha de rosto – figura 1 – se enfatiza o pertencimento do escritor à Academia.

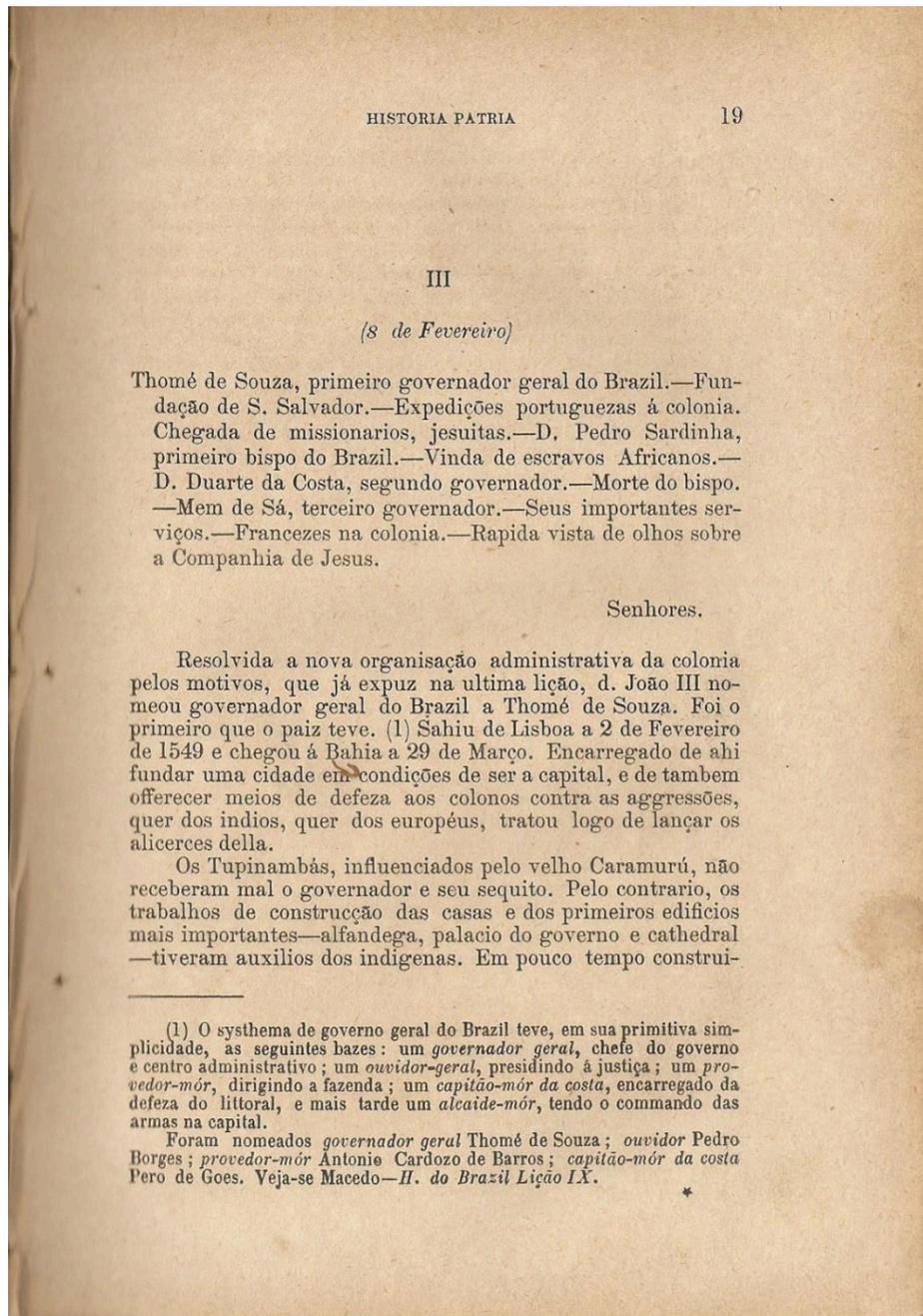
Figura 1: Folha de rosto das Lições de história pátria de Américo Brasiliense.



Fonte: BRASILIENSE, 1877. Acervo particular.

O texto principal é dividido em 36 capítulos, ou “lições”, cada um indicado por algarismos romanos. Conforme a figura 2, após a numeração do capítulo se tem uma data que corresponde ao dia em que a lição foi originalmente ministrada pelo seu autor. Em seguida, aparecem os subtítulos, indicando os principais temas a serem discutidos (recurso utilizado, provavelmente, pela ausência de índice). A nota de rodapé exibida na imagem foi um recurso de ampliação utilizado para a 2ª edição – como alerta o editor na apresentação.

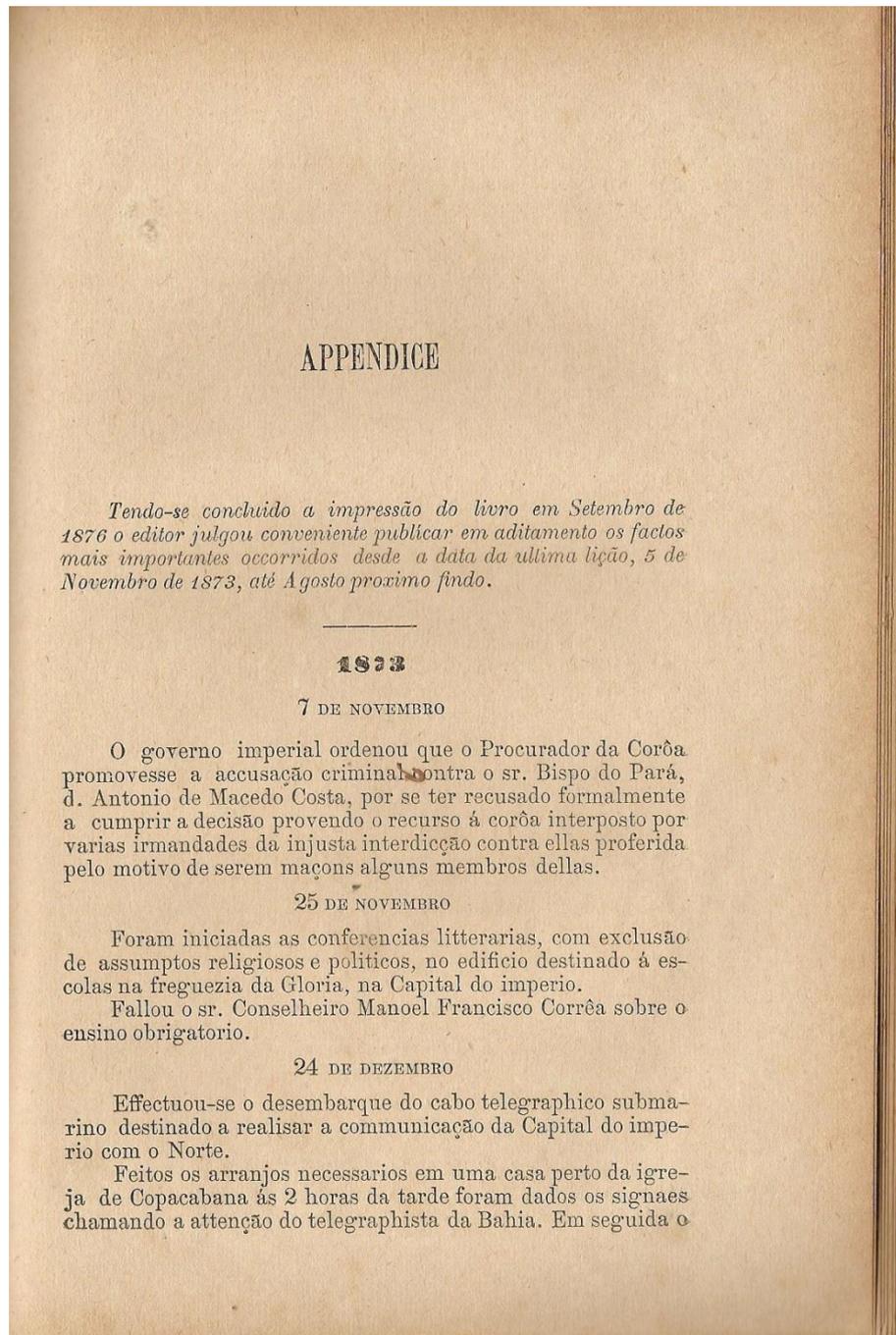
Figura 2: Primeira página da lição III.



Fonte: BRASILIENSE, 1877. Acervo particular.

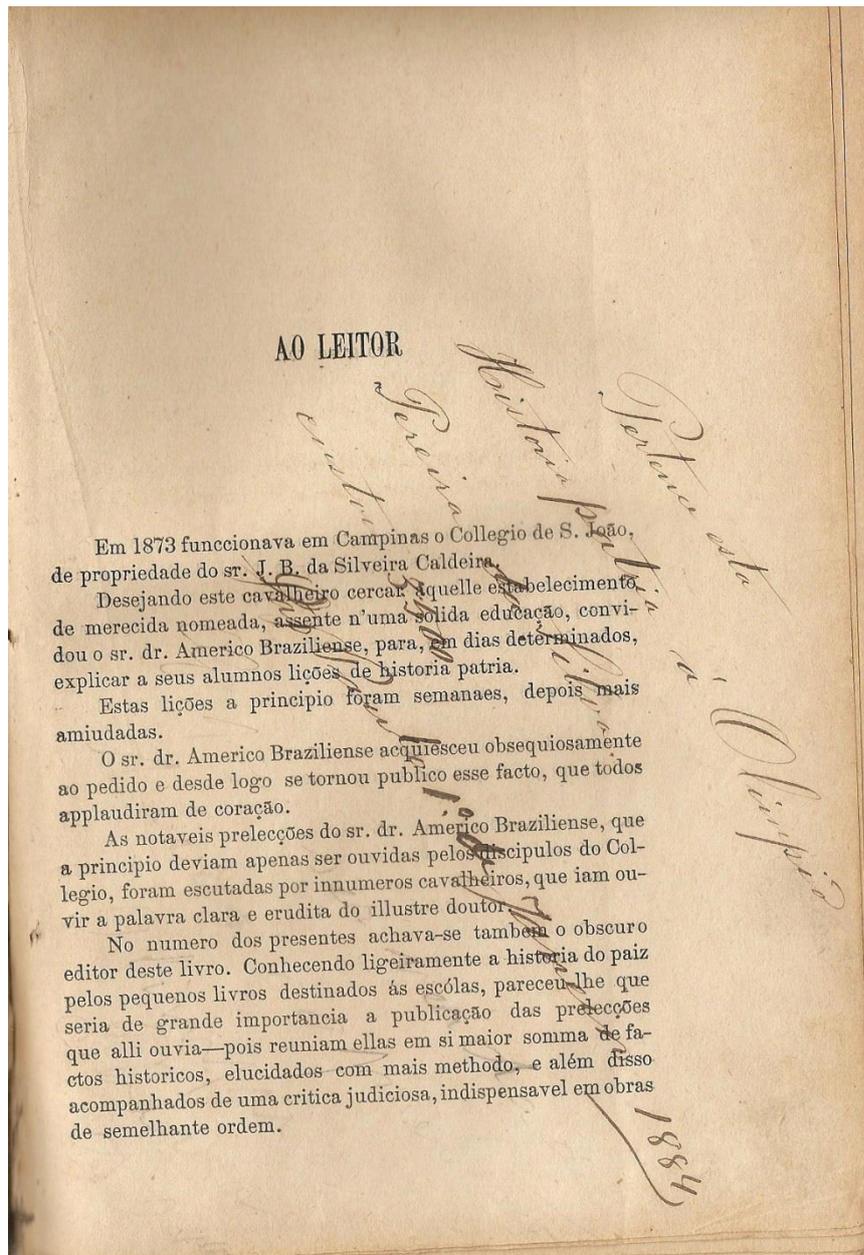
A obra possui dois apêndices, a exemplo da figura 3. O primeiro contém um índice cronológico dos fatos ocorridos entre Sete de novembro de 1873 – data posterior à última preleção do professor Brasiliense no colégio São João – até 15 de agosto de 1877 – data anterior à publicação da segunda edição. O segundo, publicado exclusivamente no volume consultado, dispõe de transcrições de documentos que visam contribuir com a História de São Paulo.

Figura 3: Apêndice das Lições de história pátria.



Uma última informação – curiosa por sinal –, é que o livro acessado possui a marca de um possível leitor contemporâneo às Lições. Nela, o antigo proprietário, Olímpio Pereira da Silva, que, provavelmente comprou o livro – ou ganhou, ou ainda, passou a ler a partir da data e local indicados – em São Paulo, no dia 1º de Janeiro de 1884, afirma que o mesmo tenha custado 3.500 réis – figura 4. Embora pareça irrelevante, tal informação pode, talvez, contribuir com estudos que abordem o perfil do leitor em relação ao valor do impresso.

Figura 4: Marcas de leitura.



Fonte: BRASILIENSE, 1877. Acervo particular.

Legenda: Pertence esta / Historia patria a Olimpio / Pereira da Silva / custou 3500 / São Paulo 1º de Janeiro 1884.

Partindo, agora, da abordagem que concebe o livro didático como “signo cultural” ou “documento histórico”, analiso as Lições de Brasiliense considerando-as “instrumento privilegiado para definição de uma história nacional” (CHARTIER e ROCHE, 1976, p.104), pois “o conjunto dos objetos em que ele toma lugar devolve-nos às práticas sociais que situam o indivíduo no leque das condições”, permitindo um “reconhecimento” (CHARTIER e ROCHE, 1976, p.106). Todavia, mais que tentar compreender a obra como mero reflexo da sociedade em que foi produzida, procuro observar seu autor como um agente que reivindica mudanças em sua realidade cotidiana, pois o manual didático fornece “uma imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável” aos anseios do escritor (CHOPPIN, 2004, p.557).

Conseqüentemente, visando uma aproximação que se utiliza dos conteúdos das Lições a fim de entender a construção da ideia de ensino de História realizada por Brasiliense, aproprio-me também das reflexões empreendidas por André Chervel (1990), pois, ao estudar a história das disciplinas escolares, o estudioso forneceu tipologias de análise que podem ser empregadas na leitura que apresento acerca da obra selecionada.

Chervel evidenciou a história das disciplinas como campo de pesquisa após constatar o pouco interesse dos pesquisadores com o estudo histórico dos conteúdos de ensino (primário ou secundário). Atentando-se à origem da palavra “disciplina”, o linguista francês percebeu que até o final do século XIX o referido termo relacionava-se à vigilância e repressão da conduta nos estabelecimentos de ensino. Entretanto, continuou o estudioso, nas primeiras décadas do século XX, uma larga corrente do pensamento pedagógico manifestou-se, propagando a ideia de “disciplina” como sinônimo de “ginástica intelectual”, termo introduzido no debate para compensar a “crise dos estudos clássicos” e, mais além, para ajudar a “repensar em profundidade a natureza da formação dada ao aluno” (CHERVEL, 1990, p.179), que, até então, caracterizava-se por inculcar conteúdos.

Para Chervel, mesmo com a descaracterização sofrida pelo termo “disciplina” após a Primeira Guerra Mundial, o mesmo ainda conserva e traz à língua um valor específico que o remete à classe escolar. Assim, o estudioso apresentou uma definição que descreveu “disciplina” como “um modo de disciplinar o espírito, [...] de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte” (1990, p.181).

Ao renunciar a história das disciplinas escolares como vulgarização ou adaptação do saber dito “científico”, como sugeriram alguns estudiosos, a exemplo de Yves Chevillard (1989; 1991), o linguista observou que o locus de desenvolvimento deste campo de pesquisa é

a escola, cuja prática estabelece um objeto de estudo, o ensino<sup>65</sup>. A análise do ensino se justifica pelas propriedades específicas das disciplinas escolares que põem em evidência “o caráter criativo do sistema escolar” (CHERVEL, 1990, p.186).

Configurando a escola como centro da produção de um saber, Chervel atribui ao historiador das disciplinas (escolares) um posicionamento que considere os seguintes elementos: finalidades e conteúdos de ensino, além dos procedimentos de avaliação do conhecimento. Visto que o último elemento não é trabalhado por Brasiliense em suas Lições, com a proposição e exercícios de perguntas e respostas, por exemplo, aproprio-me das duas primeiras tipologias a fim de compreender a ideia de ensino de História do professor.

## 2.1 FINALIDADES DO ENSINO

Para Chervel, as finalidades do ensino, ou “tarefas educacionais” propostas pelas escolas, podem surgir a partir de diferentes ordens, como: política, sociológica e religiosa, por exemplo. No entanto, o entrelaçamento destas ideias, somente em parte, influencia a instrução promovida pelo estabelecimento, já que outros fatores contribuem para a constituição de uma finalidade educativa. Assim, é preciso considerar que os fins do ensino são também decorrentes da atuação dos professores, receptores de uma “massa de práticas pedagógicas” acumuladas por uma tradição secular e que oculta “alguns dos objetivos últimos que eles [os professores] perseguem” (CHERVEL, 1990, p. 193). Nesse sentido, proponho pensar como o educador, autor das Lições, se relacionou com as finalidades que lhes foram reveladas.

Na abertura do primeiro capítulo das Lições de história pátria, Brasiliense ressalta o pedido do Sr. Caldeira, proprietário do Colégio São João<sup>66</sup>, para que ministrasse aulas de História pátria semanalmente<sup>67</sup>. Atuando possivelmente no ensino secundário<sup>68</sup>, o professor-

---

<sup>65</sup> A passagem do saber (de um estatuto para outro) é uma questão que suscitou muitos debates. Chartier e Roche, por exemplo, embora não tenham respondido o problema, indagaram se “a literatura ‘popular’ [era] adaptação de obras eruditas ou, ao inverso, emerg[ia], às vezes, nas obras dos literatos” (1976, p.109). Yves Chevillard, por sua vez, pensou sobre a temática a partir da teoria que foi intitulada “transposição didática”, o que para ele significava “the transition from knowledge regarded as a tool to be put to use, to knowledge as something to be taught and learnt” (1989, p.6). Mesmo sendo uma ideia contrária à de Chervel (1990), acredito ser possível utilizar ambas, dependendo do estudo a ser empreendido. É possível, por exemplo, pensar em transposição didática, no caso de estudos sobre disciplinas que advêm de uma determinada ciência; do mesmo modo, também é possível pensar sobre o conhecimento escolar que não possui uma ciência específica como matriz. Todavia, para os fins deste capítulo, a ideia de Chervel se mostra mais pertinente.

<sup>66</sup> Ao observar um “notável avanço da iniciativa particular” em Campinas-SP no período de 1850 a 1900, José Roberto Lapa caracterizou o Colégio São João como um estabelecimento capaz de “produzir uma formação que compatibilizava os valores estamentais com novos valores burgueses da urbanidade” (1996, p.163).

<sup>67</sup> Ocorridas, em princípio, aos sábados, as aulas tornaram-se mais próximas a partir de abril de 1873, para solucionar problemas que haviam impossibilitado as preleções entre 29 de março a 29 de abril, segundo explica Brasiliense (1877, p.76).

autor indicava que o objetivo principal das aulas seria “dar-lhes [aos alunos] conhecimento dos principais acontecimentos de nosso país desde sua descoberta” (BRASILIENSE, 1877, p.1). Para Brasiliense, além de prestar auxílio a um diretor preocupado com a ampliação das matérias de ensino no referido colégio, aquelas aulas representavam, ainda, a satisfação de “ser útil à mocidade **paulista**, que aqui vem procurar instrução” (1877, p.1, grifo meu).

Apesar de sucinta, esta apresentação evidenciou, já na primeira página, o público alvo da obra, ou seja, mesmo se tratando de uma “História pátria”, o professor tendeu a mostrar a trajetória dos representantes da, então, província de São Paulo. Para entender os fatores que conduziram o escritor a perceber a nação a partir de sua terra natal, talvez seja necessário recorrer aos estudos que abordam os processos de construção da memória, tais como os de Maurice Halbwachs (2006) e Ecléa Bosi (2007).

Ao tentar estabelecer relações entre “memória coletiva” e “espaço”<sup>69</sup>, Halbwachs depreendeu que o primeiro conceito só ocorre quando inserido em um contexto espacial, pois este “é uma realidade que dura” (2006, p.170). Nesse sentido, observo a memória de Brasiliense como pertencente a uma coletividade, cujos movimentos e pensamentos foram adaptados à sucessão das imagens materiais “que os objetos exteriores representa[ra]m para ele” (HALBWACHS, 2006, p.163). Ainda de acordo com o raciocínio do sociólogo, é possível afirmar “que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça”, ressaltando que, de maneira ligada “ao espaço, ao nosso espaço” (HALBWACHS, 2006, p.170).

Seguindo as ideias do pesquisador francês, Bosi afirmou que o local onde “vivemos os momentos mais importantes da infância” torna-se “o centro geométrico do mundo, a cidade cresce a partir dele, em todas as direções” (2007, p.435). Isto porque, conforme a psicóloga social, “há algo na disposição espacial que torna inteligível nossa posição no mundo, nossa relação com outros seres, o valor do nosso trabalho, nossa ligação com a natureza” (BOSI, 2007, p.451). Assim, tais reflexões possibilitam entender o posicionamento adotado pelo professor que, ao escrever sobre a História do Brasil, procurou evidenciar o lugar de onde ele se mostrava.

---

<sup>68</sup> Conforme José Roberto Lapa, o Colégio São João era destinado a meninos e oferecia “**instrução primária e secundária** com um currículo que incluía primeiras letras, doutrina cristã, caligrafia, português, francês, inglês, alemão e latim, aritmética, álgebra e geometria, geografia, história, filosofia, retórica e desenho” (LAPA, 1996, p.167, grifo meu). Considerando, entretanto, a linguagem do impresso, penso que as Lições de Brasiliense destinavam-se ao ensino secundário.

<sup>69</sup> Conforme Halbwachs, a “memória coletiva” é um conjunto de lembranças construídas e reconstruídas a partir de trocas de informações entre um indivíduo e a sociedade na qual ele se insere (cf. 2006, p.29-70). O conceito de “espaço”, por sua vez, denota os objetos que nos rodeiam, os quais contribuem para reforçar as lembranças de uma “memória coletiva” (cf. HALBWACHS, 2006, p.157-189).

Explicadas as possíveis razões – de cunho individual – que conduziram Américo Brasiliense ao posicionamento adotado para a escrita do manual, faz-se necessário perceber a caracterização dos textos destinados às aulas. Sobre tal questão, o escritor assim discorreu: “usarei, na narração e apreciação dos fatos, de uma **linguagem singela e tão clara**, quanto me for possível, e **como convém à natureza e fim do trabalho literário que agora enceto**” (BRASILIANSE, 1877, p.1, grifo meu). Nesta passagem, o autor exibiu clareza acerca do gênero textual que construía. Então, considerando o ponto de vista de Brasiliense, a proposta de escrita didática, quer dizer, de produção de um livro destinado ao público escolar, deveria ser marcada pela simplicidade e inteligibilidade dos assuntos abordados. Resta-me, no entanto, perceber como o professor se relacionou com o ato da escrita.

Concebendo o livro didático de História como um elo entre os autores e o mercado editorial do Rio de Janeiro oitocentista, Alexandra Silva (2008) observou diferentes concepções sobre o ato de escrever livro didático. Dentre os diferentes significados atribuídos a esta tarefa, a pesquisadora destacou os seus usos como “instrumento na luta por melhorias do ensino, ampliação da instrução, [...] fonte de renda”, além de “melhoria nas condições do próprio trabalho e de vida” (SILVA, 2008, p.39). Contudo, observando a trajetória de Américo Brasiliense é possível enquadrá-lo numa concepção mais abrangente, através da qual escrever livros didáticos representava, conforme Silva, “distinção social, sendo mais uma das atividades profissionais exercidas no sentido de [obter] maior prestígio e projeção [social]” (2008, p.39).

Apesar disso, o professor apresenta outras motivações para escrever as Lições. Segundo o autor, o ensino de História do Brasil estava “muito descuidado”, possivelmente, pela ausência das características por ele elencadas como indispensáveis – simplicidade e inteligibilidade – na escrita dos manuais, mas também, como enfatiza, pelos poucos estudos nesta área, cujas obras não apresentavam “[cons]ciência dos principais acontecimentos das províncias, em que nasceram [seus autores]” (BRASILIANSE, 1877, p.2). Porém, não só para solucionar o problema apontado – ou seja, a baixa produtividade de livros didáticos de História do Brasil –, Brasiliense visou também contribuir com uma área da educação formal que, a seu ver, relaciona-se à “instrução cívica”.

Conforme o autor das Lições, ensino de História é a prática que “procura fazer de cada homem um cidadão, capaz de intervir nos negócios públicos”, posto que “os povos que desconhecem a sua história, que ignoram o seu passado, não podem daí tirar lições que o guiem no futuro” (BRASILIANSE, 1877, p.2). Tal ideia pode ser inserida na perspectiva construída por Itamar Freitas (2008). Ao estudar a pedagogia da História elaborada por

Jonathas Serrano, o pesquisador revelou que entre os anos de 1890 – marco da Reforma educacional proposta por Benjamin Constant – e 1931 – Reforma Francisco Campos – “não se configurou tendência única para as finalidades do ensino secundário, a não ser a ideia de que era preciso forjar as elites condutoras do país” (FREITAS, 2008, p.138-9).

Em seguida, Brasiliense passa a refletir sobre o modo de alcançar este objetivo. Para ele, a transmissão do conhecimento histórico deveria ser realizada tendo-se em vista o “respeito aos vivos e aos mortos”, isto é, considerando os princípios de uma História “testemunha dos tempos”, “luz da verdade” e “mestra da vida”, pois do contrário, a História se tornaria uma ciência “sem mérito, sem princípios certos, sem lógica, sem utilidade para direção da vida dos povos, para ensinar-lhes os mais seguros meios de progresso e felicidade” (BRASILIANSE, 1877, p.3). Convém destacar que, o processo de formação “cívica” e “patriótica” objetivada pela ideia de ensino de Brasiliense, além de se aproximar de noções “científicas”, também coadunava com uma proposta de “História Sagrada” – embora de maneira velada –, amplamente utilizada – principalmente quando mesclada à primeira abordagem – para a formação dos estudantes secundários (BITTENCOURT, 2008; FREITAS, 2008).

Finalmente, as Lições apontam o papel do historiador e do professor de História. Nesse sentido, Brasiliense reflete que, se ao pesquisador dos objetos de Clio não cabia “adulterar intencionalmente os fatos”, por outro lado, este poderia incorrer em erros. Deste modo, o papel do professor era justamente o de apontar as falhas dos pesquisadores e oferecer aos alunos as diferentes versões discutidas. Estes por sua vez, deveriam prestar atenção e examinar cuidadosamente os dados apresentados por aquele. Nas palavras de Brasiliense:

deixo expostos os juízos dos historiadores: mas confesso que no meio de tão pronunciadas divergências é difícil acertar com a verdade. A vós fica inteira liberdade de aceitar a opinião que vos parecer melhor fundada, depois que tiverdes, mais tarde, prestado profunda atenção e minucioso exame aos dados históricos (BRASILIANSE, 1877, p.6).

Dentre aqueles, considerados pelo professor como historiadores, destacam-se José Inácio de Abreu e Lima, Joaquim Manuel de Macedo e Joaquim José Machado de Oliveira que, em diversas passagens da obra, têm suas ideias confrontadas. As concepções e implicações políticas do pensamento desses intelectuais ajudam a compor os conteúdos que “constituem o eixo central da disciplina ensinada” por Brasiliense, ou seja, a História Pátria (CHERVEL, 1990, p.208).

## 2.2 CONTEÚDOS DE ENSINO

Conforme Chervel, os conteúdos de ensino explícitos são estruturados internamente de modo lógico e se articulam em torno de temas específicos, produzindo ideias simples e claras, “ou em todo caso encarregadas de esclarecer a solução de problemas mais complexos” (1990, p.207). Além disso, para o historiador francês, os conteúdos são criados em função do público, o que, por um lado, obriga a disciplina se adaptar às necessidades sociais do ensino, mas por outro, não implica, necessariamente, na modificação das finalidades educativas.

Considerando as reflexões deste historiador, o conteúdo de uma disciplina escolar pode ser definido a partir dos “conhecimentos”, ou seja, das matérias a serem “expostas” pelo professor. Na medida em que o “saber” permite ao aluno o nascimento de “sua própria verdade” (CHERVEL, 1990, p.212), aproprio-me da tipologia definida por Chervel, pois a entendo como um recurso metodológico pertinente à estruturação desta etapa da pesquisa.

A seguir, analiso os “conhecimentos” propostos por Brasiliense, entendendo-os como “acontecimento”, visto que a sua obra reproduz uma narrativa histórica. Posteriormente, baseio-me nos “conhecimentos/acontecimentos” a fim de extrair as ideias de “valor” professadas por Brasiliense. Desta forma, a partir destas tipologias – conhecimento e valor –, que sugerem a divisão de análise, busco depreender a concepção de ensino e usos escolares da História do autor das Lições.

### 2.2.1 Conhecimentos nas Lições de história pátria

Para entender os “conhecimentos” postulados por Brasiliense, destaco, a partir dos conteúdos das Lições, os acontecimentos históricos, tal como sugere Itamar Freitas (prelo). Compartilhando das reflexões empreendidas por Paul Ricoeur (1991; 1994), Freitas define “acontecimentos” como os elementos que conservam a ideia de ocorrência e só possuem sentido quando observados no interior de uma narrativa, a qual eles se inserem (FREITAS, prelo). Conforme Chartier, estes elementos podem ser extraídos da própria “segmentação física” que define o impresso: “o texto, as ilustrações, as escolhas que darão forma e organização a difusão” (2001, p.47). Neles, é possível perceber variados recursos diferenciadores/identificadores que apontam as “mudanças de sorte” da narrativa.

No caso das Lições de Brasiliense, os recursos identificadores predominantes são os **subtítulos** que evidenciam uma “História Pátria” distribuída em duas temáticas: “História do Brasil” e “História de São Paulo”. Ambas, subdividem-se em dois períodos: “colonial” e “imperial”. A “História do Brasil” compreende os seguintes acontecimentos:

- Colonização do Brasil pelos portugueses;
- Colonização do Brasil pelos espanhóis;
- Reconquista da Colônia brasileira pelos portugueses;
- Independência do Brasil;
- Regência no Brasil e;
- Atuação dos brasileiros durante o governo de Dom Pedro II.

A “História de São Paulo” delimita os seguintes acontecimentos:

- Exploração do Brasil Colonial pelos habitantes de São Paulo;
- Reestruturação da capitania de São Paulo;
- Independência do Brasil sob o ponto de vista de São Paulo e, também;
- Atuação dos brasileiros durante o governo de Dom Pedro II.

Observe que o último acontecimento se repete nas duas temáticas. Isto porque o autor das Lições observa aquele evento de maneira interligada. Ao analisá-los, sigo o “modelo” definido por Peter Burke, o qual visa “uma construção intelectual que simplifica a realidade com o objetivo de entendê-la” (2002, p.46). Logo, percebo os acontecimentos a partir das seguintes informações: datas cronológicas e tópicas, suas causas, desenvolvimento, protagonistas e consequências.

#### 2.2.1.1 Colonização do Brasil pelos portugueses

Nas Lições de história pátria, a colonização do Brasil é iniciada a partir do seu descobrimento, em 22 de abril de 1500, quando, por obra do “acaso”, Pedro Álvares Cabral avistou o “Monte Pascoal”. Ocupando os oito primeiros capítulos da obra, este acontecimento durou até 1581, quando os espanhóis assumiram o trono lusitano. Conforme Brasiliense, a motivação dos portugueses foi a necessidade de “povoar as propriedades [da coroa portuguesa] e promover sua cultura” (1877, p.16). Assim, é possível observar dois momentos que elucidam as medidas da metrópole portuguesa para a colonização do Brasil. A primeira delas foi a criação de “capitanias hereditárias”. Todavia, este sistema não conseguiu conter os “selvagens” indígenas, privilegiou demasiadamente seus donatários e favoreceu a invasão de corsários europeus. Então, um novo sistema de ocupação foi implantado: o “governo geral”. Esta última forma de ocupação territorial fortaleceu o processo de colonização através da chegada de diferentes expedicionários. Surgem, assim, os protagonistas desta etapa da “História Pátria”: os jesuítas, que chegaram ao lado da “força, representada pelo governador e

seu séquito militar” (BRASILIANSE, 1877, p.20). Enquanto os primeiros eram praticantes de atos “nobres” e prestadores “dos mais valiosos serviços à humanidade” (BRASILIANSE, 1877, p.25), os outros compunham a organização administrativa, cujo objetivo era a defesa do território português das “agressões” dos índios ou europeus, a exemplo dos “desarticulados” franceses que tentaram estabelecer possessões no Brasil. Conseqüentemente, a colonização portuguesa “obtem a paz” com os “selvagens” e expulsa os “corsários” do litoral brasileiro, além de contribuir para a construção de “cidades” e “fortes”.

Apesar de concluir a narrativa sobre a colonização portuguesa no Brasil, Brasiliense continua com a abordagem dessa temática, inserindo, de maneira abrupta, a trajetória dos “paulistas” nesse acontecimento – para ele, protagonistas de igual importância aos já citados. Para tanto, ele destaca a atuação de Martim Afonso de Souza, donatário da capitania de São Vicente que, ao promover a “doação de terras” e organizar as “bandeiras” – entendida como “uma reunião de homens armados [cujo objetivo era] invadir as matas para atacar os índios e cativá-los” (BRASILIANSE, 1877, p.44) – promoveu o “progresso” da “futura” província de São Paulo.

#### 2.2.1.2 Colonização do Brasil pelos espanhóis

Com a morte do rei Dom Sebastião, Portugal passou por uma instabilidade política que ocasionou na ascensão de Felipe II, rei da Espanha, ao trono lusitano. A partir deste fato, ocorrido em 1581, o Brasil passa para o domínio espanhol e assim permanece até 1640, quando, “gloriosamente”, Portugal restaura sua autonomia. Conforme Brasiliense, Felipe II era motivado pelo “violento” desejo de “estender sua autoridade” e “consolidar seu poder” na Colônia brasileira. Este acontecimento pode ser compreendido pelas disputas entre espanhóis e holandeses, eventos que ocupam os capítulos IX e XIII das Lições. Em 1624, ressentidos com os “procedimentos rigorosos” e “cruéis” de Felipe II, os batavos enviam seus primeiros navios para o Brasil. Logo ampliam seus domínios, culminando com a nomeação de Maurício de Nassau para governar o “Brasil-Holandês”, então localizado na província de Pernambuco. Porém, aqui, os holandeses não eram protagonistas, ao contrário, eram os vilões enfrentados pelos personagens que trabalharam na defesa do “Brasil-Espanhol”. Dentre eles, destacaram-se pela “coragem e a bravura”, os “tão denodados voluntários”: Vidal de Negreiros, Fernandes Vieira, Henrique Dias e Felipe Camarão. Estes quatro homens – respectivamente “branco”, “pardo”, “negro” e “índio” – “apareceram de repente” e concorreram para a “obra da regeneração racial”, pois que “representaram a nacionalidade brasileira”, a qual os “ilustrou

com os títulos de libertadores” (BRASILIANSE, 1877, p.75). Além destes, Brasiliense também destacou o “célebre” índio Jaguarery, que aprisionado pelos “portugueses” por trabalhar a favor dos inimigos, voltou a prestar “relevantes serviços” à metrópole, após explicar que havia sido “chantageado” pelos holandeses. Como consequência deste processo, Brasiliense destacou a colonização de territórios onde prevalecia “a ferocidade de intrépidos selvagens” (BRASILIANSE, 1877, p.66), a exemplo de Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará. Outro resultado foi a devastação da Colônia devido aos “grandes excessos cometidos” pelos espanhóis e holandeses.

Novamente, Brasiliense recorta a narrativa para tratar da província de São Paulo durante a dominação espanhola. Segundo o professor, tal período foi marcado por dissensões entre colonos paulistas e jesuítas sobre a questão do trabalho indígena. Enquanto os primeiros eram motivados por sentimentos “humanitários”, os outros eram levados à explorar os “gentios” por “interesses” particulares. Assim, os paulistas continuam assumindo um papel de destaque, ao passo que os jesuítas não.

#### 2.2.1.3 Reconquista da Colônia brasileira pelos portugueses

A reconquista da Colônia brasileira pelos portugueses ocorreu de 1640, com o início da dinastia dos Bragança e durou até 1815, momento em que o príncipe regente, Dom João VI, elevou o Brasil à categoria de “reino”. Conforme Brasiliense, o “heroísmo português”, motivado pelas “tradições gloriosas”, sobrepôs “o jugo espanhol, e de novo entrou Portugal na posse de sua soberania” (BRASILIANSE, 1877, p.87). Observado entre os capítulos XIV e XVII, tal acontecimento foi compreendido pelo autor das Lições a partir de três momentos. Inicialmente, ao reassumir a Colônia, a coroa portuguesa necessitou assinar um tratado de paz com os holandeses. Visto que estes não cumpriram o acordo, colonos do Brasil se debelaram, conseguindo expulsar os “invasores”. Aqui, se destacou o protagonismo de Fernandes Vieira, membro de uma “elite rica” pernambucana, cuja reputação de “chefe” era “bem conhecida”. Em seguida, como as guerras estavam enfraquecendo as estruturas políticas e econômicas de Portugal, alguns tratados de paz foram selados. Neste sentido, os monarcas portugueses Dom João IV e Dom Pedro também foram considerados personagens principais, na medida em que, depois de “longas e penosas negociações” celebraram acordos de paz com a Holanda (1660) e com a Espanha (1668). O terceiro momento da reconquista é marcado pela excessiva “avidez de ouro” da metrópole, gerando a rebelião dos “inconfidentes mineiros”. Vistos como “brasileiros” de “ânimos inquietos”, estes também se caracterizaram como atores importantes

da “História Pátria”. Ao final do século XVIII, este acontecimento resultou à “América Portuguesa” uma divisão em 17 governos, aumento da “indústria” e “riqueza” das províncias do Norte, um decréscimo na produção mineira e o início da “cultura do café”.

#### 2.2.1.4 Independência do Brasil

Conforme Américo Brasiliense, a independência do Brasil foi um acontecimento originado em 1808 com a chegada da família real portuguesa, culminando com a ascensão de um representante português, Dom Pedro I, na administração do país, em 1822. As causas deste evento foram “o espírito de desunião” entre brasileiros e portugueses, dificuldades financeiras e o “plano” das “cortes” no sentido de “reduzir o Brasil à antiga dominação colonial” (BRASILIANSE, 1877, p.140). Entre os capítulos XVIII e XX, o autor das Lições observa este processo a partir de dois momentos. O primeiro deles marca as “vitórias nacionais”, com a elevação do Brasil à categoria de “reino”, por Dom João VI, em 1815 e; a anexação da província da Cisplatina, em 1816, que representou o “triunfo” do, então, “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”. O segundo foi marcado pela “dissolução dos bons costumes”, em virtude de conflitos internos, como a “revolução pernambucana” de 1817 que elucidou a “severidade” das práticas dos portugueses contra os “brasileiros”. Neste panorama, surge a figura de um protagonista, Dom Pedro I, cuja atuação é enaltecida devido ao trabalho “enérgico” contra os investimentos “agressivos” das cortes de Lisboa. A consequência deste evento foi a aclamação de Dom Pedro I como primeiro imperador do Brasil e sua “luta” para consolidar a independência, a exemplo da expulsão das tropas portuguesas “de todos os pontos da pátria”.

#### 2.2.1.5 Regência no Brasil

A regência no Brasil foi um governo provisório iniciado em 1831, com a abdicação de Dom Pedro I ao trono e, finalizado em 1840, com a declaração de maioridade de Dom Pedro II. Dentre as causas para este acontecimento, Brasiliense destaca o fato de que o primeiro monarca foi considerado “traidor”, “inconstitucional” e acusado de “não respeitar a opinião pública”. Entre as Lições XXI e XXVI, é possível perceber diferentes momentos ocorridos neste período: o primeiro, influenciado pelas ideias “liberais” da facção política “moderada” e, o segundo, demarcado pela reação de opositores que compunham o grupo dos “exaltados”. Para o escritor, as disputas entre “moderados” e “exaltados” incitaram diversas “insurreições”

no país. Nesse sentido, Antônio Feijó foi considerado o maior protagonista deste período na medida em que, mesmo sendo um político “incompreendido” pelos opositores, demonstrava ser um homem com “nobreza de caráter e sinceridade de suas convicções” (BRASILIANSE, 1877, p.187). Tal característica, o impediu de “transgredir com os que queriam impor uma política” (BRASILIANSE, 1877, p.187) e, ao contrário, o fez “renunciar” em favor de seu opositor, Araújo Lima, “a fim de que os adversários realizassem o sistema de governo que proclamavam como o melhor” (BRASILIANSE, 1877, p.188). Este acontecimento, marcado por uma “instabilidade” política, gerou “uma violação dos princípios constitucionais”: a declaração de maioria de Dom Pedro II (BRASILIANSE, 1877, p.192).

#### 2.2.1.6 Exploração do Brasil Colonial pelos habitantes de São Paulo

Na Lição XXVII, Américo Brasiliense interrompe a narrativa sobre os acontecimentos da “História Pátria” a fim de discutir a exploração do Brasil Colonial pelos habitantes de São Paulo. Este acontecimento pode ser entendido como um conjunto de excursões efetuadas pelos paulistas que, iniciadas com a retomada dos portugueses ao poder, em 1640, culminou com a nomeação de Luiz Antônio de Souza para o cargo de governador da “capitania” de São Paulo, em 1765. Conforme o escritor, os motivos que levaram os paulistas a “embrenharem-se” nas “matas” foram as “dificuldades de comunicação” entre diferentes regiões da Colônia e o “estímulo” que o rei de Portugal dava aos trabalhos de descobrimentos de “minas”. Este momento foi caracterizado pela guerra contra os “emboabas”, ou seja, dos paulistas contra “forasteiros” que invadiam suas terras para “roubar” suas “riquezas”. Nesse sentido, os habitantes da “capitania” são encarados como protagonistas, pois eram “desbravadores” e “audaciosos”, capazes de “lutar com selvagens”, “vencer obstáculos” e “descobrir riquezas”. Além disso, possuíam “temperamento enérgico”, “espírito empreendedor” e eram incapazes de viver “em ociosidade”. As mulheres paulistanas também foram vistas como protagonistas, pois incentivavam os homens nos combates, acusando-os de “covardes e dignos de execração pública [...] todos os que não tomassem parte e não perseverassem no intento de acometerem os inimigos” (BRASILIANSE, 1877, p.198). Afinal, os paulistas eram “fiéis” ao governo provincial e ficavam à disposição para “reconhecer os sertões” sempre que solicitados. As consequências deste evento podem ser observadas de dois modos. No primeiro, destaca-se o “extermínio” do “terror” provocado pelas “tribos indígenas”, a fundação de povoações em Minas Gerais e o descobrimento das províncias de Mato-Grosso e Goiás. No segundo,

observa-se o “estado de decadência” da capitania, em virtude do “abandono de sua cultura, falta de trabalhadores e a ruína de grande número de famílias” (BRASILIENSE, 1877, p.205).

#### 2.2.1.7 Reestruturação da capitania de São Paulo

A reestruturação da capitania de São Paulo iniciou em 1765, com a nomeação de Luiz Antônio de Souza, e durou até 1817, com o fim da administração de Francisco de Assis Mascarenhas, o “conde de Palma”. Este acontecimento foi motivado pelo estado de “calamidade” em que se encontrava São Paulo, logo após a migração “exploratória” de seus habitantes. Sendo assim, entre as lições XXVIII e XXX, Brasiliense apresenta os principais governadores e suas medidas para superação da “crise”. Dentre os protagonistas, destacaram-se aqueles cujas ações se efetuavam no sentido de “apaziguar os ânimos”, “apelar à consciência”, “afagar os paulistas”, incitá-los “para a lida das matas”, sem, no entanto, cometer “atrocidades” contra os indígenas, além de proceder ao recrutamento de soldados por “meios brandos”. Porém, existiram governadores cujas ações eram motivadas por “injustiça”, “violência”, “maus hábitos”, “imoralidade”, “corrupção”, “trapaças” e “medidas brutais”. Considerando a atuação dos diferentes gestores, o referido acontecimento apresentou três ordens de resultados. Na primeira, notou-se uma “multiplicidade” de povoações. Na segunda, entreviu-se o “decrécimo” da população e a escassez de “recursos indústrias”. Por fim, foi criada uma “hierarquia aristocrática militar”.

#### 2.2.1.8 Independência do Brasil sob o ponto de vista de São Paulo

Sob o ponto de vista de São Paulo, a independência do Brasil foi um movimento que se iniciou em 1819, quando João Carlos Augusto de Oyenhausen tomou posse do governo provincial, e culminou com a proclamação da independência por Dom Pedro I, em 1822, quando a província era regida por um governo provisório. O evento foi causado pela atuação de um grupo de “descontentes” contra o governo português – que passava pela “revolução do Porto”, movimento que repercutiu nas principais províncias brasileiras – e a “falta de homogeneidade de sentimentos” entre os políticos da metrópole. Nesse sentido, as Lições XXXI e XXXII enfatizaram três momentos. O primeiro iniciou com o governo de Oyenhausen, responsável por “repelir” as “temidas agressões” que, da Espanha, atingiam o litoral paulista. O segundo foi marcado por um governo provisório, o qual visava combater as ordens sobrevindas de Portugal no intuito de manter o Brasil sob o seu jugo. Finalmente,

Brasiliense destaca o pronunciamento das câmaras de Itu e Sorocaba contra os principais líderes do governo provisório, pois estes não compartilhavam das ideias “liberais” que pretendiam “libertar” o Brasil. Tais organizações se constituíram, na verdade, nos principais agentes deste acontecimento, visto que seu “procedimento cívico”, “apoiado” pelo governo geral e pela população, conseguiu “influenciar” no processo de independência. A consequência desse evento foi a concessão imperial para formar uma guarda cívica em São Paulo responsável por manter “a independência o Brasil, a tranquilidade interna da pátria e a pessoa do príncipe” (BRASILIANSE, 1877, p.253).

#### 2.2.1.9 Atuação dos brasileiros durante o governo de Dom Pedro II

A atuação dos brasileiros durante o governo de Dom Pedro II foi um conjunto de acontecimentos que se iniciou com a declaração de maioria do príncipe, em 1840, e que se estendeu até o momento da escrita da obra, em 1873. Motivados pela “opressão” do partido “conservador” do governo imperial, bem como pelo “espírito patriótico”, os brasileiros empreenderam diferentes ações durante este período. Analisado sob a ótica da “História de São Paulo” e da “História Pátria”, Brasiliense apresenta, nas quatro últimas lições, três momentos principais que “afetaram a tranquilidade” de todo o país. O primeiro deles foi a “Rebelião de 1842”, que se caracterizou pela oposição dos políticos “liberais” aos projetos e reformas defendidas pelos “conservadores”, representantes do governo imperial. Os protagonistas desta celeuma foram os paulistas e mineiros identificados com as ideias “liberais”, pois estes possuíam “nobreza de sentimentos”. Em seguida, o escritor observou a “Revolução Separatista do Rio Grande do Sul”, cujas tropas protagonizaram um fenômeno “digno” de admiração por Brasiliense, visto que, “afrontaram vitoriosamente o mais forte estado da América do Sul” (BRASILIANSE, 1877. p.301). O último momento que denotou a atuação dos brasileiros foi a “guerra do Paraguai”. Sobre este fato, o autor das Lições destacou o grande número de contingente “voluntário” enviado para as frentes de batalha, fazendo com que brasileiros e, especialmente, paulistas mostrassem sua “voz patriótica” em defesa da “honra nacional”, elemento que também os caracterizou como personagens principais do período. As consequências da atuação brasileira durante o governo de Dom Pedro II foram: o surgimento de “ideias republicanas” e os “melhoramentos materiais e morais”, com a organização da infra-estrutura e educação do país.

\*\*\*

Diante do exposto, fica evidente que a função dos acontecimentos narrados por Américo Brasiliense era construir uma ideia de “nação”, a que ele considerava “pátria”. Nesse sentido, as ideias do escritor coadunaram ao movimento observado por Gasparello (2004) e Bittencourt (2008), o qual pretendia construir uma “representação nacional” mediante os livros didáticos de História produzidos a partir de meados do século XIX. Entretanto, como os manuais destacados por Gasparello (2004) visavam a “defesa da monarquia”, as Lições, ao contrário, poderiam ser enquadradas no conjunto de obras produzidas à beira do regime republicano, os quais objetivavam “legitimar” uma “História Regional”, como indicou Bittencourt (2008). Sendo assim, numa abordagem que enfatizou os paulistas como atores principais e narrou a “História do Brasil” a partir da “História de São Paulo”, penso que, se não foi uma obra inovadora, as Lições foram, ao menos, uma das precursoras das transformações que iriam operar com mais ênfase no início do século XX – ou seja, uma escrita didática com foco na “História Regional” (Cf. BITTENCOURT, 2008).

### **2.2.2 Valores nas Lições de história pátria**

Com base nos acontecimentos anteriormente descritos, é possível observar alguns valores expressos nas Lições de Américo Brasiliense. Neste momento, “valor” é entendido como “o objeto intencional do sentimento” daquilo que deve ser “preferível”, ou seja, um elemento considerado “possibilidade de escolha”, a qual permite “eliminar algumas delas ou a declará-las irracionais ou nocivas, e pode conduzir (e conduz) a privilegiar outras, ditando a sua repetição sempre que determinadas condições se verifiquem” (ABBAGNANO, 2007, p.989-993). De modo mais claro, “valor” é um – ou um conjunto de – sentimento(s) que nos motiva(m) ou nos impede(m) de agir conforme diferentes circunstâncias.

Considerando ainda as ideias de Michel de Certeau (2007), insiro a “prática” de Brasiliense em um “lugar social específico”, buscando entender a “representação” do seu “discurso” que criou um lugar para o “passado”, a partir de um determinado “presente”, na expectativa de projetar um “futuro”. Desta forma, tento perceber como os alunos/leitores deveriam se relacionar com a “História Pátria” a partir dos “sentimentos” que o professor disseminava.

Ao perscrutar as Lições, verifico dois momentos principais: o primeiro objetivando apresentar os valores de agentes individuais e/ou coletivos, os quais contribuíram na formação do território que se queria “pátrio”; o segundo denota os sentimentos daqueles que, em certa

medida, estavam contribuindo para a identificação (ou o fortalecimento) dos “brasileiros” com a “pátria” já construída. Ou seja, as certezas buscadas pela investigação histórica de Brasiliense, utilizadas, principalmente, no sentido de recuperar o passado nacional, supõem a construção de uma realidade específica, almejada por ele próprio. Ao abordar as temáticas do Brasil e São Paulo Coloniais, acontecimentos que se distanciam do seu presente, o professor “opta” por “inventar”, na medida em que se propõe a “desmanchar uma imagem do passado” tentando “escamotear o lugar histórico e social de onde fala, e o lugar institucional onde o saber histórico se produz” (ALBUQUERQUE JR., 2007, p.61).

Nesse sentido, Brasiliense caracteriza a formação do território brasileiro – ocorrida durante a colonização – como um evento marcado por “atitudes nobres”, ou seja, por ações que visavam introjetar um sentimento de “orgulho” naqueles que deveriam se identificar com o passado da “pátria”. Ao se colocar no lugar dos protagonistas, o professor esperava que seus alunos/leitores atentassem para os “sentimentos humanitários”, a exemplo dos primeiros jesuítas e, atitudes de “empreendedorismo”, “coragem” e “audácia”, a exemplo dos paulistas, para que pudessem compreender a forma “correta” de “vencer obstáculos”, “promover o progresso” e, “manter a paz” com “apoio” dos seus conterrâneos. A “união” e o “voluntariado”, características dos personagens que lutaram pelo “Brasil-Espanhol”, foram outras atitudes a contribuir para que o “ufanismo” ao passado fosse visto como um elemento a ser assimilado pelos leitores das Lições.

Por outro lado, Brasiliense “lamentava” orientações “contraditórias”, resultantes de “interesses particulares”, como os jesuítas fizeram, ao disputar a mão-de-obra indígena com os paulistas. Além desse, mais exemplos foram elencados: “violência” excessiva, como observada entre os espanhóis e os holandeses; “maus hábitos”, “imoralidade”, “corrupção”, “trapaça”, “injustiça” e “medidas brutais”, como demonstraram muitos governadores de São Paulo; bem como a “ganância”, como no caso da metrópole portuguesa. Para o autor das Lições, tais atitudes “prejudicaram” o “progresso” que, então, era construído pelas práticas dos atores principais.

Todavia, nem sempre os protagonistas eram assim caracterizados. Além dos jesuítas, que “perderam” os “sentimentos humanitários” ainda no processo de colonização, o príncipe regente, Dom Pedro I, responsável maior pela independência do Brasil, fora execrado por “traição”, “inconstitucionalidade” e “falta de respeito à opinião pública” ao comandar o país em seu reinado. Assim, Brasiliense destacava o valor da “prudência”, sentimento capaz de manter seu público em uma diretriz amplamente aceita pela sociedade. Tal ideia poderia coadunar ao pensamento de Immanuel Kant (1996), para o qual o homem que se queria

“prudente” deveria estar disposto a escolher os “bons fins”, ou seja, os caminhos aprovados “por todos”.

Durante os acontecimentos do Brasil e São Paulo imperiais, os valores a ser ressaltado pelo autor das Lições eram aqueles com vistas a fortalecer a ideia de “pátria”, além de despertar um sentimento de “pertencimento”, “honra” e “liberdade” “nacional”. Concorreram para estes valores as ideias de “energia no trabalho”, como o próprio D. Pedro I havia demonstrado; “nobreza de caráter” e “sinceridade de convicção”, elementos que estão diretamente relacionados à “abnegação”, como o fizera Antônio Feijó, ao “renunciar” o governo em favor daqueles que “acreditavam poder construir” um regime mais eficaz e; o respeito à “liberdade” política, posicionamento adotado pelos representantes do “partido liberal”.

Como se tratava de um tema relacionado ao momento vivido pelo próprio autor, Américo Brasiliense não se furtou em tomar posição a respeito dos acontecimentos de modo direto. Nesse sentido, contrapôs-se aos atos administrativos da monarquia portuguesa no Brasil que “prejudicavam” o bem estar social, a exemplo das “violentas” investidas para conter a “Revolução Pernambucana” de 1817. Para o autor das Lições, estas ações acometiam os “bons costumes”, os “bons princípios” e as “boas doutrinas” que regiam o país, antes da chegada da família real. Embora não expressado pelo escritor, suponho que tais princípios correspondiam – mais uma vez – ao sentimento de “prudência”.

Apropriando-me das ideias de Émile Durkheim (2007) é possível perceber a existência de um “valor moral” que se expressava nas Lições de modo instável, variando conforme os acontecimentos históricos. Para o sociólogo, a função da moral é “nos vincula[r] a um outro mundo, a um mundo que não nos é estranho [...] a um mundo que evidentemente nos concerne” (DURKHEIM, 2007, p.66-67). Nesse sentido, utilizando-se da História para manter intacta noções como sociedade, civilização, humanidade e pátria, Brasiliense intentou mostrar “os laços que nos un[ia]m a esse mundo” – o mundo “inventado” por ele –, através de um ensino moral, o qual consistia “em fazer com que se enxerg[asse] uma realidade, em fazer com que essa realidade p[udesse] ser tocada com as mãos” (DURKHEIM, 2007, p.73).

Além disso, seguindo o raciocínio de Kant, observo que Brasiliense propunha ao seu público o dever de ser capaz de pensar por si mesmo, pois esta habilidade permitiria o surgimento da “moralidade”, ou seja, a prática da “prudência” “pelo seu valor intrínseco” (KANT, 1996, p.28). Ao discorrer sobre os aspectos morais observados em sua “História Pátria”, Brasiliense concebeu valores cujos exemplos partiam de deveres para consigo mesmo

e dos deveres para com os demais, o que, segundo Kant, pode representar a busca por elementos fundamentais da vida social, como o dever ser “verdadeiro” e “generoso”.

Finalmente, ao examinar a situação do Brasil no momento em que viveu, Américo Brasiliense reafirma sua postura política, atrelada aos interesses “liberais”, porém, distantes de um pensamento monárquico, mas sim de ideias republicanas. Para ele, as benesses da pátria, assim como os elementos que retardavam seu desenvolvimento, eram tributários tanto dos valores professados pelo povo e administração, quanto pela situação observada em nível local. Concluindo a análise dos acontecimentos, percebo que, para Américo Brasiliense, ensinar História era formar cidadãos capazes de se “orgulhar” do passado e de agir de maneira “prudente”, pois assim seria possível conviver “moralmente”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando compreender a ideia de ensino de História professada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no período de 1850 a 1876, a pesquisa me conduziu a duas possibilidades de resposta: a primeira, através dos pareceres produzidos pela “comissão de História” do sodalício; a segunda, pela ótica de um dos seus representantes autorizados. Estas diretrizes representaram os diferentes momentos da dissertação, que agora se encerra.

No primeiro capítulo, observei que algumas das atividades burocráticas do IHGB – como a avaliação de trabalhos históricos – possibilitavam a produção de documentos capazes de evidenciar uma concepção de ensino de História, bem como de usos escolares de determinados livros, produzidos com o intuito didático. Entretanto, a inexistência de fontes que permitissem entrever a avaliação de todas as obras escolares apresentadas, especificamente as obras enunciadas na Revista do IHGB, levou-me a considerar apenas os pareceres daquelas que justificariam o ingresso de seus autores na Academia.

Mesmo possuindo um conjunto específico de normas, os procedimentos de acesso ao sodalício nem sempre seguiam as leis que os regiam. Apesar disso, este ritual favoreceu a veiculação de diversos pareceres sobre diferentes estudos de interesse da agremiação. Dentre eles, destaquei as avaliações realizadas sobre as duas obras consideradas como didáticas pelos seus autores. Assim, objetivando compreender as estrutura e o conteúdo dos pareceres, escandi o corpo documental produzido e destacado no periódico da instituição entre 1866 e 1871, a partir do qual pude sintetizar a forma das fontes analisadas.

Em relação à maioria dos pareceres sobre os trabalhos apresentados como requisito de ingresso, notei que o referente ao Índice cronológico de Malheiro Filho se distinguiu dos demais, aproximando-se dos pareceres de ordem deliberativa. Por outro lado, o que avaliava as Lições de história pátria, de Américo Brasiliense, coadunava em grande parte ao conjunto documental analisado. Em ambos busquei compreender os aspectos relativos ao caráter da obra (se erudita ou didática), bem como do seu autor (se historiador ou educador).

Na avaliação do Índice cronológico, tanto o parecerista que o censurou – Bivar – quanto os que apreciaram o trabalho de Malheiro Filho – Silva e Oliveira –, foram indiferentes ao caráter didático do livro, interpretando-o apenas como um instrumento de referência. Deste modo, ao tentar apreender os aspectos da biografia de seu autor que corroborassem com a perspectiva didática, observei apenas que, de modo ensaísta, o estudo se caracterizava por uma reunião de anotações, possivelmente produzidas no período em que

Malheiro Filho estudou no Colégio Pedro II. Pensando no ambiente que propiciou a composição de seu texto, o autor acreditou na plausibilidade de aplicação escolar, enfatizando esta característica ao submetê-la ao crivo do IHGB.

De toda forma, se não pude classificar o jurista também como educador, pude ao menos identificá-lo como “intelectual”, conforme discorreu Sirinelli (2003). Para o pesquisador francês, uma noção ampla e sociocultural capaz de abranger diferentes profissionais (mediadores e receptores da cultura) coaduna-se com outra ideia mais restrita, baseada na concepção “de engajamento na vida da cidade como ator” (SIRINELLI, 2003, p.243). Destacando-o como “intelectual” do IHGB, e, especificamente, como encarregado pela aprovação de novos sócios, Malheiro Filho dialogou com Américo Brasiliense, ainda que de modo indireto.

Do mesmo modo que o relator do parecer, que lhe garantiu acesso ao reduto da intelectualidade brasileira, o paulistano também atuava no campo das leis. Todavia, ao contrário daquele, cujo vínculo com a educação oficial se deu apenas no momento de sua formação, Brasiliense teve a oportunidade de se relacionar com a instrução pública – na Faculdade de Direito de São Paulo – e particular – no Colégio São João – na qualidade de professor. Sua atuação, elogiada aos olhares do IHGB, rendeu-lhe considerações positivas que, sobretudo, evidenciaram a concepção de ensino de História compartilhada por alguns representantes oficiais do sodalício.

Portanto, para Olegário Herculano de Aquino e Castro e Cesar Augusto Marques, pareceristas das Lições de Brasiliense, ensino de História era a prática que tinha como objetivo inculcar nos jovens um sentimento patriótico. No desenvolvimento desta atividade, considerada uma “nobre” missão, deveria o professor assumir-se como “patriota”. Nessa tarefa de difundir o patriotismo, o “instrutor da mocidade” era auxiliado pelo livro didático, ferramenta que se diferenciava de um “tratado” por não se caracterizar pelo esgotamento das temáticas abordadas pelo autor, mas que “ensinava” sem “cansar” e “esclarecia” sem possuir “pretensões”.

Sendo um “professor-autor”, Américo Brasiliense foi visto como exímio investigador, que conseguiu reproduzir “com exatidão” a História do Brasil de maneira didática. Como livro destinado a instruir, sua obra Lições de história pátria era um objeto “simples”, “modesto” e que buscava estabelecer a “verdade”, ou seja, era um suporte que definia os princípios básicos do ensino de História firmados pelos membros – os citados pareceristas – do IHGB. Tais princípios, segundo os representantes da academia, originavam-se de um modo

específico de observar a História, reservada a “enriquecer o futuro com a experiência do passado”, ideia que considerava a referida ciência como “mestra da vida”.

Ainda em relação ao primeiro capítulo, depreendi que a concepção de ensino de História professada por determinados integrantes do sodalício foi construída mediante opiniões alheias ao grêmio, já que, Castro e Marques respaldaram a obra e a prática de Brasiliense considerando não apenas a opinião de seus consócios, mas também a repercussão dos elementos por eles analisados – obra e prática do paulistano – na imprensa nacional. De toda forma, ao considerarem as Lições como livro didático e seu autor como educador, os pareceristas do Instituto deram margem à que eu investigasse a construção da ideia de ensino de História no referido manual e, posteriormente, compará-la ao sentido produzido por eles – os avaliadores. Esta foi a proposta do segundo capítulo.

Baseando-me no impresso, apresentei, inicialmente, a sua materialidade objetivando conhecer alguns dos seus aspectos técnicos. Deste modo, pude constatar a presença dos pareceres avaliativos do IHGB figurando entre os elementos pré-textuais das Lições, além da indicação do título de sócio correspondente recebido por Brasiliense na folha de rosto. Esta informação é relevante, pois expressou a necessidade do professor respaldar-se no sodalício a fim de garantir legitimidade e visibilidade ao seu trabalho. No entanto, considerando o fato de que a própria Academia sustentava seus argumentos acerca do livro didático na opinião pública – como disse acima –, imagino que as questões em torno do ensino de História no século XIX eram muito frágeis e passíveis de controvérsias.

Mesmo não havendo, dentro ou fora do IHGB, um consenso acerca de uma concepção pragmática sobre a História ensinada, Américo Brasiliense ofereceu uma contribuição que foi adotada pelo sodalício. Para entendê-la, analisei o conteúdo das Lições a partir de tipologias sugeridas por André Chervel (1990). Assim, busquei compreender como o professor se relacionou com as finalidades educativas que lhes foram reveladas, bem como procurei extrair nos conteúdos de sua obra os conhecimentos de ensino. Ao entender conhecimento como o elemento nucleador da narrativa, descrevi os principais acontecimentos e, em seguida, tentei extrair os valores neles professados. Nesta tarefa, muitos dos adjetivos utilizados, sugeriram as características enfatizadas pelo autor das Lições e expressavam os sentimentos a serem alcançados com o ensino de História.

Inicialmente, considerando as finalidades, observei que, para Brasiliense, o ensino de História seria uma prática voltada para formação do “cidadão”, a qual instrumentalizaria o indivíduo das ferramentas necessárias para atuar na administração do país, ou seja, era uma educação destinada a construir uma parcela privilegiada da população brasileira. Neste

processo, o livro didático utilizado pelos alunos deveria ser marcado por uma linguagem “singela” e “clara”, além de possuir traços que evidenciassem a “consciência” de pertencimento “local” do autor. Conseqüentemente, a naturalidade paulistana, bem como o público específico ao qual se destinavam as Lições foram observados como características que contribuíram para uma narrativa cujo eixo e elemento explicador foi a experiência da província de São Paulo.

Mesmo concebendo a História como uma ciência produzida à “luz da verdade”, característica que lhe permitia atuar como “mestra da vida”, Brasiliense partiu da premissa de que os historiadores eram suscetíveis a “erros”. Assim, o papel do professor seria apontar estas falhas e discutir diferentes versões históricas para que os alunos construíssem uma posição a respeito.

Ao observar os conteúdos das Lições de história pátria, constatei a presença de duas temáticas gerais, “História do Brasil” e “História de São Paulo”, as quais se subdividiam, compondo acontecimentos do período colonial – tempo passado – e imperial – tempo presente. Deste modo, o professor-autor demonstrou compatibilidade entre as finalidades que professava, principalmente aquelas no sentido de enfatizar o pertencimento local de quem escrevia uma obra “histórica”. Além disso, foi possível concluir que o manual avaliado pelo IHGB se inseria num conjunto de trabalhos destinados a construir uma ideia de “representação nacional” – o que já era comum desde meados dos oitocentos –, bem como “legitimar” uma “História Regional”. Partindo deste último pressuposto, cujas obras advieram, majoritariamente, no início do século XX – segundo afirmou Bittencourt (2008) –, considerei as Lições de Brasiliense como uma das precursoras desta abordagem.

A partir dos conteúdos, extraí os adjetivos que representavam os principais valores – ou sentimentos – professados pelo autor a fim de entender a maneira como os alunos deveriam se relacionar com a “História Pátria”. Ao destacar valores que definiam deveres para consigo mesmo e para com os demais, descobri que, para Américo Brasiliense, ensinar História era formar cidadãos capazes de se “orgulhar” do passado e de agir de maneira “prudente” – ou seja, conforme determinadas normas em vigor na elite imperial –, pois deste modo seria possível conviver “moralmente” – ou seja, de modo aceitável a uma determinada realidade.

Ainda sobre os acontecimentos, foi possível notar que mesmo se tratando de uma época contemporânea à sua escrita, Brasiliense não se furtou a criticar a atuação de gestores públicos e, inclusive do poder monárquico. Mostrando-se adepto dos pensamentos “liberal” e

“republicano”, o professor os sugeria como possíveis orientadores da experiência diária do seu público.

Embora o candidato avaliado – Américo Brasiliense – compartilhasse de uma concepção histórica semelhante à dos representantes do IHGB – Castro e Marques –, a qual destacava para a ciência a função de “mestra da vida”, a pesquisa evidenciou perspectivas divergentes sobre a História ensinada. Considerando que os usos escolares da ciência de Clio deveriam enaltecer os “sentimentos patrióticos”, observo que ambas as noções de “pátria” resultavam em um paradoxo: por um lado, os representantes oficiais do IHGB estavam sob a égide do monarca Dom Pedro II; por outro, o candidato ao sodalício, professava ideias Republicanas. Logo, a circulação de ideologias contraditórias no interior da Academia denotava a fragilidade da concepção de ensino, ou mesmo sua ausência.

Considerando também a função do manual, foi possível verificar dessemelhanças que sugeriram algo (in)esperado: os avaliadores não leram a obra de maneira crítica. Conforme as definições apresentadas por Castro e Marques, o livro didático não possuía “pretensões”. Ora, a não ser que o verbete grafado entre aspas tenha uma conotação diferente do sentido empregado por Brasiliense – algo que os pareceristas não explicaram –, infiro que as Lições foram analisadas pelos representantes oficiais do grêmio de modo bastante superficial, pois o autor, a todo o momento, coage o leitor a se posicionar de maneira favorável a seus pensamentos políticos.

Espero, por fim, que esta dissertação possa estimular outros trabalhos que ampliem o conhecimento sobre as posições do IHGB – primeira grande corporação brasileira que reuniu historiadores – a respeito dos modos de escrever a História e dos usos que os professores poderiam fazer dessa escrita quando a sua tarefa era formar crianças e adolescentes sob o adjetivo de “cidadão” nos tempos do império brasileiro.

## FONTES

BIVAR, Diogo Soares da Silva de. Parecer sobre o “Índice cronológico” do Sr. Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro. IN: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**. Rio de Janeiro: IHGB, v.15, 1852, p.75-85.

BRASILIENSE, Américo. **Lições da História Pátria**. Publicadas por José Maria Lisboa. 2ª ed. São Paulo: Tipografia da Província, 1877.

IHGB. **Novos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia de Domingos Luiz dos Santos, 1862.

LISBOA, José Maria. Ao leitor. IN: BRASILIENSE, Américo. **Lições da História Pátria**. Publicadas por José Maria Lisboa. 2ª. Ed. São Paulo: Tipografia da Província, 1877, p.V-VIII.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1849 seguido de um sucinto esboço do país ao findar o ano de 1849**. Rio de Janeiro: Tipografia de Francisco de Paula Brito, 1850.

NASCIMENTO, Alfredo. Elogio histórico dos sócios falecidos. IN: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**. Rio de Janeiro: IHGB, v.59, parte 2, 1896, p.389-419.

OLIVEIRA, Cândido Batista de. Nota. IN: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**. Rio de Janeiro: IHGB, v.15, 1852, p.113-15.

PARECERES de comissões ou comissários especiais. IN: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**. Rio de Janeiro: IHGB, v.29 a v.34, parte 2, 1866 a 1871.

**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**. Rio de Janeiro: IHGB, 1839-1880. Trimestral. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>>. Acesso entre: 01 ago. 2010 e 02 mar. 2012.

SILVA, Joaquim Caetano da. Apêndice ao parecer do Sr. Diogo Soares da Silva de Bivar sobre o “Índice cronológico” do Sr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro. IN: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**. Rio de Janeiro: IHGB, v.15, 1852, p.85-112.

TÁVORA, João Franklin da Silveira. Discurso do orador interino. IN: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**. Rio de Janeiro: IHGB, v.44, parte 2, 1881, p.449-95.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro júzo. IN: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**. Rio de Janeiro: IHGB, v.6, 1844, p.60-83.

## OBRAS DE REFERÊNCIA

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos**. Rio de Janeiro, 1993.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. (v.7).

SILVA, Inocêncio Francisco da. **Dicionário Bibliográfico Português aplicáveis à Portugal e ao Brasil**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. (v.8).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. IN: \_\_\_\_\_. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007, p.53-65.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução de Andréa Dore. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

AZEVEDO, Fernando de. As origens das instituições escolares. IN: \_\_\_\_\_. **A cultura brasileira**. 6ª ed. Brasília: EdUnB, 1996, p.545-601.

BESSELAAR, José van den. **Introdução aos estudos históricos**. 3ª ed. São Paulo: EPU, 1973.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. São Paulo: USP, 1993. Tese (Doutorado em História).

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção História da Educação).

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 14ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. IN: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **História: novos problemas**. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p.17-48.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, Literatura e História: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit.** Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. IN: \_\_\_\_\_. **A história cultural.** Lisboa: DIFEL, 1990, p.13-28.

CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. IN: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **História: novos objetos.** Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p.99-115.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. IN: **Teoria & Educação**, nº. 2, 1990, p. 177-229.

CHEVALLARD, Yves. On didactic transposition theory: some introductory notes. IN: **Proceedings de ce l'International Symposium on Selected Domains of Research and Development in Mathematics Education.** Bratislava, 1989. Disponível em: <[http://yves.chevallard.free.fr/spip/spip/IMG/pdf/On\\_Didactic\\_Transposition\\_Theory.pdf](http://yves.chevallard.free.fr/spip/spip/IMG/pdf/On_Didactic_Transposition_Theory.pdf)> Acesso em: 11 mai. 2012.

CHEVALLARD, Yves. Pourquoi la transposition didactique. IN: **La transposition didactique.** Grenoble: La Pensée Sauvage, 1991, p.11-37.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. IN: **EDUCAÇÃO E PESQUISA**, São Paulo, v.30, n.3, p.549-566, set./dez. 2004.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Como se fundou o Instituto Histórico. IN: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v.297, out./dez. 1972, p.3-50.

DIAS, Fabiana Rodrigues. **Por entre legados e demandas: um estudo sobre os programas históricos apresentados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1856).** Orientadora: Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Rio de Janeiro: UERJ, 2009. Dissertação (Mestrado em História).

DURKHEIM, Émile. O ensino da moral na escola primária. IN: **NOVOS ESTUDOS**, n.78, jul. 2007, p.59-75. (Apresentação e tradução Raquel Weiss).

FEBVRE, Lucien. Exame de consciência de uma história e de um historiador. IN: \_\_\_\_\_. **Combates pela História.** 2ª ed. Lisboa: Presença, 1985, p.15-58.

FREITAS, Itamar. **A pedagogia histórica de Jonathas Serrano: uma teoria do ensino de História para a escola secundária brasileira (1913-1935).** São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008.

FREITAS, Itamar. Erudição histórica e livro didático de história na primeira república: as iniciativas de Sílvio Romero e de João Ribeiro (1890/1900). IN: \_\_\_\_\_. **Histórias do ensino de história no Brasil (v.2).** São Cristóvão: UFS, 2010, p.13-43.

FREITAS, Itamar. **Histórias do ensino de história no Brasil.** São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2006.

FREITAS, Itamar. **Representações sobre indígenas nos livros didáticos de História da América no Brasil e na Argentina:** as experiências comparáveis de Rocha Pombo e Carlos Navarro y Lamarca (1900/1910). Prelo.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. **Construtores de identidades:** a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.

GILENO, Carlos Henrique. **Perdigão Malheiro e as crises do sistema escravocrata e do Império.** Orientadora: Walquíria G. D. Leão Rêgo. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. Tese (Doutorado em Sociologia).

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos.** Tradução de Pedro Moacyr Campos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB.** Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). IN: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.** Rio de Janeiro, ano 156, n.388, jul./set. 1995, p.459-613.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1839-1857). Fazendo a História nacional. IN: WEHLING, Arno (org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:** ideias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado. Rio de Janeiro: IHGB, 1989, p.21-41.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. IN: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.5-27.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra:** a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Orientador: Charles Monteiro. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Dissertação (Mestrado em História).

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil:** capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia.** Tradução de Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Editora Unimep, 1996.

KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil:** A etnografia do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860). Orientador: Ilmar Rohloff de Mattos. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado em História).

- LANGLOIS, Charles V.; SEIGNOBOS, Charles. Condições gerais da construção histórica. IN: \_\_\_\_\_. **Introdução aos Estudos Históricos**. São Paulo: Renascença, 1946, p.148-61.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- LEONZO, Nanci. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da História Nacional. IN: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA (SBPH). **Anais da V reunião**. São Paulo, 1986, p.161-7.
- MARROU, Henri-Irenée. **Sobre o conhecimento histórico**. Tradução de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MATTOS, Selma Rinaldi de. **Brasil em Lições: A história do ensino de história do Brasil no Império através dos manuais de Joaquim Manoel de Macedo**. Orientador: José Silvério Baia Horta. Rio de Janeiro: FGV, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação).
- MATTOS, Selma Rinaldi de. **Para formar os brasileiros: O Compêndio da História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Brasil**. Orientadora: Maria Lígia Coelho Prado. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado em História Social).
- MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. **Senhores da História e do Esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.
- MOURA, Ana Maria Garcia. **Ensino e aprendizagem nos livros didáticos de história (1960/2000): que concepções apontam os exercícios?** Orientador: Itamar Freitas. São Cristóvão, SE: UFS, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação).
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A cultura ocultada**. Londrina: UEL, 1999.
- OLIVEIRA, Margaria Maria Dias de. **O direito ao passado** (Uma discussão necessária à formação do profissional de História). Orientadora: Rosa Maria Godoy Silveira. Recife, PE: UFPE, 2003. Tese (Doutorado em História).
- POPPINO, Rollie E. Um século da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. IN: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v.314, jan./mar. 1977, p.285-305.
- PROST, Antoine. Os fatos e a crítica histórica. IN: \_\_\_\_\_. **Doze lições sobre a história**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p.53-74.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen à FHC**. 9ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- RICOEUR, Paul. Événement et sens. IN: **Raisons Pratiques**. Paris, n.2, 1991, p.41-51.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Papyrus, 1994, v.1.
- RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Nacional, 1978. (Brasiliana. Série grande formato; v.20).
- SANCHEZ, Edney Christian Thomé. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX**. Orientadora: Marisa

Philbert Lajolo. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Alexandra Lima da. **Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil – Rio de Janeiro (1870-1924)**. Orientadora: Laura Antunes Maciel. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008. Dissertação (Mestrado em História Social).

SILVA, José Luiz F. Werneck da. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, matriz do Instituto Histórico. IN: WEHLING, Arno (org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: ideias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: IHGB, 1989, p.11-20.

SILVA, José Luiz F. Werneck da. Isto é o que me parece: sobre a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904). IN: **Mensário do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, ano XI, n.10, 1980, p.20-23.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. IN: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.231-269.

SOUZA, Kleber Luiz Gavião Machado de. **Conteúdos conceituais nas coleções de História para o ensino médio: o que muda e o que permanece com a intervenção do Programa Nacional do Livro Didático (1997-2005)?** Orientador: Itamar Freitas. São Cristóvão, SE: UFS, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação).

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). IN: **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA**. São Paulo, v.23. n.45, 2003, p.37-70.

WEHLING, Arno (org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: ideias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. IN: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**. Brasília – Rio de Janeiro, n.338, jan./mar. 1983, p.7-16.